





COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Composição do Pleno

Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto (Presidente)

Desa. Elvira Maria de Almeida Silva (Vice-Presidente/Corregedora)

Dr. Edmilson da Silva Pimenta (Juiz Federal)

Dr. Marcos de Oliveira Pinto (Juiz de Direito)

Dr. Marcelo Augusto Costa Campos (Juiz de Direito)

Dr. Carlos Pinna de Assis Junior (Jurista)

Dra. Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas (Jurista)

Dr. Leonardo Cervino Martinelli (Procurador Regional Eleitoral)

Corregedoria Regional Eleitoral

Corregedora Regional Eleitoral: Desa. Elvira Maria de Almeida Silva Coordenadora da Corregedoria Regional Eleitoral: Ana Patrícia Franca Ramos Porto

Diretoria-Geral

Diretor-Geral: Rubens Lisboa Maciel Filho

Coordenador de Planejamento, Estratégia e Governança: Marcelo Gerard Almeida de Andrade Chefe da Seção de Acompanhamento de Dados Estatísticos: Marco Antônio Silva Freire

Secretarias

Secretária Judiciária: Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas Secretário de Tecnologia de Informação: José Carvalho Peixoto Secretário de Gestão de Pessoas: Luciano Augusto Barreto Carvalho Secretária de Administração e Orçamento: Norival Navas Neto

Assessoria de Imprensa

Assessor de Imprensa e Comunicação Social: Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro



SUMÁRIO

Apresentação

I - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO BIÊNIO 2021 - 2022

1. DIRETORIA-GERAL (DG)

1.1 Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança - COPEG

- 1.1 Planejamento Estratégico para o período de 2015-2020
- 1.2 Mapa Estratégico do TRE-SE Ciclo 2015-2020
- 1.1.3 Resultados dos Indicadores Estratégicos Ciclo 2015-2020 Exercícios 2019-2020
- 1.1.4 Iniciativas Estratégicas
- 1.1.4.1 Iniciativas estratégicas 2021-2026
- 1.1.5 Resultados das Metas Nacionais
- 1.1.6 Principais Atividades de Gestão de Projetos
- 1.1.7 Entregas do Escritório de Processos
- 1.1.8 Processo Eleitoral
- 1.1.8.1 Dados estatísticos das Eleições 2022
- 1.1.8.2 Ações de Acessibilidade Eleitoral

1.2 Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAO

- 1.2.1 Orçamento ordinário
- 1.2.2 Orçamento para as Eleições 2020
- 1.2.3 Demais atividades desenvolvidas pela COFIC no biênio (2019-2020)
- 1.2.4 Projetos em andamento para o exercício de 2021
- 1.2.5 Proposta Orçamentária para 2021
- 1.2.6 Restos a pagar de 2020 e seu impacto no limite financeiro para 2021
- 1.2.7 Relatório de gestão fiscal
- 1.2.8 Quadros demonstrativos

1.3 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

- 1.3.1 Serviços desenvolvidos relacionados à infraestrutura
- 1.3.2 Atividades Relacionadas à Segurança da Informação
- 1.3.3 Atividades relacionadas às urnas eletrônicas
- 1.3.4 Atividades relacionadas ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas
- 1.3.5 Atividades relacionadas à governança de TI
- 1.3.5.1 Realização de mapeamento dos seguintes processos de trabalho
- 1.3.5.2 Nível de governança no iGovTIC-JUD do CNJ
- 1.3.6 Atividades relacionadas às Eleições 2020
- 1.3.6.1 Procedimentos relacionados ao suporte e cerimônias públicas
- 1.3.6.2 Procedimentos relacionados aos treinamentos



- 1.3.6.3 Desenvolvimento de Sistema de Ocorrências de Eleição
- 1.3.6.4 Suporte a atividades de eleição
- 1.3.6.5 Procedimentos realizados com as urnas eletrônicas:
- 1.3.6.6 Organização dos procedimentos de geração de mídias:
- 1.3.6.7 Organização dos procedimentos de preparação de urnas eletrônicas para as eleições
- 1.3.7 Contratações de TI mais relevantes

1.4 Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

- 1.4.1 Apresentação
- 1.4.2 Atividades realizadas pela ASPLAN-SGP
- 1.4.3 Atividades realizadas pela COASA/SEASA
- 1.4.3.1 Programa Saúde Integral Cuidando do Corpo e da Mente
- 1.4.4 Atividades realizadas pela SEBAD
- 1.4.4.1 Assistência à Saúde
- 1.4.4.2 Auxílios
- 1.4.4.3 Instituidores de Pensão e Pensionistas
- 1.4.4.4 Inativos
- 1.4.5 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento Humano
- 1.4.5.1 Seção de Desenvolvimento de Competências SEDEC
- 1.4.5.2 Seção de Gestão de Desempenho SEGED
- 1.4.5.2.1 Eventos
- 1.4.5.2.2 Estagiários
- 1.4.5.2.4 Despesas referentes aos estagiários do TRE-SE (exercícios de 2019 e 2020)
- 1.4.5.2.4 Avaliações de desempenho
- 1.4.5.3 Núcleo de Desenvolvimento Organizacional NDO
- 1.4.6 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Pessoal
- 1.4.6.1 Seção de Registros Funcionais SEREF
- 1.4.6.2 Seção de Controle de Juízes Eleitorais SEJUE
- 1.4.6.2.1 Requisições de servidores de outros órgãos para os Cartórios Eleitorais
- 1.4.6.2.2 Designações de Magistrados
- 1.4.6.2.3 Designações de Juízes Eleitorais
- 1.4.6.3 Seção de Direitos e Deveres SEDIR
- 1.5 Secretaria Judiciária SJD
- 1.5.1 Principais Resoluções Editadas em 2019 e 2020
- 1.5.2 Eleições Suplementares
- 1.5.3 Treinamentos Eleições 2020
- 1.5.4 Manuais Eleições 2020
- 1.5.5 Implantação do novo Diário de Justiça Eletrônico DJE
- 1.5.6 Virtualização de Processos Físicos
- 1.5.7 Divulgação de Jurisprudência



1.5.8 Gestão Documental

2. OUVIDORIA ELEITORAL DE SERGIPE

- 2.1 Apresentação
- 2.2 Ações Desenvolvidas na Ouvidoria no período de 2019-2020
- 2.3 Estatística Ouvidoria em Números
- 2.3.1 Demandas Recebidas
- 2.3.2 Atendimentos aos eleitores registrados na Ouvidoria Eleitoral por meios de acesso
- 2.3.3 Considerações Finais

3. ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE SERGIPE - EJESE

- 3.1 Apresentação
- 3.2 Atividades Desenvolvidas
- 3.2.1 Capacitação/Encontros/Palestras/Cursos
- 3.2.1.1- Projeto Eleitor do Futuro
- 3.2.1.1.2- Eventos de Capacitação
- 3.2.1.1.2.1 Presenciais
- 3.2.1.1.2.2 Ensino à Distância
- **3.2.2 CEMEL**
- 3.2.3 Participação em Encontros, Reuniões e Cursos
- 3.2.3.1 XIII Reunião do Colégio de Diretores das Escolas Judiciárias Eleitorais
- 3.2.3.2 XIV Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais- CODEJE
- 3.2.4 Biblioteca
- 3.2.4.1 Processamento Técnico
- 3.2.4.1.1 Classificados e inseridos na base de dados
- 3.2.4.1.2 Seleção negativa do acervo
- 3.2.4.2 Circulação
- 3.2.4.2.1 Cadastramento de novos usuários
- 3.2.4.2.2 Visita do Público Externo
- 3.2.4.3 Empréstimo/Renovação/Devolução
- 3.2.4.4 Livros com maior número de empréstimos
- 3.2.5 Disseminação Seletiva da Informação
- 3.2.6 Outras Atividades
- 3.2.7 Semeando Livros
- 3.2.8 Considerações Finais



4. COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA - COAUD

- 4.1 Relatório da Unidade de Auditoria Interna COAUD
- 4.1.1 Composição da Unidade de Auditoria Interna
- 4.1.2 Execução dos Planos de Auditoria dos Exercícios 2019 e 2020
- 4.1.3 Auditorias realizadas pela Seção de Auditoria Geral SEAUG
- 4.1.3.1 Auditorias realizadas em 2019
- 4.1.3.2 Auditorias realizadas em 2020
- 4.1.4 Atividades da Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio SEAPE
- 4.1.4.1 Auditorias realizadas em 2019
- 4.1.4.2 Auditorias realizadas em 2020
- 4.1.5 Aspectos legais dos atos de pessoal em 2019
- 4.1.6 Aspectos legais dos atos de pessoal em 2020
- 4.1.7 Avaliação das contas partidárias e eleitorais em 2019

5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASCOM

- 5.1 Principais Atividades realizadas
- 5.2 Contratações

6. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE COMITÊS E COMISSÕES

- 6.1 Comissão de Acessibilidade CACIN
- 6.2 Comissão de Avaliação de Critérios e Parâmetros de Dados Estatísticos Processuais CAPDE
- 6.3 Comissão de Enfrentamento à Desinformação CEDE
- 6.4 Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação na Sede e nas Zonas Eleitorais CPEAD-Sede e CPEAD-Zonas
- 6.5 Comissão de Ética e Conduta Profissional CECOP
- 6.6 Comissão de Participação Feminina COFEM
- 6.7 Comissões Executiva do Plano de Logística Sustentável (CE-PLS) e Gestora do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS)
- 6.8 Comissão Permanente de Avaliação de Documentos CPAD
- 6.9 Comissão de Gestão Documental e de Memória CGDM
- 6.10 Comissão Permanente do Processo Administrativo Disciplinar PAD
- 6.11 Comissão Permanente de Segurança COSEG
- 6.12 Comissão Permanente de Sindicância
- 6.13 Comitê de Gestão de TI CgesTI
- 6.14 Comitê de Gestão do Clima Organizacional CGTCO
- 6.15 Comitê de Governança de TI CgovTI
- 6.16 Comitê Gestor da Estratégia
- 6.17 Comitê Gestor das Cartas de Serviço CGCAS
- 6.18 Comitê Gestor de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais CGLGPD
- 6.19 Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet CGCI
- 6.20 Comitê Gestor do Sistema de Informações CGSEI





- 6.21 Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde CGAIS
- 6.22 Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas CGP
- 6.23 Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau CGRP1
- 6.24 Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico CGRPJe
- 6.25 Comitê Orçamentário e de Contratações COMOC
- 6.26 Comitê de Segurança da Informação
- 6.27 Comitê de Crises Cibernéticas CCC
- 6.28 Grupos de Trabalho GT
- 6.29 Comissão de Transformação Digital CTD
- 6.30 Comissão Gestora de Dados Abertos GDA
- 6.31 Comitê Gestor de Crises CGC

7. ESTATÍSTICA PROCESSUAL

- 7.1 Quantitativos de Distribuição e de Julgamento de Processos
- 7.1.1 Corregedoria Regional Eleitoral
- 7.1.1.1 Relatório Estatístico Processual do 1º Grau de 2019-2020
- 7.1.2 Secretaria Judiciária
- 7.1.2.1 Estatística processual 2019
- 7.1.2.2 Estatística processual 2020
- 7.1.2.3 Estatística processual das Eleições 2020

8. RELAÇÃO DE CONTRATOS EM VIGOR E RESPECTIVOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

- 9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL
- 9.1 Estrutura de Pessoal
- 9.1.1 Pessoal em Regime da Contratação Temporária
- 9.2 Estrutura organizacional
- 10. SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES
- 11. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS
- 12. SITUAÇÃO ATUAL DAS CONTAS DO TRIBUNAL PERANTE O TCU
- 13. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

CONCLUSÃO



Apresentação

Este relatório registra as principais atividades desenvolvidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe durante a gestão do Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto (Biênio 2021-2022).

Os vários temas de governança são tratados de forma ampla e detalhada, através de informações compiladas a partir de dados das unidades envolvidas em cada procedimento de gestão constantes de processos, relatórios, banco de dados digitais, sistemas e demais fontes, conforme a especificidade de cada área.

O relatório está dividido por área de atuação e traz inicialmente as informações da Diretoria-Geral (DG), unidade subordinada diretamente à Presidência do Tribunal e que coordena as atividades das demais unidades.

Consta da primeira parte do relatório, do item 1.1 ao 1.5, as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança (COPEG) e pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAO), Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e Secretaria Judiciária (SJD).

No que se refere às Eleições 2022, os dados foram relacionados no item 1.1.8 - Processo Eleitoral, no qual podem ser encontradas as principais informações do planejamento e execução das Eleições 2022, estruturados no Programa Eleições, que tem como patrocinador o Diretor-Geral e como coordenador o Coordenador de Planejamento, Estratégia e Governança.

A partir do item 2, encontram-se as informações das atividades da Ouvidoria Eleitoral, da Escola Judiciária Eleitoral, da Coordenadoria de Auditoria Interna e da Assessoria de Comunicação.

Considerando que diversas outras atividades são desenvolvidas por Comitês e Comissões, no item 6 constam todas essas atividades realizadas no período de 2021-2022.

Além das informações sobre as principais atividades desenvolvidas no período, o relatório traz ainda alguns dados estatísticos, a estrutura do Tribunal, informações sobre sindicância, tomada de contas especial, situação das contas do Tribunal no Tribunal de Contas da União (TCU), relatório de gestão fiscal e outras informações bastante relevantes que auxiliam o gestor na tomada de decisões e na execução do planejamento estratégico.



I - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO BIÊNIO 2021-2022

1. DIRETORIA-GERAL (DG)

As atividades da Diretoria-Geral são desenvolvidas pelas unidades gestoras à qual estão diretamente subordinadas.

Na estrutura da Diretoria-Geral constam:

- a. Gabinete da DG;
- b. Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança (COPEG);
- c. Núcleo de Apoio à Governança (NAG).

As demais unidades gestoras que também estão subordinadas diretamente à DG são as Secretarias, as quais desenvolvem atividades em áreas administrativas específicas:

- a. Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAO);
- b. Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);
- c. Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP);
- d. Secretaria Judiciária (SJD)

Além desses órgãos de gestão, a DG conta ainda com a Assessoria Jurídica (ASSJUR), responsável por auxiliar o Diretor-Geral no que se refere à legislação aplicável à gestão do Tribunal.

Portanto, apresenta-se a seguir as atividades desenvolvidas pela Diretoria-Geral, através de suas unidades, para o biênio de 2021-2022.



1.1 Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança - COPEG

1.1.1 Planejamento Estratégico para o período de 2021-2026

A Resolução CNJ 325, de 29 de julho de 2020, que dispõe sobre a Estratégica Nacional no âmbito do Poder Judiciário, instituiu a Estratégia do Judiciário Nacional para o sexênio 2021-2026 e determinou aos Órgãos do Poder Judiciário o desdobramento e alinhamento de seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional, observando o conteúdo temático dos macrodesafios do Poder Judiciário, sem prejuízo da inclusão das correspondentes especificidades.

Seguindo essa determinação, em maio de 2021, foi publicada a Resolução nº 05/2021, aprovando o Planejamento Estratégico do TRE-SE para o ciclo 2021-2022.

Toda documentação relacionada à Estratégia do Tribunal encontra-se disponível aos cidadãos, podendo ser acessada através do portal deste TRE na internet, por meio do link 1, abaixo.

Link 1 – Documentos do Planejamento Estratégico 2021-2026:

https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/gestao-e-planejamento/documentos-do-planejamento-estrategico

1.1.2 Mapa Estratégico do TRE-SE – Ciclo 2021-2026

O Planejamento Estratégico 2021-2026 contempla os 10 macrodesafios definidos pela Estratégia Nacional para a Justiça Eleitoral.

Cada macrodesafio equivale aos objetivos estratégicos. Diferente do ciclo anterior a 2021-2026, foram expressos no próprio mapa estratégico o conteúdo temático de cada macrodesafio ou objetivo estratégico, de modo a sinalizar claramente o direcionamento dos esforços da instituição no período, no desenvolvimento dos Processos Internos e seus Recursos, conforme quadro 1.





Quadro 1- Mapa Estratégico do TRE-SE após a revisão da estratégia - Ciclo 2021 -2026

1.1.3 Resultados dos Indicadores Estratégicos - Ciclo 2021-2022 - Exercícios 2021-2022

Os indicadores estratégicos medem o nível de execução dos macrodesafios em termos de porcentagem do alcance das metas estabelecidas em cada macrodesafio.

Dessa forma, o indicador mostra até que pondo a meta do macrodesafio foi alcançado, seguindo um esquema de percentuais recomendados pelo CNJ, conforme a sinalização a abaixo:

COR VERDE – maior ou igual a 90% do alcance da meta;

COR AMARELA – entre 60% e 90% do alcance da meta;

COR VERMELHA – menor que 60% do alcance da meta;

COR CINZA – Não se aplica ou impossibilidade de mensuração.

No quadro 2 a seguir é compilado os resultados dos indicadores estratégicos para o período de 2021-2022. No quadro 2 os dados estão dispostos de forma analítica, com a sinalização recomendada pelo CNJ.



				2021		2022 – Até Outubro		
N°	Responsável	Periodicidade	Meta	Mensurado	Cumprimento da meta	Meta	Mensurado	Cumprimento da meta
.1 – Índice de acesso à justiça	Conselho Nacional de Justiça	ANUAL	NA	34,03%	NM	NM	-	NM
.2 – Pesquisa de avaliação do TRE-SE	Comitê Gestor das Cartas de Serviços	ANUAL	85,00%	87,10%	102,47%	85,00%	84,95%	99,94%
3 – Índice de Transparência	Conselho Nacional de Justiça	ANUAL	95,00%	99,48%	104,72%	95,00%	97,44%	102,57%
4 – Taxa de Congestionamento das execuções fiscais	Corregedoria Regional Eleitoral	ANUAL	92%	100%	92,00%	88,00%	97,70%	90,07%
5 – Taxa de Congestionamento Liquido exceto execuções fiscais	Corregedoria Regional Eleitoral	ANUAL	67%	115%	58,15%	63,00%	32,20%	195,5%
6 -Índice de Atendimento à demanda	Corregedoria Regional Eleitoral	ANUAL	100%	636,20%	636,20%	101,00%	599,3%	593,4%
6 - Índice de Atendimento à demanda	Secretaria Judiciária	ANUAL	100%	198,60%	198,60%	101,00%	55,8%	55,20%
7 - Tempo De Tramitação Dos Processos Pendentes, Considerando As Fases Dentro Do Judiciário	Corregedoria Regional Eleitoral	ANUAL	90%	100%	111,11%	88,00%	100%	113%
7 - Tempo De Tramitação Dos Processos Pendentes, Considerando As Fases Dentro Do Judiciário	Secretaria Judiciária	ANUAL	90%	78%	86,67	88,00%	98,7%	112,2%
8- Tempo Médio Dos Processos Pendentes De Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	Corregedoria Regional Eleitoral	ANUAL	1,5	0,38	396,84%	1,4	2,07	67,63



				2021			2022 – Até Ou	itubro
N°	Responsável	Periodicidade	Meta	Mensurado	Cumprimento da meta	Meta	Mensurado	Cumprimento da meta
8- Tempo Médio Dos Processos Pendentes De Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	Secretaria Judiciária	ANUAL	1,5	2,8	53,10%	1,4	0	+ 100%
9- Índice De Julgamento De Prestação De Contas Com Verba Do Fundo Partidário	Corregedoria Regional Eleitoral	ANUAL	150%	NM	NM	160%	NM	NM
9- Índice De Julgamento De Prestação De Contas Com Verba Do Fundo Partidário	Secretaria Judiciária	ANUAL	150%	34,48%	22,99%	160%	84,62	52,89
10 - Tempo Médio Entre O Trânsito Em Julgado/Ou Sentença De Mérito Do Precedente E A Sentença De Aplicação Da Tese	Assessoria dos Membros, Seção de Legislação e Jurisprudência e/ou comissões	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM
11 - Tempo Médio Entre Afetação/Admissão E A Publicação Do Acórdão De Mérito Nos Incidentes De Resolução De Demandas Repetitivas (Irdr)	Assessoria dos Membros, Seção de Legislação e Jurisprudência e/ou comissões	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM
12-Índice De Desempenho De Sustentabilidade	Conselho Nacional de Justiça	ANUAL	NM	NM	NM	2021 >= 2019 (51,4%)	62,5%	121,60%
13 – Índice De Desempenho Dos Órgãos No Prêmio Cnj De Qualidade Nos Eixos "Governança" E "Qualidade Da Informação"	COPEG/SEGEP	ANUAL	80,00%	87,84%	109,8%	82,5%	83,70%	101,45%



				2021			2022 – Até Ou	itubro
N°	Responsável	Periodicidade	Meta	Mensurado	Cumprimento da meta	Meta	Mensurado	Cumprimento da meta
14 – Índice De Absenteísmo – Doença	SGP/COASA/SEASA	ANUAL	2,94%	1,38%	212,881%	2,84%	2,21%	128,77%
15 - Percentual Da Força De Trabalho Total Participante De Ações De Qualidade De Vida No Trabalho	SGP/COASA/SEASA	ANUAL	30%	9,31%	31,07%	31%	32,91%	106,16%
16 – Índice De Capacitação De Servidores	SGP/COASA/SEASA	Semestralmente	80,00%	88,67%	110,84%	85,00%	78,35%	92,17%
17- Índice De Execução Do Limite De Pagamento	SAO	ANUAL	88,00%	67,74%	76,97	NA	NA	NA
18- ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS DOTAÇÕES PARA DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	SAO		93,00%	98,94%	106,39%	93,20%	92,62%	99,37
19 - Índice De Execução Das Dotações Para Projetos	SAO/COFIC/SEPOR	ANUAL	90,00%	99,35%	110,39%	92,00%	90,83%	98,73%
20 - IGOVTIC-JUD	STI	ANUAL	80,00%	81,40%	101,75%	85,50 %	88,53%	103,54%

.Quadro 2 - Resultado analítico dos indicadores do planejamento estratégico nos anos de referência 2021-2022



1.1.4 Iniciativas Estratégicas

Segundo a Metodologia de Gestão de Iniciativas Estratégicas do TRE-SE, as iniciativas estratégicas classificam-se em Projetos, Ações de Melhoria, Operação Estratégica, Programa e Planejamento Setorial.

Informações sobre iniciativas por macrodesafio e Planos Gerais de Projetos ou Cronogramas de Execução de Ações de Melhoria podem ser acessadas no site do Tribunal, por meio dos respectivos processos administrativos e especialmente no link 2 – Gestão de Iniciativas Estratégicas.

Link 2 – Gestão de Iniciativas Estratégicas:

https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/gestao-e-planejamento/gestao-de-iniciativas-estrategicas

1.1.4.1 Iniciativas estratégicas 2021-2026

O TRE-SE já iniciou os preparativos para a elaboração do seu Planejamento Estratégico relativo ao Ciclo 2021-2026, atendendo determinação do Conselho Nacional de Justiça e requisitos constantes da Resolução CNJ nº 325/2020.

O Planejamento Estratégico representa um dos mais importantes instrumentos de gestão de negócio. Trata-se do processo de criação e execução de uma estratégia para atingir os objetivos da organização e compreende a definição da missão, visão, valores e objetivos organizacionais, como também a definição de metas, de indicadores de desempenho e de efetivas ações para alcançar o que se propôs, com foco no sucesso institucional e com a participação de todas as unidades da Sede do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais.

1.1.5 Resultados das Metas Nacionais

Além das metas relacionadas às iniciativas estratégicas definidas pelo TRE-SE, existem metas nacionais do Poder Judiciário, que são construídas por todos os Tribunais do País sob a coordenação do CNJ.

Dessa forma, todos os anos o CNJ se reúne com os Tribunais para avaliar o cumprimento das metas e construir as novas metas que serão adotadas nacionalmente, para todos os Tribunais.

No quadro 4 — Resultado das Metas Nacionais são apresentados os resultados das metas nacionais para Justiça Eleitoral estabelecidas para o ano de 2021. Os resultados finais (metas 1, 2 e 4) de 2022 serão apurados em janeiro de 2023.

ANO	METAS	DESCRIÇÃO	CUMPRIMENTO
2021	1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento	Meta não cumprida: 86,26%
2022(nov)	1	do que os distribuídos	Meta cumprida: 174,12%
2021	2	Julgar processos mais antigos	Meta cumprida parcialmente: 96,30%
2022(nov)	2	s angua prooteese mane annages	Meta cumprida: 114,77%
2021			Meta cumprida: 111,11% e 133,33
2022(nov)	4	administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	Meta cumprida: 113,25%
2021		Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.	Meta cumprida: 100%
2022		Estimular a Inovação no Poder Judiciário Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.	Meta cumprida: 100%
2021	10	Saúde de magistrados e servidores	Meta Cumprida: 100%
2022	10	Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0	Meta cumprida: 100%

.Quadro 4 – Resultado das Metas Nacionais

No quadro 5 — Resultado da Meta Específica para Justiça Eleitoral - Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral. No ano de 2022 não teve meta específica.

ANO	META	DESCRIÇÃO	CUMPRIMENTO
2021		Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar o conhecimento sobre o funcionamento do processo eleitoral.	Meta cumprida: 75%

•Quadro 5 – Resultado da Meta Específica

1.1.6 – Principais Atividades de Gestão de Projetos

Dentro da estrutura organizacional da COPEG, a Seção de Gestão de Projetos (SEGEP) é a unidade responsável pelo acompanhamento dos projetos e programas do Tribunal, tendo desenvolvido as seguintes principais atividades no período de 2021-2022:

- a. Monitoramento das iniciativas estratégicas do TRE-SE (Projetos, Ações de Melhoria, Operações, Programa e Planejamento Setorial), além da atualização de portfólio na internet visando a fornecer informações sobre as iniciativas em curso;
- b) Participação no processo de elaboração da proposta orçamentária;
- c) Apoio à COPEG na elaboração dos IX e X Fóruns de Gestão Estratégica;
- d) Apoio e suporte nas atividades de implantação de Gestão de Riscos em Unidades;
- e) Apoio à COPEG atividades de eleições;
- f) Apoio à COPEG nas atividades relacionadas à Comissão de Acessibilidade e Inclusão e outras Comissões temáticas.
- g) Apoio e assessoramento na construção do novo ciclo de planejamento estratégico do TRE/SE (2021-2026);
- h) Assessoramento na elaboração do Plano Estratégico do TRE-SE Ciclo 2021-2026, atendendo às determinações do Conselho Nacional de Justiça e requisitos constantes da Resolução CNJ 325/2020;
- i) Apoio e assessoramento às atividades relacionadas à Governança.

1.1.7 Entregas do Escritório de Processos

Além da gestão dos programas e projetos, a COPEG, através da Seção de Otimização de Processos Organizacionais (SEORG), realiza atividades inerentes à gestão de processos de trabalho e de apoio organizacional.

De forma geral, atua na coordenação das ações de melhoria de processos, na modelagem de processos de negócio e na definição e suporte de metodologias, atividades, ferramentas e artefatos utilizados.

No biênio 2021-2022, os esforços foram concentrados nas seguintes atividades:

a) A. Revisão Geral dos Manuais de Processos de Trabalho vigentes para aplicação de novo modelo de desenho e documentação de processos (total de 35 Manuais)

O Manual, instrumento de documentação, gestão e controle de processos de trabalho, foi simplificado de forma a facilitar tanto a sua elaboração quanto o entendimento dos processos.

Assim, todos os 35 Manuais vigentes foram revistos segundo o novo modelo, como também receberam novos elementos e novas formas de representação de fluxo, definidos conforme se avançava na técnica de desenho de processos segundo a notação BPMN.

Os Manuais revistos estão, agora, sendo enviados paulatinamente às unidades gestoras para homologação do novo modelo.

b) Revisão de material didático

A SEORG ministra, desde 2018, o curso "Modelagem de Processos de Trabalho com Notação BPMN 2.0", com o fim de disseminação de conhecimento em desenho de processos entre os



servidores.

O material didático aplicado ao curso compreende uma apresentação com 175 slides, totalmente desenvolvidos pela SEORG, além de exercícios práticos, legenda e o padrão de modelagem praticado no TRE-SE. Todo esse material foi revisto de forma a agregar novos conhecimentos, novos exercícios e novos exemplos de desenho de processos a partir da própria experiência vivenciada no Tribunal.

c) Apoio à Gestão de Riscos

Um dos pilares da metodologia de Gestão de Riscos, implantada efetivamente no TRE-SE a partir de 2021, é a modelagem dos processos de trabalho. Nesse aspecto, A SEORG colabora com a indicação de processos modelados e com a alteração dos respectivos Manuais de forma a recepcionar as novas atividades, artefatos ou outros aspectos definidos para tratamento dos riscos identificados.

No biênio 2021-2022, sete processos de trabalho foram atualizados para atender as demandas da Gestão de Riscos..

d) Atualização de Manuais de Processos de Trabalho (total de 12 Manuais)

Foram atualizados 12 (doze) Manuais de Processos de Trabalho no período de 2021-2022, em decorrência tanto da padronização dos manuais segundo o novo modelo quanto das atividades de gestão de riscos e de melhoria de processos.

N° do Manual	Processo de Trabalho	Portaria de Aprovação
1	Concessão de Diárias – Versão 2	779/2022
2	Gerenciamento de Portfólio de Projetos de TIC – Versão 5	918/2022
3	Restos a Pagar não Processados – Versão 3	76/2022
4	Gestão do Clima Organizacional – Versão 3	76/2022
7	Gerenciamento de Incidentes – Versão 3	76/2022
8	Gerenciamento do Ciclo de Vida de Software – Versão 5	919/2022
9	Pagamento de Alimentação nas Eleições – Versão 3	646/2022
23	Gerenciamento de Reúso e Descarte de Material Eleitoral – Versão 2	231/2022
24	Gerenciamento do Plano Diretor de TIC (PDTIC) – Versão 2	90/2022
26	Execução dos Estágios da Despesa – Versão 2	440/2022
27	Elaboração da Proposta Orçamentária Anual – Versão 2	440/2022



30 Descarte de Documentos Físicos – Versão 3	273/2022
--	----------

.Quadro 6 – Manuais de processos de trabalho atualizados no biênio 2021-2022Quadro 5 – Manuais de processos de trabalho construídos no biênio 2019-2020

e) Elaboração em andamento de Manuais de Processos de Trabalho (total de 7 Manuais)

Foram iniciadas as atividades para elaboração dos Manuais de Processo de Trabalho abaixo identificados, ainda em andamento.

Os Manuais são elaborados a partir de conceitos de BPM (Business Process Management – Gestão de Processos de Negócio), da técnica notacional BPMN (Business Process Model and Notation), que é a notação mais utilizada no mundo para a modelagem de processos de negócio, e da ferramenta BizAgi.

Ordem	Processo de Trabalho
1	Gestão das Contratações do TRE-SE
2	Consulta e Carga de Processos Físicos Arquivados
3	Desfazimento de Material Permanente
4	Gestão da Estratégia Organizacional
4	Prestação de Contas dos Recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário
6	Prêmio CNJ de Qualidade
7	Licença Capacitação

.Quadro 5 – Manuais de processos de trabalho em elaboração no biênio 2021-2022

Ressalte-se que, para o Manual da Gestão das Contratações do TRE-SE, cujos esforços de elaboração foram intensificados em 2022, já foram identificados 31 subprocessos, 175 atividades e 46 formulários. Destes, foram mapeados 17 subprocessos e, descritas, 75 atividades.

1.1.8 Processo Eleitoral

O processo eleitoral no TRE-SE é executado através do Programa Eleições, que tem como patrocinador o Diretor-Geral, Rubens Lisbôa, e é coordenado pelo Coordenador de Planejamento, Estratégia e Governança, Marcelo Gerard.

Dentro do Programa Eleições constam os seguintes projetos:

- a. Logística
- b. Registro de Candidaturas

- c. Sistemas Eleitorais
- d. Urnas Eletrônicas
- e. Auditoria da Votação (Votação Paralela)
- f. Comunicação
- g. Gestão de Pessoas
- h. Prestação de Contas

Cada projeto possui a descrição detalhada de suas tarefas, abrangendo todas as áreas de atuação, com o cronograma definido de entrega.

No que diz respeito à normatização interna das Eleições, destaca-se a Resolução de Atos Gerais das Eleições, cuja minuta é preparada anualmente pelo coordenador do Programa Eleições. Cabe ressaltar que o TRE-SE foi o primeiro no país a editar uma resolução completa para normatizar procedimentos internos eleitorais. Da mesma forma no que se refere às eleições parametrizadas, que ocorrem em anos não eleitorais, como é o caso do processo de escolha dos representantes dos Conselhos Tutelares dos Municípios, o TRE-SE foi o primeiro a adotar um Resolução interna específica que regulamenta os procedimentos dos pleitos. A Resolução de Atos Gerais de Eleição para 2022 pode ser acessada no link 3 abaixo:

Link 3 – Resolução de Atos Gerais de Eleição – Eleições 2022:

https://www.tre-se.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2022/resolucao-no-23-de-19-de-abril-de-2022

Além disso, no âmbito dos projetos, são construídos manuais e cartilhas de orientação aos eleitores, partidos e candidatos, tais como o Manual de Registro de Candidatura e o Manual de Pesquisa Eleitoral, e outros documentos que facilitam o aprendizado das regras eleitorais. Esses documentos podem ser acessados no link 4 abaixo:

Link 4 – Manuais e Cartilhas – Eleições 2022:

https://www.tre-se.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/manuais-e-cartilhas

1.1.8.1 Dados estatísticos das Eleições 2022

No pleito de 2022, o estado de Sergipe contou com 1.671.376 eleitoras e eleitores aptas e apts a votarem. O eleitorado sergipano aumentou em 3,79% em relação ao pleito de 2018, um acréscimo de 60.969 mil novos eleitores.

Em 2022 o eleitorado sergipano contou com 5.498 seções de votação(já contando as seções agregadas), distribuídas em 29 Zonas Eleitorais, sendo 26 zonas no interior e três em Aracaju, um acréscimo de 808 seções em relação ao pleito de 2020.

Fizeram registro de candidatura em Sergipe, em 2022, 541 candidatos cadastrados para concorrer às vagas de governadora e governador, vice-governadora e vice-governador, senadora e senador, deputadas e deputados estatuais e federais, sendo 35 vagas em disputa.

1.1.8.2 Ações de Acessibilidade Eleitoral

. Acessibilidade física do eleitor prevista em normativo do TRE-SE



Acessibilidade física do Eleitor prevista e normatizada por meio da Resolução TRE-SE 23/2022, que dispõe sobre os atos gerais e a organização dos trabalhos para as Eleições de 2022.

A Resolução TRE-SE nº 23/2022 entrou em vigor no mês de abril de 2022, normatizando todos os aspectos relacionados à acessibilidade física do eleitor nas eleições gerais de 2022, em todo o Estado de Sergipe.

A proposta de normatização dos atos gerais e a organização dos trabalhos para as Eleições de 2022 foi submetida, no mês de abril 2022, ao Colegiado do TRE-SE, para apreciação e aprovação, trazendo, em seu teor, seção específica que trata de aspectos relacionados à Acessibilidade física do eleitor nas eleições 2022.

a. Utilização de Coordenadores de Acessibilidade

O TRE-SE utiliza coordenadores de acessibilidade desde 2008. Estes colaboradores têm a função de fazer o atendimento das pessoas com deficiência nos locais de votação, permitindo acesso rápido e desembaraçado às urnas eletrônicas e estão disponíveis em todos os locais de votação.

Desde 2020 que o TSE instruiu todos os Regionais a utilizarem o coordenador de acessibilidade, criado no TRE-SE, o que demonstrou sua importância e a atuação deste Tribunal como pioneiro em ações de acessibilidade.

Vistorias de locais de votação

Vistoria de locais de votação para verificar o nível de acessibilidade dos referidos locais.

São três vistorias, no mínimo, em ano eleitoral. Todos os locais de votação do Estado foram periodicamente vistoriados a partir do mês de fevereiro de 2022, para garantir o maior grau de acessibilidade possível.

Central de Libras do TRE-SE

De forma pioneira, o TRE-SE disponibiliza desde as eleições de 2020 a Central de Libras que contou com dois intérpretes que recebiam as chamadas das pessoas com deficiência auditiva e podiam tirar suas dúvidas e receber orientações em Libras.

Esse trabalho pioneiro já foi destacado pela imprensa nacional, aparecendo em reportagem do Jornal Hoje da emissora Globo, além de outras mídias como a TV do TSE e vários órgãos de imprensa digital.

1.1.8.3 Votação dos presos provisórios

Rotineiramente, o TRE/SE providencia o cumprimento legal do respeito aos direitos dos presos provisórios, envidando todo os esforços.

Nas eleições de 2022 foram constituídas em nosso estado cinco unidades de votação para presos, sendo 4 para presos provisórios e 1 para internação de adolescentes.

1.2 Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAO

1.2.1 Orçamento ordinário

As dotações finais disponibilizadas para as despesas obrigatórias (pessoal e benefícios) e discricionárias (custeio e investimento) correspondem aos seguintes valores:

Despesas	Dotação final 2021 (R\$)	Dotação final 2022 (R\$)(até 05/12/2022)
Pessoal	85.163.819,00	86.338.011,00
Beneficios	5.328.984,00	7.036.300,00
Custeio	7.615.920,00	9.882.486,00
Investimento	3.097.974,00	8.291.418,00
Total	101.206.697,00	111.548.215,00

Tabela 1 - Dotações finais disponibilizadas para as despesas obrigatórias

Na execução do orçamento referente às despesas discricionárias do referido biênio houve bons resultados dos indicadores orçamentários e financeiros: a Execução Orçamentária em 2021 atingiu um percentual de 98,94% e em 2022(até o dia 05/12/2022) o percentual foi de 98,39%.

- a. O limite de pagamento para despesas discricionárias no exercício 2021 R\$ 11.887.160,00 (Portaria TSE 823, de 13/12/2021) tendo sido executado 67,74% deste limite;
- b. O limite de pagamento para despesas discricionárias no exercício 2022 R\$ 19.116.701,00 (Portaria TSE 83, de 08/02/2022).

Considerando que houve a devolução de orçamento de despesas discricionárias nos meses de setembro e novembro, porém, sem a correspondente devolução de limite financeiro, a execução do limite de pagamento foi impactada negativamente por esta situação. O percentual de execução do limite de pagamento no exercício de 2021 foi de 67,74%.

Execução	Em 2021 (R\$)	Em 2022 (R\$) (até 05/12/2022)
Execução orçamentária (discricionárias)	10.600.619,15	17.880.540,64
Execução do limite de pagamento (discrici- onárias)	8.051.955,88	14.609.487,32

Tabela 2 – Execução orçamentária e do limite de pagamentos

No período, não houve aprovação do orçamento de investimento referente a obras, restando sobrestado o plano de construção dos demais cartórios que ainda funcionam em sedes alugadas ou cedidas pelo Tribunal de Justiça.

1.2.2 Orçamento para as Eleições 2022 (até 05/12/2022)

Em 2022, a provisão concedida pelo TSE para a realização das eleições foi suficiente para o atendimento das despesas de custeio e de pessoal, como por exemplo a concessão do valor máximo de R\$ 40,00 por dia trabalhado para o custeio da alimentação dos colaboradores da eleição no 1.º turno, tendo havido um aumento desse valor que passou para R\$ 55,00, somente no 2.º turno e apenas para categoria de mesários, houve também a aquisição de camisas para mesários e colaboradores.

Número de eleitores para o pleito de 2022 = 1.607.619

Provisão total executada = R\$ 10.601.307,32

Custo por eleitor: R\$ 6,59

Grupo pleitos eleitorais	Provisão recebida (R\$)	Execução (R\$)	% de execução
Pessoal	6.059.530,40	4.541.224,40	74,94
Custeio	6.250.734,00	6.060.082,92	96,95
Total	12.310.264,40	10.601.307,32	86,12

Tabela 3 - Provisão concedida e execução realizada para as despesas de Pessoal e Custeio

1.2.3 Demais atividades desenvolvidas pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade no biênio (2021-2022)

- a. Implementação, através de Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil S.A., do Pagamento via PIX do Auxílio-Alimentação aos colaboradores nas Eleições 2022 (modalidade adotada pela 2ª Zona Eleitoral);
- b. Modificação do *lay-out* da página Gestão Orçamentária e Financeira no Portal da Transparência, atualizada conforme frequência consignada na Portaria TRE-SE Nº 300/2021;
- c. Atualização do Manual de Processo de Trabalho Nº 09, versão 3 Concessão, distribuição e prestação de contas do Auxílio-alimentação em pecúnia;
- d. Implementação de lista de verificação informando itens analisados e campo destinado a supervisão dos procedimentos efetuados nos processos de análise da prestação de contas de alimentação nas Eleições, com distribuição em pecúnia;



- e. Implementação do sistema da EFD Reinf para órgãos públicos, a partir de setembro/2022 e da DCFTweb, a partir de outubro/22 para recolhimento/informações à Receita Federal das retenções de contribuições previdenciárias do regime geral (INSS) efetuadas pelo Órgão;
- f. Execução da instalação de energia solar/fotovoltaica em toda a sede do Tribunal, com previsão de conclusão em janeiro de 2023;
- g. Reforma da sede e de diversos cartórios eleitorais;
- h. Ampliação da sede do TRE-SE com a construção do novo arquivo;
- i. Instalação de arquivos deslizantes no novo arquivo;
- j. Realização de licitação para ampliação do depósito de urnas (obras em andamento);
- k. Contratação do projeto de reforma do Fórum Eleitoral que abriga os cartórios eleitorais da capital, cuja obra estimada em R\$ 1.600.000,00 está prevista para abril de 2023;
- 1. Contratação de diversas soluções de segurança da informação; e
- m. Conclusão da obra de reforma de combate a incêndio em dezembro de 2022.

1.2.4 Projetos em andamento para o exercício de 2022

- Manualização de todo o processo de contratação, com a elaboração de novos artefatos e normas internas;
 - Substituição do atual sistema de CFTV da sede do Tribunal.
- Execução da instalação de energia solar/fotovoltaica em toda a sede do Tribunal, com previsão de conclusão em janeiro de 2023; e
 - Início das obras de ampliação do depósito de urnas, com previsão de conclusão em 2023.

1.2.5 Proposta Orçamentária para 2023

A Proposta Orçamentária para o exercício de 2023 que se encontra em tramitação no Congresso Nacional corresponde ao total de **R\$ 112.420.177,00**, cujos valores detalhados por ação e grupo de despesa estão indicados no item VII — Quadros Demonstrativos.

Grupo da Despesa	Valor (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	85.308.606,00
Beneficios	6.465.443,00
Custeio	16.389.976,00



Investimento	4.256.152,00
Total	112.420.177,00

Tabela 4 - Proposta Orçamentária para o exercício de 2023

1.2.6 Restos a pagar de 2022 e seu impacto no limite financeiro para 2023

A inscrição em restos a pagar proveniente do exercício de 2022 ainda não foi consolidada, haja vista que através da Comunicação Interna n.º 444/2022-SAO foi concedido o prazo até o dia 09/12/2022 para que os gestores informem qual o valor será inscrito em restos a pagar.

Em função da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou os gastos públicos, onde o montante inscrito em restos a pagar concorre com o limite de pagamento do exercício, verifica-se que o impacto do total do valor inscrito em 2020 (R\$ 971.596,64) em relação ao orçamento previsto para o exercício 2021 (R\$ 101.041.074,00) é de 0,96%.

1.2.7 Relatório de gestão fiscal

Ver Quadro Demonstrativo "d" - Relatório de Gestão Fiscal – período – 2º QUADRIMES-TRE DE 2022, onde resta demonstrado que a despesa total com Pessoal no período compreendido entre setembro de 2021 a agosto de 2022 (quando da publicação do último relatório) foi de R\$ 71.838.406,50, distante do limite de alerta determinado para o TRE-SE, que é de R\$ 158.732.051,38.



1.2.8 Quadros demonstrativos

a) Orçamento 2021 – dotação, créditos e execução

ORÇAMENTO 2021 – DOTAÇÃO, CRÉDITOS E EXECUÇÃO

Classificação Orçamentária																
			Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada	Contingen ciado		rimentação Líquida de Créditos Dotação Líqui		Execução					
Descrição Fo	onte			Acréscimos	Decréscimos			Provisão	Destaqu e		Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Ação e Subtítulo co	Código	GND	A	В	С	D=A+B+C	E	F	G	H = D-E+F+G	1	I/H	J	J/H	к	к/н
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL 0:	0100	3						178.655,00		178.655,00	165.796,59	92,8%	165.744,59	92,8%	165.744,59	92,8%
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL 0:	0100	1						428.707,82		428.707,82	365.200,60	85,2%	173.413,04	40,5%	173.413,04	40,5%
ATIVOS CIVIS DA UNIAO - NO ESTADO DE 0: SERGIPE	0100	1	###	1.473.864,00		59.963.968,00				59.963.968,00	59.842.072,22	99,8%	59.512.363,16	99,2%	59.512.363,16	99,2%
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	4	1.000.000,00	2.080.000,00	-437.026,00	2.642.974,00				2.642.974,00	2.637.473,04	99,8%	339.500,88	12,8%	339.500,88	12,8%
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	100	3	8.800.203,00		-1.975.710,00	6.824.493,00				6.824.493,00	6.757.450,18	99,0%	6.399.511,10	93,8%	6.367.051,58	93,3%
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	0127	3	1.271.427,00		-480.000,00	791.427,00				791.427,00	765.371,47	96,7%	706.534,01	89,3%	706.534,01	89,3%
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS - NO ESTADO DE SERGIPE	151	3	1.930.356,00			1.930.356,00				1.930.356,00	1.930.264,00	100,0%	1.925.551,92	99,8%	1.925.551,92	99,8%
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORE - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	3	3.365.462,00	33.166,00		3.398.628,00				3.398.628,00	3.285.780,73	96,7%	3.277.145,29	96,4%	3.277.145,29	96,4%
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQ - NO 0: ESTADO DE SERGIPE	0100	1	###	116.329,00	-350.000,00	11.224.087,00				11.224.087,00	11.125.536,48	99,1%	11.125.536,48	99,1%	11.125.536,48	99,1%
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	1		105.952,00	-105.952,00											
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE	156	1	8.333.320,00		-230.000,00	8.103.320,00				8.103.320,00	8.096.753,24	99,9%	8.096.753,24	99,9%	8.096.753,24	99,9%
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE	169	1	6.042.444,00		-170.000,00	5.872.444,00				5.872.444,00	5.804.383,99	98,8%	5.804.383,99	98,8%	5.804.383,99	98,8%
AMPLIAÇÃO DO EDIFICIO 9: SEDE DO TRIBUNAL 0:	0100	4	350.000,00	105.000,00		455.000,00				455.000,00	440.324,46	96,8%	29.561,27	6,5%	29.561,27	6,5%
TOTAL			101.041.074,00	3.914.311,00	-3.748.688,00	101.206.697,00		607.362,82		101.814.059,82	101.216.407,00	99,4%	97.555.998,97	95,8%	97.523.539,45	95,8%

Fonte: Tesouro Gerencial Data da Extração: 05 de dezembro de 2022



b) Orçamento 2022 – dotação, créditos e execução at
é $05/12/2022\,$

ORÇAMENTO 2022 - DOTAÇÃO, CRÉDITOS E EXECUÇÃO (até 05/12/2022)

Classificação Orçamentária			Dotação Inicial	Créditos A	Adicionais	Dotação Atualizada	Contingencia do	Movimentaç de Cré		Dotação Líquida	Execução da				
Descrição	Fonte			Acréscimos	Decréscimos			Provisão	Destaque		Empenhado	%	Liquidado	%	Pago
Ação e Subtítulo	Código	GND	A	В	С	D=A+B+C	E	F	G	H = D-E+F+G	1	1/H	J	J/H	к
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - 167850	0100	1						6.059.530,40		6.059.530,40	4.541.224,40	74,9%	3.804.412,76	62,8%	3.675.990,75
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - 167864	0100	3						6.058.478,00		6.058.478,00	5.870.709,14	96,9%	5.460.056,42	90,1%	5.331.331,24
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL - 167869	0100	3						192.256,00		192.256,00	189.373,78	98,5%	156.433,48	81,4%	155.319,24
ATIVOS CIVIS DA UNIAO - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	1	59.439.421,00			59.439.421,00				59.439.421,00	59.414.857,68	100,0%	55.360.739,98	93,1%	54.881.659,61
ATIVOS CIVIS DA UNIAO - NO ESTADO DE SERGIPE	0300	1		2.712.716,00	-950.000,00	1.762.716,00				1.762.716,00					
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	4	6.701.730,00		-780.000,00	5.921.730,00				5.921.730,00	5.844.184,42	98,7%	2.942.059,70	49,7%	2.889.687,44
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	3	8.158.851,00		-1.091.000,00	7.067.851,00				7.067.851,00	6.951.357,41	98,4%	5.285.179,07	74,8%	5.220.312,02
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	0127	3	1.871.794,00			1.871.794,00				1.871.794,00	1.852.767,13	99,0%	1.217.011,48	65,0%	1.190.575,43
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS - NO ESTADO DE SERGIPE	100	3		551.964,00		551.964,00				551.964,00					
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS - NO ESTADO DE SERGIPE	0151	3	1.912.404,00	1.160.639,00	-3.073.043,00										
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS - NO ESTADO DE SERGIPE	188	3		3.073.043,00		3.073.043,00				#NOME?	2.795.230,35	###	2.496.481,09	###	2.496.481,09
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORE - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	3	3.431.003,00	41.290,00	-61.000,00	3.411.293,00				3.411.293,00	3.354.556,32	98,3%	3.062.879,15	89,8%	3.062.879,15
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	1	11.203.819,00	58.857,00		11.262.676,00				11.262.676,00	11.152.416,16	99,0%	10.307.983,72	91,5%	10.307.983,72
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE	0156	1	8.074.909,00			8.074.909,00				8.074.909,00	8.073.823,72	100,0%	7.052.229,18	87,3%	6.994.998,79
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE	0169	1	5.978.289,00		-180.000,00	5.798.289,00				5.798.289,00	5.785.097,91	99,8%	5.750.827,60	99,2%	5.750.827,60
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	100	3	200.000,00	742.841,00		942.841,00				942.841,00	942.840,80	100,0%	199.037,80	21,1%	199.037,80
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	100	4	2.014.326,00		-638,00	2.013.688,00				2.013.688,00	2.013.687,80	100,0%	2.013.687,80	100,0%	2.013.687,80
AMPLIAÇÃO DO DEPÓSITO DE ARMAZENAMENTO DE URNAS	0100	4	170.000,00	206.000,00	-20.000,00	356.000,00				356.000,00	275.703,08	77,4%	11.000,00	3,1%	11.000,00
TOTAL			109.156.546,00	8.547.350,00	-6.155.681,00	111.548.215,00		12.310.264,40		#NOME?	119.057.830,10	###	105.120.019,23	###	104.181.771,68

Fonte: Tesouro G Data da Extração: 05 de dezembro o



c) Proposta Orçamentária 2023

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2023

AÇÕES E GRUPOS DE DESPESA

Setembro/2022

Ação Orçamentária/Plano Orçamentário	Grupo de Natureza de Despesa	Valor (R\$)
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça	3 - Outras Despesas Correntes	16.015.676
Eleitoral	4 - Investimentos	2.656.152
	Total Julgamento de Causas	18.671.828
Capacitação de Recursos Humanos - EJE	3 - Outras Despesas Correntes	74.200
Capacitação de Recursos Humanos – PAC	2 - Outras Despesas Correntes	255.260
Capacitação de Recursos Humanos – TIC	3 - Outras Despesas Correntes	44.840
Reforma de Cartório Eleitoral em Aracaju-SE	4 – Investimentos	1.600.000
TOTAL Despesas Discricion	nárias	20.646.128
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis e seus Dependentes	3 - Outras Despesas Correntes	3.076.260
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis e seus Dependentes (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis)	3 - Outras Despesas Correntes	336.792
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis e seus Dependentes (Auxílio-Transporte de Civis Ativos)	3 - Outras Despesas Correntes	106.536
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis e seus Dependentes (Auxílio-Alimentação de Civis Ativos)	3- Outras Despesas Correntes	2.872.224
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis e seus Dependentes (Auxílio-Funeral e Natalidade de Civis)	3 - Outras Despesas Correntes	73.631
Ativos Civis da União	1 - Pessoal	60.201.069
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1 - Pessoal	11.124.997
Aposentadorias e Pensões Civis da União	1 - Pessoal	13.982.540
TOTAL Despesas Obrigató	rias	91.774.049
TOTAL		112.420.177

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2023 POR GRUPO DE DESPESA	VALOR (R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	85.308.606	76%
BENEFÍCIOS	6.465.443	6%
CUSTEIO	16.389.976	15%
INVESTIMENTOS	4.256.152	4%
TOTAL	112.420.177	100%



.d) Relatório de Gestão Fiscal – período – 2º quadrimestre de 2022

ANEXO I UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

DESPESA BRUTA COM CA1231194 C-480.716.77 9.911.97.23 7.250.923.39 8.999.83.99 C-606.803.81 C-657.07.52 C-511.030.39 C-730.204.94 C-723.231.74 C-497.491.53 C-668.232.51 Rescal Atron C-678.001.83 C-678	RUTA COM 6.	(Últimos 12 meses) LI QUIDADAS	JUN/22 JUL/22 ,	INSCRITAS EN				
DESPESA COM PESSONA SET/21 OUT/21 NOV/21 DESPESA BRUTA COM 6.412311.94 6.480.716.77 9.911.917.23 7.209.923.79 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.700.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.322.31 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.700.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.322.31 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.700.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.322.31 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.700.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.322.31 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.700.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.322.31 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.700.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.322.31 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.700.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.322.31 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.700.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.322.31 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.700.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.322.31 8.599.839.99 6.609.803.81 6.657.077.52 6.511.050.30 6.750.204.94 6.752.331.74 6.497.91.91 6.698.922.31 8.599.839.99 7.71 7.720.912.83 7.720.912.83 8.699.839.99 7.720.912.83 8.699.839.99 7.720.812.83 8.699.839.99 7.720.812.83 8.699.839.99 7.720.812.83 8.699.839.99 7.720.812.83 8.699.839.99 8.699.839.90 8.699.839.90 8.699.839.90 8.699.839.90 8.699.839.90 8.699.839.90 8.699.839.90 8.699.839.90 8.699.839.80 8.699.839.80 8.699.839.80 8.699.839.80 8.699.839.80 8.699.839.80	RUTA COM 6.		1 JUN/22 JUL/22					
PESSOAI (1) Persoal Attoo. 5.347.011.82 5.418.509.66 8.317.843.97 6.188.716.58 7.403.018.35 5.302.002.41 5.3582.437.09 5.436.187.08 5.4	0.00			AGO/22 TOTAL RESTOS A (ÚLTIMOS 12 PAGAR NÃC MESES) PROCESSADO (a) (b)				
Vencimentos, Variagems e Outras Despesas Variavies Dirigações Patronais SP2,698,96 SP3,1286 SP3,1286 SP2,698,96 SP3,1286	10000		AND THE PERSON NAMED IN TH	6.698.522,51 85.512.245,76 521.496,				
Variagem e Outras Despeta Variagem e Outras	a 5.	09,96 8.317.843,97 6.188.716,58 7.403.618,35 5.502.202,34 5.582.457,09 5.436.187,08 5.618.62/	.62 5.669.676,86 5.454.109,97 5.6	5.655.140,95 71.590.095,59 521.496,				
Description	e Outras riáveis	Contraction of the Contraction o	APRIL 1 (1940) (1940) (1940) (1940) (1940) (1940)	A TO SHOULD SERVED AS TO SERVED SERVE				
Pensionistas Aposentadorias, 719-749-67 720-832,83 1.080-066.39 720-832,83 1.081-249,33 726-641,39 723.737,11 723.737,11 723.737,11 698.303,04 698.303,04 9 Pensides 349-550,45 341,373,98 514-067,87 341,373,98 514-966,31 381,020,08 350-843,32 351,126,20 387,847,21 358.977.7 345.078,52 345.078,52 4 Outras Despesas de		175,24 1.784.179,48 938.072,48 906.578,78 882.018,09 895.500,57 890.619,52 907.31	,60 902.886,01 897.729,73	908.959,69 11.710.731,15 1.755,				
Aposentadorias, Reserva e Reforms Pensões 349-550.45 341.373.98 514.007.87 341.37 341.37 341.37 341.37 341.37 341.37 341.37 341.37 341.37 341.37 341.37 34		206,81 1.594.073,26 1.062.206,81 1.596.235,64 1.107.661,47 1.074.580,43 1.074.863,31 1.111.58	.32 1.082.674,88 1.043.381,56 1/	1.043.381,56 13.922.150,17				
Despesas de	adorias,	332,83 1.080.065,39 720.832,83 1.081.249,33 726.641,39 723.737,11 723.737,11 723.737	,11 723.737,11 698.303,04 (698.303,04 9.340.925,96				
Pessoal Decorrence de Contratos de Terceficiação ou de Contratos de Terceficiação ou de Contratos de Terceficiação ou de Contratos de Forma Indireta (5.1º do art. 18 da IRF) Despesa com Pessoal	2	373,98 514.007,87 341,373,98 514,986,31 381,020,08 350,843,32 351,126,20 387,84	,21 358.937,77 345.078,52	345.078,52 4.581.224,21				
National	orrentes de de o ou de de Forma º do art. 18							
DESPESAS NÃO 1.069.300,12 1.069.300,12 1.069.828.68 1.125.146,12 1.596.235.64 1.107.661,47 1.074.769,40 1.074.863,31 1.111.734.84 1.094.653.48 1.044.314,98 1.043.381,56 14. COMPUTADAS (II) (51* do art. 19 do IRF) Indehta; per por Desmissão e Incentivos à Demissão o Inc	Executada			ā - ā				
Indentizações por	NÃO 1: AS (II) (§1"	.58,72 1.598.828,68 1.125.146,12 1.596.235,64 1.107.661,47 1.074.769,40 1.074.863,31 1.111.736	,84 1.094.653,48 1.044.314,98 1.0	1.043.381,56 14.003.548,32 191.787.				
Decisio Judicial de	Incentivos à oluntária		- 11.978,60 -	- 11.978,60				
Anteriores de Período	udicial de erior ao da							
Apuração	de Período ao da	Section 1	(800)	- 69.419.55 191.787,				
com Recursos Vinculados	Recursos	06.81 1.594.073,26 1.062.206.81 1.596.235.64 1.107.661.47 1.074.580.43 1.074.863,31 1.111.584	,32 1.082.674,88 1.043.381,56 1.0	1.043.381,56 13.922.150,17				
DESPESA L'(QUIDA CDM 5.343.011.82 5.418.058,05 8.313.088.55 6.125.777,27 7.403.618.35 5.502.202,34 5.582.268,12 5.436.187.08 5.618.470,10 5.657.698.26 5.453.176.55 5.655.140.95 71.		158,05 8.313.088,55 6.125.777,27 7.403.618,35 5.502.202,34 5.582.268,12 5.436.187,08 5.618.476	.10 5.657.698,26 5.453.176,55 5.6	5.655.140,95 71.508.697,44 329.709,				
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMÍTE LEGAL VALOR %:	O CUMPRIMENT	VALOR		% SOBRE A RCL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV) 1.247.128.736.919,68			1.247.128.736.919,68					
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V)= (IIIa + IIIb) 71.838.406,50	RRENTE LÍQUIDA -							

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 22/set/2022, hora da emissão: 08h e 10m.

^{&#}x27;Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no seguindo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

^{1.} Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

^{2.} Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.599, de 20 de setembro de 2022, publicada em 21 de setembro de 2022 no D.O.U.

3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração", não foram incluídos os valores de R\$ 19.595,38, R\$ 8.714,40, R\$ 2.079,30, R\$ 793,27 e R\$ 344,91, nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e junho de 2022, respectivamente, pois a competência pertence ao período de apuração.



1.3 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

1.3.1 Serviços desenvolvidos relacionados à infraestrutura

- Implantação da Gestão de Riscos;
- Implantação do novo sistema de registro de ponto por identificação biométrica;
- Implantação de solução de comunicação de dados para interligação do TRE/SE e JF/SE;
- Implantação de STIC TSE INFODIP (CRE);
- Implantação de STIC TSE AUDITSE (COAUD);
- Implantação de STIC TSE E-SOCIAL (SGP);
- Instalação de novos Racks de TIC nas Zonas;
- Instalação de Access Point nos cartórios eleitorais do interior do Estado;
- Implantação do e-social Eventos 2000 (TSE);
- Implantação de STIC ASCOM/TRE-SE RADIO WEB;
- Realização de estudo e implementação técnica de solução de duplo fator de autenticação para os serviços internos e externos;
- Implementação de solução para o gerenciamento de vulnerabilidades aplicável à infraestrutura;
- Implantação do sistema SJURV3 (TSE).

1.3.2 Atividades Relacionadas à Segurança da Informação

- Execução de Protocolos e Manuais conforme orientação do CNJ;
- Monitoramento/Ações nas diversas soluções de cibersegurança;
- Acompanhamento dos indicadores de TIC, no que se refere à segurança cibernética;
- Conscientização dos usuários da rede computacional do Tribunal, através de comunicados, reuniões, e-mail, etc;
- Análises de Riscos: ataque ao STJ, servidor EAD, WordPress, computadores com Windows XP, permissões de acesso, WathsApp, sistema de agendamento, indisponibilidade do sistema ELO, sistema de inventário do TRE/SC, sistema de gestão por competência (COYOTE), Moodle, Audit/TSE, uso autorizado de senha;
- Acompanhamento das tentativas de invasões em diversos órgãos da administração federal, como forma de estudo/prevenção contra ataques à nossa rede de computadores.



1.3.3 A equipe de cibersegurança participou dos treinamentos seguintes:

- Administração da solução de gerenciamento de contas privilegiadas repasse de conhecimento beyondtrust;
- Comptia security+ 501;
- Análise forense de rede;
- Teste de invasão em rede sem fio;
- Gestão de riscos de segurança da informação e privacidade;
- Workshop attack and defense methodologies (fortinet securit fabric em ação);
- TREND Vision One.

1.3.4 Contratações por meio de Registro de Preços em que o TRE-SE atua como copartícipe:

MFA – Múltiplo Fator de Autenticação;

Plataforma de conscientização em cibersegurança;

WAF – Firewall de aplicações WEB;

Solução de gerenciamento de ativos e patches.

1.3.5 Atividades Relacionadas as Eleições Comunitárias

Na tabela a seguir constam as informações relacionadas as eleições comunitárias realizadas em 2021 e 2022.

	ELEIÇÕES COMUNITÁRIAS REALIZADAS					
Ano	Instituição Requerente	Data da Eleição	Quantidade de Urnas Utilizadas	Quantidade de Eleitores		
	Eleição do Conselho Estadual de Saúde de Sergipe	09/09/21	3	300		
2021	SINDIPEMA - GESTÃO 2021/2025	14/10/21	7	1.425		
	Eleição da OAB Triênio 2022/2024	16/11/21	32	7.767		
2022	Colégio Salesiano	09/03/22	6	624		
	Totais	48	10.116			



Vale ressaltar que, para a realização de eleições parametrizadas, são necessárias as providências a seguir relacionadas:

- Montar os dados da eleição com a utilização de um Sistema denominado Kit Parametrizador:
- Proceder à geração de mídias que serão utilizadas nas urnas eletrônicas;
- Proceder à carga de dados nas urnas eletrônicas;
- Realizar treinamento dos Mesários que participarão da eleição;
- Prestar o suporte técnico no dia da Eleição.

1.3.6 Atividades relacionadas ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas

- Implantação do Novo Validador do CNJ (2021), incorporando novos critérios para qualificação de dados do DATAJUD.
- Implantação do Sistema Atena, ampliando substancialmente as funcionalidades para melhor qualificação de dados do DATAJUD por todas as áreas envolvidas.
- Evolução do iPleno, contemplando a Integração com o PJe 2.1.
- Desenvolvimento de solução de BI para painéis e relatórios da área Administrativa e Financeira, relacionados a Justiça em Números (CNJ) e TCU.
- Implantação da Solução de BI do TRE-RN (SAO e SGP).
- Desenvolvimento de BI Judiciário, contemplando Painéis e Relatórios do Pje (1º e 2ºgraus) DA-TAJUD@SE.
- Desenvolvimento de solução de Painéis para o Selo Cartórios 2021.
- Evolução do DATAMED@SE Painéis e Relatórios de licença médica.
- Painéis de Indicadores processuais do Planejamento Estratégico (10 e 20 graus).
- Desenvolvimento de solução de Painéis para o Selo Cartórios 2022, congregando novos critérios.
- Elaboração do primeiro Plano de Transformação Digital do TRE-SE.
- Conteinerização de soluções de software Fase 2 -, aprimorando a administração de serviços em ambiente virtualizado, otimizando o uso de recursos de infraestrutura, além de possibilitar uma maior produtividade e agilidade para implantação das soluções de TIC, maior disponibilidade dos sistemas, assim como a padronização do ambiente tecnológico.
- Adequação em Sistemas para uso de Nome Social, envolvendo a mudança em dezenas de sistemas internos, para fins de cumprimento da Resolução CNJ nº 270/2018, que objetiva assegurar a possibilidade de uso do nome social às pessoas trans, travestis e transexuais usuários dos servicos

judiciários, aos magistrados, aos estagiários, aos servidores, aos trabalhadores terceirizados do Poder Judiciário, em seus registros funcionais, sistemas e documentos.

- Adaptação em Sistemas para adequação à Res. CNJ 376/21 (flexão de gênero), envolvendo mudança em dezenas de sistemas internos.
- Nivelamento técnico da equipe para a Plataforma Digital do Poder Judiciário, envolvendo a participação em eventos promovidos pelo CNJ e treinamentos internos e externos.
- Justiça em Números e Produtividade: ajustes visando aderência à Parametrização do CNJ (SADP), de 2021.
- Justiça em Números e Produtividade: ajustes visando aderência à Parametrização do CNJ (Pje), de 2021.
- Implementação de autenticação para Infodip e suporte à implantação.
- Contratação de Serviços de Sustentação de Sistemas 2021.
- Sistema de Envio de Arquivos para CNJ, visando Prêmio de Qualidade CNJ 2021.
- Sistema de validação de informações processuais em padrão MNI para CNJ, visando Prêmio de Qualidade CNJ 2021.
- Adequações no Gerador de XML, visando Prêmio de Qualidade CNJ 2021.
- Qualificação e envio de carga completa para CNJ.
- Justiça em Números e Produtividade (2021): revisão para envio de carga completa.
- Implantação do Faxina JUD / CNJ, com intuito de melhorar a qualidade dos dados do TRE-SE.
- Participação em projeto OtimiZE, junto ao !9SE, que visou identificar soluções capazes de otimizar rotinas administrativas dos Cartórios Eleitorais.
- Atualização de Sistema de Gestão de Estagiários para eSocial.
- Contratação de Serviços de Sustentação de Sistemas Inserção e Estabilização
- Atena Atualização para a mais recente versão e desenvolvimento de integração com os dados do SADP.
- Participação no Núcleo de Desenvolvimento Colaborativo Nacional do Sistema Atena.
- Atualização do sistema CONDIRF, do TSE.
- Sistema Gestoc Importação e preparação para 2022.
- Revisão de Catálogo de Soluções de Software de desenvolvimento interno (inclusive atributos).
- Atualização de Sistema de Gestão de Estagiários para eSocial.
- Atualização de segurança (Log4J) em todos os sistemas desenvolvidos internamente.



- Sustentação do DataAdm@SE Painéis e relatórios da área Administrativa e Financeira, relacionados a Justiça em Números (CNJ) e TCU
- Contagem ou atualização de tamanho funcional de softwares de desenvolvimento interno
- Avaliação e implantação de ferramenta de BI para o TRE-SE.
- Evolução do DataJud@SE.
- Validador do CNJ (2022) Atualizações incorporando novos critérios para qualificação de dados do DATAJUD.
- Adequações no Gerador de XML, visando Prêmio de Qualidade CNJ 2022.
- Sistema de Envio de Arquivos para CNJ, visando Prêmio de Qualidade CNJ 2022.
- Sistema de Validação de informações processuais em padrão MNI para CNJ, visando Prêmio de Oualidade CNJ 2022.
- Qualificação e envio de carga completa para CNJ (2022).
- Sistema Atena Realização de diversas atualizações.
- Utilização de arquitetura distribuída para desenvolvimento de novas soluções.
- Suporte e sustentação dos diversos sistemas internos.
- Treinamento na arquitetura do Plataforma Digital do Poder Judiciário, do CNJ.

1.3.7 Atividades de desenvolvimento relacionadas às Eleições 2022

- Desenvolvimento do Robô Hórus para Automação de Processos de Registro de Candidaturas (RCAND), com vistas a liberar servidoras e servidores para tarefas para as quais é recomendável a intervenção humana. O robô realizou mais de 2.600 tarefas, reduzindo substancialmente o seu tempo de execução, sem haver qualquer falha no processo e com o registro de todas as atividades em logs de auditoria, que puderam ser acompanhadas através de painéis de monitoramento.
- Desenvolvimento do Sistema de Ocorrências de Eleição 2022, contemplando evolução nos módulos Web e Mobile, em especial, aspectos ligados ao gerenciamento de apoio logístico e novos requisitos de segurança e usabilidade.
- Lançamento de solução de BI para área eleitoral, envolvendo painéis e relatórios gerenciais afetos às eleições (DATA@ELO).
- Modernização do Pré-Eleição para Eleições 2022.
- Evolução em FrotaWeb (Órgãos) para as Eleições 2022.
- Pré-Eleição 2022 Evolução de Módulo de Veículos.



- Pré-Eleição 2022 Disponibilização do módulo de Voluntários.
- Pré-Eleição 2022 Disponibilização do módulo de Vistoria Mobile.
- Pré-Eleição 2022 Disponibilização do módulo de Vistoria web.
- Pré-Eleição 2022 Disponibilização do módulo de Juntas Eleitorais.
- Pré-Eleição 2022 Disponibilização do módulo de Faixas.
- Pré-Eleição 2022 Disponibilização do módulo de Treinamento de Mesários
- Pré-Eleição 2022 Disponibilização do módulo de Postos de Apoio
- Integração de sistemas internos do TRE-SE com novo Cadastro Eleitoral.
- Suporte e sustentação dos diversos sistemas internos relativos às atividades eleitorais, além do fornecimento de diversos relatórios.
- Participação nas demais atividades de eleição, a exemplo da carga, lacração, geração de mídias, preparação de kits, auditoria e suporte a urna.

1.3.8 Atividades relacionadas à governança de TI

Nível de governança no iGovTIC-JUD do CNJ

Ponto importante da governança de TI foi a manutenção do nível "Excelência" nos anos de 2021 e 2022 no levantamento que apura o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), promovido pelo CNJ.

Na edição 2022 do iGovTIC-JUD, o TRE-SE ficou na quarta posição entre os Tribunais Regionais Eleitorais e na décima quinta colocação entre os 93 tribunais do país.

1.3.9. Atividades relacionadas aos comitês administrados pela STI:

Comitê de Governança de TI (CGovTI)

Trata-se de comitê permanente, instituído pela Portaria TRE-SE 813/2021, encarregado da governança (avaliação, direção e monitoramento) de tecnologia da informação no Tribunal. Reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada semestre, sendo que as deliberações do grupo são registrados em ata, disponibilizadas publicamente no endereço https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comite-de-governanca-de-ti-cgovti.



		Principais Deliberações do CGovTI
Ano	Datas	Deliberações
2021	17/08/21	Aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2021-2022)
2021	14/12/21	Realizou a priorização dos projetos de TIC a serem executados em 2022; avaliou o resultado dos indicadores de TIC relativos a 2021
2022	06/07/22	Avaliou os resultados das iniciativas e projetos de TIC executados no primeiro semestre; validou o conteúdo do Painel de Informações Gerenciais, disponível no Portal de Governança de TIC

Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI)

Trata-se de comitê permanente, instituído pela Portaria TRE-SE 578/2018, nominado inicialmente Comitê de Segurança da Informação (CSI) e por meio da Portaria 601/2021, passou a ser intitulado Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI). O CGSI compete propor melhorias nas normas internas relacionadas à segurança da informação, propor e realizar ações relacionadas à segurança da informação no âmbito do TRE-SE, além de assessorar a alta administração do TRE-SE nas questões relacionadas à segurança da informação. Reúne-se, ordinariamente, duas vezes ao ano em 2021 e a partir de 2022 passou a se reunir três vezes ao ano, sendo que as deliberações do grupo são registrados em ata, disponibilizadas publicamente no endereço https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comite-de-seguranca-da-informacao-csi.

		Principais Deliberações do CGSI
Ano	Datas	Assuntos Abordados/Deliberações
2021	08/10/21	Foi apresentado aos membros do comitê as ações relacionadas à segurança da informação que estão sendo desenvolvidas no TRE-SE, tendo como ênfase campanha educativa com o objetivo de mostrar o correto uso da rede de dados da Justiça Eleitoral, além de explanação sobre os aspectos básicos da segurança da informação e sobre a atuação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidente em Redes (ETIR).
	15/12/21	Foi deliberado sobre a inserção do tema Segurança da Cibernética como tópico estratégico e primordial para constar das pautas institucionais no âmbito do TRE-SE. Foi informado aos membros do comitê sobre a elaboração de norma interna com os procedimentos para a exclusão das informações nos equipamentos descartados.
2022	09/03/22	Tendo em vista os riscos e prejuízos ocasionados por ataques cibernéticos e incidentes de natureza não diretamente cibernética o que vem acontecendo no Brasil e no mundo de forma crescente, foi decidida a necessidade de que todos os servidores efetivos e requisitados, terceirizados, colaboradores e estagiários devem assinar Termo de Sigilo e Confidencialidade. Preliminarmente, será feita consulta à Assessoria Jurídica do Tribunal para definição segura de como se dará a



	Principais Deliberações do CGSI						
Ano	Datas Assuntos Abordados/Deliberações						
		obrigatoriedade.					
	08/06/22	Foi apresentado ao CGSI, relatório contendo, em resumo, a situação de uso de aplicativos e mídias sociais na rede cibernética do TRE/SE, no mês de maio de 2022 e diante os dados apresentados pelo GSI, o CGSI deliberou, à unanimidade, não tomar nenhuma medida imediata quanto a restrições de uso de aplicativos e mídias sociais na rede cibernética do TRE/SE, cabendo à STI apresentar análise detalhada das informações para ulterior apreciação.					

Comitê de Gestão de TI (CGesTI)

Trata-se de comitê permanente, instituído pela Portaria TRE-SE 813/2021, encarregado da gestão (planejamento, construção, execução e monitoramento das soluções) de tecnologia da informação no Tribunal. Reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, sendo que as deliberações do grupo são registrados em ata, disponibilizadas publicamente no endereço https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comite-de-gestao-de-ti-cgesti.

	Principais Deliberações do CGesTI						
Ano	Datas	Deliberações					
2021	18/01/21	Consolidou o entendimento das unidades da STI acerca das respostas a serem fornecidas na auditoria do Processo de Gestão Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na Gestão de Ativos, conforme Programa de Auditoria (0832047)					
	26/02/21	Efetuou revisão do questionário IGovTIC-2020, tendo em vista a melhoria da performance do TRE- SE no levantamento de 2021					
	26/03/21	Revisou as ações constantes da primeira versão do PDTI 2021 e avaliou a proposta de reestruturação do planos de TIC					
	22/04/21	Deliberou acerca do Plano de Trabalho para atendimento aos critérios estabelecidos na ENTIC-JUD 2021-2026					
	24/05/21	Tratou de problemas relacionados às Eleições e à segurança da informação, a serem sugeridos como temas de debate na reunião dos Secretários de Tecnologia da Informação da Região Nordeste no dia 25 de maio de 2021					
	09/06/21	Aprovou proposta de alteração da metodologia utilizada para elaboração do PDTIC 2021-2026.					
	07/07/21	Validou o Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (PTE)					
	13/08/21	Deliberou acerca de modificações no PDTIC sugeridas pelos Coordenadores de Sistemas e					



	Principais Deliberações do CGesTI						
Ano	Datas	Deliberações					
		Infraestrutura.					
	09/09/21	Revisou os processos de gestão de TIC e da Política de Segurança da Informação (PSI).					
	18/10/21	Tratou da forma de condução do Plano de Dados Abertos (PDA); definição dos OKRs para o ciclo outubro a dezembro; definição das iniciativas de segurança da informação; e análise da meta estipulada para o OKR-N1-2 do PDTIC					
	30/11/21	Avaliou o andamento do Plano de Transformação Digital e do Plano de Contratações de STIC.					
	13/12/21	Analisou o portfólio de projetos de TIC, tendo em vista o fornecimento de subsídios para tomada de decisão por parte do Comitê de Governança de TIC (CgovTIC)					
	17/01/22	Definiu a meta (nota do iGovTIC-JUD) para 2022; estabeleceu indicador para acompanhamento das ações relacionadas a segurança da informação (art. 42, III, Resolução CNJ 370/2021); estabeleceu nova sistemática para cálculo do indicador "Aprimorar as Aquisições e Contratações de Soluções de TIC" (OKR-N1-6); definiu os OKRs de Nível 2 para o primeiro ciclo de 2022 (janeiro a março).					
	11/02/22	Deliberou acerca da utilização do orçamento de segurança cibernética disponibilizado pelo TSE.					
	31/03/22	Realizou o acompanhamento da execução do Plano de Contratações de STIC.					
	27/04/22	Definiu o calendário para realização dos eventos de geração de mídias e carga de urnas, referentes ao primeiro turno das Eleições 2022, assim como identificou os recursos necessários para sua execução.					
	15/05/22	Deliberou sobre a estratégia de disseminação e a arquitetura das soluções de BI no TRE-SE; implantação do OtimiZE e andamento do Plano de Transformação Digital.					
2022	30/06/22	Realizou acompanhamento da execução do Plano de Contratações de STIC.					
	29/07/22	Realizou acompanhamento do Plano de Demandas Internas (PDI).					
	24/08/22	Avaliou o Plano de Contratações de STIC 2022 e a implantação dos protocolos de segurança cibernética (Portaria CNJ nº 162/2021).					
•	19/09/22	Efetuou a revisão dos seguintes processos e políticas de governança e gestão de TIC: Planejamento Orçamentário; Gestão de Riscos de TIC; Gerenciamento de Projetos de TIC; Gerenciamento do Ciclo de Vida de Software; Gerenciamento de Contratos de TIC; Gerenciamento de Ativos de TIC; Gerenciamento de Incidentes de TIC; Gerenciamento de Mudanças; Gerenciamento de Problemas e Cumprimento de Requisição. A Política de Segurança da Informação (PSI) também foi revisada.					
	11/10/22	Efetuou acompanhamento da execução do Plano de Contratações de STIC e do Plano de Transformação Digital.					
	22/11/22	Decidiu sobre a continuidade da adoção da metodologia OKR e deliberou acerca do projetos do portfólio de TIC a serem submetidos para priorização do CGOVTI.					



1.3.10 Atividades relacionadas às Eleições 2022

Visando à racionalização dos recursos, otimização do tempo e para evitar atropelos na execução das atividades, foi elaborado o planejamento englobando todas as atividades afetas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do processo eleitoral para as Eleições, conforme demonstrado a seguir:

Procedimentos relacionados ao suporte

Durante o período eleitoral a STI encaminhou diversas informações/orientações aos Cartórios Eleitorais relacionadas aos procedimentos técnicos das eleições, além do acompanhamento do cumprimento dos prazos atinentes ao cronograma operacional do cadastro e ao Calendário Eleitoral.

Procedimentos relacionados às cerimônias públicas

Como já é costumeiro nas eleições, foi elaborado o planejamento das diversas cerimônias públicas, relacionadas aos dois turnos das eleições, com a designação de datas e horários, além da publicação de editais conforme demonstrado no quadro a seguir:

Evento	Data/Período
Geração de Mídias para o 1º turno	14 a 16/09/22
Preparação das urnas eletrônicas para o 1º turno	15 a 17/09/22
	19 a 23/09/22
Processamento dos recursos e emissão do relatório de zerésima do Sistema de Totalização para o 1º turno	01/10/22
Geração de Mídias para o 2º turno	13/10/22
Preparação das urnas eletrônicas para o 2º turno	17 a 22/10/22
Processamento dos recursos e emissão do relatório de zerésima do Sistema de Totalização para o 2º turno	29/10/22

Procedimentos relacionados aos treinamentos

Para as eleições de 2022 a STI programou treinamentos presenciais e a distância (EAD), conforme poderá ser constatado na tabela a seguir:



SERVIDORES DAS ZONAS ELEITORAIS					
Conteúdo	Turma	Quant.	Data	Horário	Modalidade
Procedimentos de Suporte, Recuperador de	A	15	13/08/22	8h às 13h	Presencial
Dados (RED) e Sistema de Apuração (SA)	В	14			

SERVIDORES DA SECRETARIA DO TRIBUNAL						
Conteúdo	Turma	Quant.	Data	Horário	Modalidade	
Procedimentos de Suporte e Recuperador de	A	23	18/08/22	8h às 11h		
Dados (RED)	В	23	19/08/22		Presencial	
Sistema de Apuração (SA)	A	23	18/08/22	13h às 17h		
	В	23	19/08/22			

SERVIDORES DA SECRETARIA E CARTÓRIOS ELEITORAIS			
Conteúdo	Data	Modalidade	
SISTOT, Transportador e Sistema de Ocorrências	20 e 21/09/22	EAD	

Procedimentos realizados com as urnas eletrônicas:

- a. Preparação de 750 urnas eletrônicas com vistas a viabilização de treinamentos diversos;
- b. Realização de testes exaustivos, executando a substituição de baterias com a vida útil comprometida e a realização de carga das baterias das 6.934 urnas eletrônicas;
- c. Substituição das bobinas das 6.934 urnas eletrônicas.

Organização dos procedimentos de geração de mídias:

Os procedimentos de geração de mídias que consiste na realização de cópias dos programas lacrados pelo TSE, dados de candidatos e eleitores para mídias (pendrive e flash card).

Os trabalhos de geração de mídias foram realizados em 4 (quatro) dias, sendo 3 (três) dias para o 1º turno e 1 (um) dia para o 2º turno das eleições 2022. na tabela abaixo constam os quantitativos de mídias preparadas por modelo de urna eletrônica.



INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS DE MÍDIAS POR MODELO DE URNA

Tipo de Mídia	Antigo	2020	Total
Flash Card – Carga	375	75	450
Flash Card – Votação (FV)	3.141	2.357	5498
Flash Card – Contingência	173	117	290
Totais de Flash Card	3.689	2.549	6.238
Mídia de Resultado – Votação	3.141	2.357	5498
Mídia de Resultado formatada	420	190	610
Mídia de Resultado – Data Hora	122	32	154
Mídia de Resultado – (RED – SA – VPP – AVPART)	63	30	93
Totais de Mídias de Resultado	3.746	2.609	6.355
Totais de Mídias	7.435	5.158	12.593

Organização dos procedimentos de preparação de urnas eletrônicas para as eleições 2022

Os trabalhos de preparação das urnas eletrônicas foram realizados em 14 (quatorze) dias, sendo 8 (oito) dias para o 1º turno e 6 (seis) dias para o 2º turno das eleições 2022. Na tabela abaixo constam os quantitativos de urnas eletrônicas preparadas.



Modelo de Urna	Quantidade de Urnas Eletrônicas					
Eletrônica	Disponível	Distribuída	Reserva Distribuída	Reserva Estratégica *		
2009	818	676	133	9		
2010	1.257	1.016	212	29		
2011	450	350	73	27		
2013	488	376	76	36		
2015	972	723	143	106		
2020	2.949	2.357	468	124		
Totais	6.934	5.498	1.105	331		

Urnas Eletrônicas mantidas no TRE para suprir eventuais necessidades das Zonas Eleitorais.

1.3.11 Contratações de TI mais relevantes

Na tabela a seguir, constam as informações concernentes as principais contratações de TI realizadas no exercício de 2021 e 2022:

Ano	Descrição do objeto	Valor Total
	Solução composta por equipamentos e softwares para implementação de infraestrutura computacional central	3.012.180,00
	Notebook	290.550,00
2021	Nobreaks	285.308,00
	Microcomputadores para a ascom	69.998,00
	Access point para instalação nos cartórios eleitorais do interior do estado	58.999,92
	Software sdk verifinger extended versão 12	19.518,00
2022	Gestão de acesso privilegiado (cofre de senha)	775.550,00



0	Descrição do objeto	Valor Total
	Serviços continuados de suporte e atendimento técnico a usuários de tecnologia da informação e comunicação, níveis 01 e 02	509.036,08
	Licenças de windows server 2022 ou superior (per core 2 licences), nas edições datacenter e standard, e de licenças de cal 2022 ou superior, por dispositivo, todas elas compatíveis com o setor governamental.	348.991,80
	Contratação de enlaces de comunicação para conexão da sede do tre/se com os cartórios eleitorais e postos de atendimento ao eleitor,	265.500,00
	Subscrições de solução de antivírius com edr para estações e servidores	75.569,00
	Licenças de uso de software de videoconferência.	71.000,00
	Serviço de telefonia móvel para os cartórios eleitorais	56.590,00
	Serviço de locação de circuitos de fibras ópticas apagadas, interligando os data centers do tribunal regional eleitoral de Sergipe (tre-se) e da justiça federal em sergipe (jfse), com vistas à implementação de site backup	52.600,00
	Serviço de telefonia fixa comutada (stfc), nas modalidades local e longa distância nacional	49.718,64
	Licença de uso do software adobe creative cloud para equipes (todos os apps)	46.000,00
	Aparelho celular para os cartórios eleitorais	33.813,66
	Licenças complementares do software sdk verifinger extended versão 12 para implementação da função de comparação da biometria extraída com as biometrias armazenadas (verificação biométrica) a partir dos microcomputadores remotos	10.400,00

1.4 Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP

1.4.1 Apresentação

A Secretaria de Gestão de Pessoas é constituída pelas seguintes unidades: Assessoria de Planejamento e Gestão de Pessoas (ASPLAN-SGP), Assessoria Técnica de Pessoal (ASTEP), Coordenadoria de Assistência à Saúde (COASA), Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODES) e Coordenadoria de Pessoal (COPES), as quais respondem diretamente ao Secretário de Gestão de Pessoas.

De forma sucinta, destacamos as principais atividades desenvolvidas no biênio 2021-2022.

1.4.2 Assessoria de Planejamento e Gestão - ASPLAN-SGP

Equipe: 1 Assessor, 1 Assistente e 1 Estagiário



1.4.2.1 Atividades realizadas

a. Concessão de Indenização de Transporte aos servidores requisitados dos cartórios eleitorais - Resolução TRE-SE 57/2011, exercício de 2021.

ZONA ELEITORAL	VALORES PAGOS - 2021
5ª	R\$ 1600,00
6ª	R\$ 320,00
9ª	R\$ 640,00
17ª	R\$ 192,00
19ª	R\$ 960,00
23ª	R\$ 960,00
28ª	R\$ 2912,00
31ª	R\$ 1408,00
34ª	R\$ 1248,00
TOTAL	R\$ 10.240,00

Obs.: A partir de 1/1/2022, em cumprimento ao disposto na Resolução TRE-SE 19/2021 e na Portaria Conjunta 38/2021, os processos de Concessão de Indenização de Transporte/Reembolso de oficiais de Justiça deixaram de tramitar na ASPLAN-SGP.

- b. Renovação do Contrato de Aquisição de Passagens Aéreas com a empresa Brasitur Eventos e Turismo Ltda, através do <u>Quarto Termo Aditivo</u> ao Contrato TRE-SE 18/2018, com vigência contratual por mais <u>12</u> (<u>doze</u>) meses, no interstício de <u>26/11/20 a 25/11/2021 (SEI 0014552-89.2021.6.25.8000)</u>.
- c. Renovação do Contrato de Aquisição de Passagens Aéreas com a empresa Brasitur Eventos e Turismo Ltda, através do Quinto Termo Aditivo ao Contrato TRE-SE 18/2018, com vigência contratual por mais 12 (doze) meses, no interstício de 26/11/21 a 25/11/22 (SEI 0012892-26.2022.6.25.8000).
- d. Regulamentação da concessão de diárias, no âmbito do TRE-SE, por meio da Portaria 449/2022 (SEI 0010541-80.2022.6.25.8000).
- e. Aquisição de passagens aéreas em 2021: R\$7.440,28; 2 processos/4 passagens;
- f. Aquisição de passagens aéreas em 2022: R\$189.771,71; 45 processos/62 passagens;
- g. Concessão de diárias e passagens terrestres em 2021: R\$ 56.849,28; 32 processos/202 diárias;
- h. Concessão de diárias e passagens terrestres em 2022: R\$ 279.317,05; 161 processos/402 diárias;



- i. Participação em reuniões de comitês e grupos de trabalho do TRE/SE: CGP, CGCAS, CGCI e GTAST
- j. Acompanhamento e publicação mensal de informações da área de Gestão de Pessoas no Portal Transparência;
- k. Lançamento e Acompanhamento mensal de dados de toda a SGP no SIGEPRO PESSOAL
- 1. Adequação da página Transparência, no site do TRE, nos moldes exigidos pelo CNJ e TSE;
- m. Captação e lançamento dos custos da Justiça Eleitoral no SIGEC/2021 Sistema de Gerenciamento de Custos da JE-os itens apurados pela SGP, relativos aos imóveis são: capacitação e treinamento, concurso, diárias, estagiários, oficiais de justiça, passagens e transportes de servidores. Os demais itens relativos às despesas de pessoal são apenas validados, uma vez que advêm da integração do SIGEC com o SGRH
- n. Preenchimento dos Indicadores da ASPLAN-SGP no Plano de Logística SustentávelS e monitoramento dos Indicadores da SGP no Planejamento Estratégico do TRE
- o. Elaboração das Minutas das Portarias nºs 589/2022 e 590/2022 que, respectivamente, institui o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas e a Política de Gestão de Pessoas da SGP.
- p. Finalização do Planejamento Estratégico da SGP: mapa estratégico, indicadores e metas para o ciclo 2022-2027
- q. Capacitações das servidoras da ASPALN em temáticas da área de Planejamento e Gestão de Pessoas.
- r. Secretariar as reuniões do CGP;
- s. Coordenação dos trabalhos de consolidação dos recursos financeiros e humanos para encaminhamento ao CNJ Justiça em Números;
- t. Coordenação dos trabalhos de consolidação do Relatório de Gestão do TCU;
- u. Realização de Ações Solidárias vinculadas ao Indicador 17 do PLS:

Ação Solidária Ateliê Tecendo Sonhos - 2022 Campanha "Adote uma criança" - 2021 e 2022 Campanha "Bonificação Natalina dos Terceirizados" - 2021 e 2022 Campanha para arrecadação de alimentos e fraldas geriátricas em prol da AAACASE - 2021

Atividades realizadas pela ASPLAN-SGP

a.a. Concessão de Indenização de Transporte aos servidores requisitados dos cartórios eleitorais, nos termos da Resolução TRE-SE 54/2011, nos exercícios de 2019-2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE DIRETORIA GERAL

ZONA ELEITORAL	VALORES PAGOS 2019	VALORES PAGOS 2020
4ª	R\$ 3200,00	R\$ 640,00
5ª	R\$ 3200,00	R\$ 1280,00
6ª	R\$ 3808,00	R\$ 2752,00
9ª	R\$ 3424,00	R\$ 2784,00
11ª	R\$ 640,00	R\$ 360,00
12ª	R\$ 320,00	R\$ 1280,00
14ª	R\$ 3168,00	R\$ 2400,00
15ª	R\$ 576,00	R\$ 2240,00
16ª	R\$ 2880,00	R\$ 2784,00
17ª	R\$ 576,00	R\$ 864,00
18ª	R\$ 3168,00	R\$ 416,00
19ª	R\$ 4224,00	R\$ 3168,00
22ª	R\$ 384,00	R\$ 960,00
23ª	-	R\$ 960,00
24ª	R\$ 2016,00	-
28ª	R\$ 2304,00	R\$ 2816,00
34ª	R\$ 3200,00	R\$ 960,00

Tabela 5 - Concessão de Indenização de Transporte

- a.b.Renovação do Contrato de Aquisição de Passagens Aéreas com a empresa Brasitur Eventos e Turismo Ltda, através do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato TRE-SE 18/2018, com vigência contratual por mais 12 (doze) meses, no interstício de 26/11/20 a 25/11/2021 (SEI 0013535-52.2020.6.25.8000).
- a.c. Regulamentação da aquisição de passagens aéreas e terrestres por meio da Portaria TRE-SE 33/2020, revogando as normas anteriores, Portarias 207/2012 e 1196/2020 (SEI 0025950-04.2019.6.25.8000).
- a.d. Aquisição de passagens aéreas em 2019: R\$ 183.276,50;
- a.e. Aquisição de passagens aéreas em 2020: R\$ 48.703,02;
- a.f. Concessão de diárias e passagens terrestres em 2019: R\$ 341.965,10;
- a.g. Concessão de diárias e passagens terrestres em 2020: R\$ 207.686,80;
- a.h.Captação e lançamento, em fevereiro de 2019 e 2020, no Sistema de Gerenciamento de Custos da Justiça Eleitoral (SIGEC), dos custos dos imóveis pertinentes a 2018 e 2019, respectivamente. Os itens de custos apurados pela SGP são: capacitação e treinamento, concurso, diárias, estagiários, oficiais de justiça, passagens e transportes de servidores. Os demais itens relativos às despesas de pessoal são apenas validados, uma vez que advêm da integração do SIGEC com o SGRH;
- a.i. Plano de Logística Sustentável (PLS) o Grupo Temático "Qualidade de Vida, Sensibilização e Capacitação", sob responsabilidade desta Assessoria, elaborou os planos de Ação dos exercícios 2019 e 2020, desenvolvendo atividades que abarcam os indicadores de responsabilidade da SGP.

A título de exemplificação citamos a "Semana da Saúde", "Bazar Solidário", Gincana "Mãos Solidárias" (31/08-Dia Internacional da Solidariedade), "Curso de Libras", Calendário Colorido da Saúde", "Campanha de vacinação", "Campanha Adote uma Criança", "Instalação da Central de Libras", publicação da "Resolução com orientações sobre acessibilidade do eleitor" e distribuição da "Cesta Natalina dos Terceirizados";

a.j. Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas (CGP): foi instituído por meio da Portaria 968/18 seus membros estão indicados nas Portarias 216/19 e 619/20.

Atendendo ao disposto no § 1º do art. 4º, foram realizadas 04 (três) reuniões, 21/10/2019 (para instalar e escolher o coordenador),17/02/20, 26/06/20 e 11/12/20.

O tema principal das reuniões foi a valorização dos servidores requisitados, uma mão-de-obra tão importante para a justiça eleitoral. O Comitê levantou ações que podem ser adotadas pela Administração, sem onerar o TRE, uma vez que não temos uma remuneração específica para os mesmos.

Alguns dos tópicos estudados para implementação: ampliação dos cuidados com a saúde dos requisitados, através de exames periódicos, realização de visitas da equipe médica aos cartórios eleitorais; capacitação nos sistemas eleitorais e no atendimento ao público, dedicar matéria na revista Plenarium aos requisitados que se destacam nas suas zonas e verificar, junto aos juízes eleitorais, a possibilidade de substituição da chefia de cartório por aqueles requisitados que possuem experiência e capacidade para assumir tal condição.

1.4.3 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Assistência à Saúde e Benefícios

1.4.3.1 Seção de Assistência à Saúde – SEASA/COASA

Equipe: 1Chefe de Seção, 1 Assistente e 2 médicos

Programa Saúde Integral – Cuidando do Corpo e da Mente

O Projeto Saúde Integral é um projeto contínuo iniciado em 2011 que tem como objetivo atender à necessidade de promover saúde e satisfação no ambiente de trabalho;

Contribuir para a construção e manutenção de um bem-estar físico, social, mental e para desenvolvimento psicoemocional dos servidores deste Tribunal por meio de ações integradas das diversas dimensões do ser humano;

Implementar políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde.

- 1) Em continuidade às ações estratégicas do Programa de Saúde Integral dos Magistrados e Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe TRE-SE, uma iniciativa da Coordenadoria de Assistência à Saúde e Benefícios COASA e visando a promoção da saúde no ambiente de trabalho, apresenta-se as ações desenvolvidas em 2022:
- a) Projeto Inclusiviver, saúde a acessibilidade;

Objetivo: Instituir a Política Organizacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (PcD) no âmbito do TRE-SE

Processo Administrativo n° 0016481-60.2021.6.25.8000

Justificativa: Propiciar atenção integral à saúde da PcD, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida organizacional; mapear a acessibilidade; adaptar as condições de trabalho (acessos, postos e fluxo de procedimentos) às condições psicofisiológicas do(a) servidor(a); garantir a integralidade das ações inclusivas para PcD; prevenir agravos que possam ocasionar incapacidade, progressão ou derivação em outras incapacidades, melhorar o prognóstico e a qualidade de vida dos(as) servidores(as) com deficiência; proteger a saúde da PcD desenvolvendo ações que contemplem a segurança e a saúde nos ambientes de trabalho, sua capacidade funcional e desempenho humano; promover qualidade de vida; melhorar os mecanismos de informação; capacitar, mobilizar e conscientizar o recurso humano com ações de natureza informativa e educacional de modo a contribuir na atenção à saúde de servidores(as) com deficiência; propiciar a permanência no trabalho; buscar recursos locais que facilitem o desenvolvimento integrado de processos de inclusão da PcD e proceder avaliação médica e funcional periódica para fins acompanhamento e futura concessão de aposentadoria especial.

Macrodesafio / Objetivo Estratégico:

Melhoria da Gestão de Pessoas - iniciativas estratégicas do ciclo 2021 – 2026.

Ações realizadas em 2022, haja vista tratar-se de iniciativas estratégicas do ciclo 2021 – 2026:

- Convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe solicitando assistente Social para possibilitar a Realização da avaliação médica e funcional de todos as(os) servidoras(es) PcD para fins acompanhamento e futura concessão de aposentadoria especial;
- Sensibilização e divulgação do projeto para o efetivo do tribunal, através do **Cine e prosa**, com a exibição do filme No Ritmo do Coração. Data: 27 de maio de 2022;
- Capacitação de Recursos Humanos com incremento no planejamento de políticas organizacionais voltadas às pessoas com deficiência através do Curso ACESSIBILIDADE SIMPLIFICADA NO SETOR PÚBLICO;
- Capacitação de Recursos Humanos com incremento no planejamento de políticas organizacionais voltadas às pessoas com deficiência através do Workshop ACESSIBILIDADE NA PRÁTICA DO PLANEJAMENTO À EXECUÇÃO.

b) Programa de saúde ocupacional: atenção aos fatores psicossociais;

Objetivo: O Programa de Atenção aos Riscos Psicossociais foi implantado no TRE-SE em 2019 e visa a uma maior vigilância dos fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho e da saúde mental dos magistrados e servidores deste Tribunal.



Procedimentos adotados:

O programa é executado durante os exames ocupacionais periódicos, valendo-se da aplicação do SRQ-20 para identificação de magistrados e servidores em risco de adoecimento mental e de interrogatório ocupacional para reconhecimento dos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho.

c) Programa de saúde ocupacional: prevenção de risco cardiovascular;

Objetivo: identificar e monitorar os fatores de risco para doenças cardiovasculares e estresse ocupacional nas(os) servidoras(es).

d) Retorno das visitas da Psicóloga do Tribunal às Zonas Eleitorais;

Objetivo: monitorar, diagnosticar e acompanhar os riscos psicossociais e seus impactos na saúde mental das(os) servidoras(es) lotados no 1º Grau da Justiça Eleitoral sergipana deliberado através do Despacho 12910/2021-PRES (documento SEI 1120354) e de acordo com a Ata 77 (documento SEI 1117197) do Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (**GRP1**), no âmbito deste Regional, encaminho anexo o Provimento nº 03/2018-CRE.

e) Reuniões com Grupos Focais para sugestões de melhoria do Clima Organizacional;

Objetivo: Criação de grupos focais e a designação de um Comitê Gestor sobre Clima Organizacional no âmbito deste Regional visando atender ao macrodesafio de Melhoria de Gestão de Pessoas, consolidar uma política de gestão de pessoas focada na profissionalização dos servidores e na sua valorização holística bem como. Este projeto foi inserido no Planejamento Estratégico deste Regional para o ciclo 2016-2021.

f) Acompanhamento individualizado de servidoras(es) em processo de afastamento por motivos de saúde relacionados aos transtornos psicossociais;

Objetivo: minimizar os efeitos adversos dos transtornos psicossociais a fim de reestabelecer o bem estar e equilíbrio físico e emocional das (os) servidoras(es).

g) Contratação de profissional de notório saber na área da Filosofia, principalmente no que concerne a temas relacionados ao trabalho, ética, sociopolítica e simbologia, entre outros, para proferir palestra intitulada "Amador ou profissional: A arte de administrar o trabalho, o tempo e a vida", por videoconferência, através da Plataforma Zoom, para os(as) magistrados(as) e servidores(as);

Data: 07 de novembro de 2022.

Objetivo: explanação de tema relacionado ao comportamento humano, sua capacidade de adaptação e a promoção da saúde no trabalho, bem como promover saúde e bem estar físico e mental dos(as) servidores(as) do TRE-SE, principalmente no que tange ao tratamento de temas relacionados ao comportamento humano. Define-se como eixo dessa palestra dar continuidade e introduzir temas relacionados à arte de administrar o trabalho, o tempo e a vida, como possibilidade de enfrentamento do sofrimento e da promoção da saúde constituindo-se, dessa forma, como uma ação importante para a prevenção e promoção da saúde mental dos(as) magistrados(as) e dos(as) servidores(as).

h) Acompanhamento do estado vacinal das(os) servidoras(es) vinculados ao TRE/SE contra o COVID-19;



i) Contratação de empresa para prestação dos serviços de ginástica laboral presencial, ginástica laboral on line, pilates, massagem terapêutica e shiatsu, para a sede deste regional e Zonas eleitorais da capital.

Objetivo: constitui elemento fundamental para o sucesso do programa Saúde Integral do Servidor, já que a ginástica laboral, a massagem terapêutica, o shiatsu e o pilates caracterizam-se como práticas de atividades físicas de fácil execução, realizadas durante a jornada de trabalho, e que buscam relaxamento e a compensação nos diversos grupos musculares.

Benefícios para a Instituição:

Prevenir doenças cuja etiologia relaciona-se à organização e às causas biomecânicas da atividade laboral.

Atuar de modo positivo e prático no controle do estresse e no alívio dos desconfortos musculares e osteoarticulares, notadamente os desconfortos ergonômicos, causados por posturas incorretas. As técnicas proporcionam ainda relaxamento psíquico, diminuindo as tensões de natureza emocional. Devese aludir que, pelos efeitos benéficos, essas atividades concorrem para diminuir o absenteísmo por doenças, sobretudo as que afetam o psiquismo e o sistema músculo esquelético.

j) Contratação de empresa especializada na realização de exames complementares, essenciais para as avaliações médicas ocupacionais

Objetivo: avaliar o estado de saúde das(os) servidoras(es), orientá-las(los) quanto aos fatores de risco a que estão expostos em seu ambiente de trabalho, além de detectar precocemente algumas enfermidades.

Foram adotados diversos procedimentos tais como: busca ativa através do envio das solicitações dos exames para os servidores do TRE-SE e convite individualizado por e-mails a realização dos exames periódicos; incentivo à realização dos exames periódicos com a concessão de 1 dia para a realização dos exames e de outro dia para a avaliação clínica periódica com os médicos no TRE-SE, dentre outros.

l) Reuniões do comitê gestor local de atenção integral à saúde – CGAIS Objetivos:

- a. Implementar e gerir a Política no seu âmbito de atuação, em cooperação com as unidades de saúde;
- b. Fomentar os programas, projetos e ações vinculados à Política, em conjunto com as unidades de saúde;
- c. Atuar na interlocução com o CNJ, com a Rede de Atenção Integral à Saúde, com o Comitê Gestor Nacional, com os demais Comitês Gestores Locais e com as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;
- d. Promover, em cooperação com as unidades de saúde, reuniões, encontros e eventos sobre temas relacionados à Política:



- e. Auxiliar a administração do Tribunal no planejamento orçamentário da área de saúde;
- f. Analisar e divulgar os resultados alcançados;
- g. Executar outras atividades correlatas

Procedimentos adotados:

- Realização de reuniões periódicas para definição dos projetos e atividades a serem desenvolvidos no âmbito do TRE-SE;
- Divulgação dos projetos e atividades escolhidos.

2) O Programa de Assistência à Saúde

a) Alteração da Resolução TRE-SE 144/2015, de 17 de dezembro de 2015 e suas alterações que disciplinava o Programa de Assistência à Saúde Suplementar no âmbito desta Corte Eleitoral de acordo com as disposições previstas na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e considerando a necessidade de adequação da referida Resolução em consonância com o disposto na Resolução CNJ nº 294, de 18 de dezembro de 2019 e na Portaria TSE Nº 216, de 26 de abril de 2021 que regulamentam o programa de assistência à saúde suplementar para magistrados e servidores do Poder Judiciário (PASS) resultando na **RESOLUÇÃO N. 37/2022, de 24 de novembro de 2022.**

Assistência à saúde modalidade direta do Programa de Assistência à Saúde Suplementar - PASS do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, atualmente disciplinada **RESOLUÇÃO N. 37/2022, de 24 de novembro de 2022**, tem por finalidade oferecer às (aos) beneficiárias(os) os serviços capazes de proporcionar a manutenção da saúde física e mental, prestados direta, através de:

Assistência Médica Ambulatorial que consiste em:

- I. Assistência médica preventiva e curativa;
- II. Realização de perícias médicas individuais e composição de juntas médicas, para concessão ou homologação de licenças;
- III. Emissão de laudos, relatórios e outros documentos técnicos;
- IV. Realização de triagem para encaminhamento a especialistas;
- V. Realização de exames médicos periódicos.

Assistência Odontológica Ambulatorial consiste em:

- I. Diagnóstico e tratamento das afecções bucais dentárias;
- II. Dromoção de ações odontológicas preventivas e curativas integradas;



- III. Realização de perícias odontológicas individuais e composição de juntas odontológicas, para concessão ou homologação de licenças;
- IV. Emissão de laudos, relatórios e outros documentos técnicos;
- V. Realização de triagem para encaminhamento a especialistas;
- VI. Realização de exames odontológicos periódicos.

Assistência Psicológica Ambulatorial consiste em:

- I. Atendimento clínico psicológico de aconselhamento e apoio;
- II. Orientação funcional e profissional;
- III. Diagnósticos e orientações organizacionais;
- IV. Executar atividades relacionadas com processos de desenvolvimento individual, de equipes e organizacional, aprendizagem, perfil funcional e outros aspectos do comportamento humano;
- V. Avaliação em programas de capacitação, diagnóstico e dificuldades de desempenho;
- VI. Emissão de laudos, relatórios e outros documentos técnicos.

Assistência de Enfermagem Ambulatorial consiste em:

- I. Assistência complementar ao tratamento médico especializado;
- II. Ministração de medicamentos sob prescrição médica e orientação aos pacientes sobre os tratamentos prescritos;
- III. Administração do estoque e das condições de utilização dos medicamentos;
- IV. Instrução de procedimentos administrativos e elaboração de relatórios, informações, atos e documentos internos e externos e outros instrumentos de suporte gerencial;
- V. Organização dos prontuários médicos;
- VI. Desinfecção e esterilização do material;
- VII. Agendamento de consultas e perícias.



1.4.3.2 Seção de Benefícios - SEBAD/COASA

Equipe: 1Chefe de Seção, 1 Assistente

Assistência à Saúde

 Contrato 2/2019 – Contratação de Prestação de Serviços entre o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e a Unimed Seguros Saúde S/A em vigor a partir de 17/4/2019.

Contratação de prestação continuada de serviços de assistência à saúde ou cobertura de custos assistenciais através de plano privado, com coparticipação de 30%, na modalidade de contratação coletiva, por faixa etária, compreendendo atendimento ambulatorial e hospitalar com procedimentos obstétricos, cirúrgicos e de UTI/CTI, exames complementares e serviços auxiliares, relacionados aos procedimentos médicos reconhecidos pelo Conselho de Saúde Suplementar (CONSU), cobertura de consultas médicas, em número ilimitado, e de internações hospitalares, sem limitação de prazo, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, com cobertura de todas as doenças da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde e de acordo com a Resolução Normativa (RN) 428/2017 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

• Ressarcimento parcial do auxílio saúde (cota-parte)

O Auxílio Saúde, repassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, realizado sob a forma de ressarcimento parcial, passou, a partir de 01/07/2022 para o valor *per capita* de R\$ 546,00, conforme Oficio Circular GAB-DG nº 577/2022 – TSE.

Assistência à saúde indireta

Tipo	Total de Beneficiários	Inclusões	Exclusões
Ressarcimento Parcial (cota-parte)	492	212	10
Plano de Assistência à Saúde – UNIMED SEGUROS	69	6	221
Plano de Assistência à Saúde - SERVDONTO	633	79	12

Quadro 9 – Assistência à saúde indireta



Auxílios

Tipo de Auxílios	Total de Beneficiários	Inclusões	Exclusões
Pré-Escolar	38	7	14
Transporte	23	14	3
Alimentação	261	36	32

Quadro 10 – Auxílios

Instituidores de Pensão e Pensionistas

Total de Instituidores de Pensão	Total de Pensionistas	
19	25	

Quadro 11 – Instituidores de pensão e pensionistas

Inativos

Total de Inativos	Inclusões	Exclusões
34	1	3

1.4.4 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento Humano

1.4.4.1 Seção de Desenvolvimento de Competências - SEDEC

1.4.4.1.1 Atividades realizadas

Equipe: 1 Chefe e 2 Assistentes

1	Emissão de Certidões e Declarações
2	Registro de Adicional de Qualificação (AQ) de nível superior e ações de treinamento
3	Curadoria de cursos a distância
4	Suporte aos usuários da plataforma virtual de educação a distância
5	Elaboração e Alteração de Normas
6	Plano Anual de Capacitação (PAC) e Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG)

7	Contratações de ações de capacitação aberta
8	Fiscalização de ações de capacitação aberta
9	Elaboração de Projeto Básico
10	Contratações de ações de capacitação fechadas
11	Cadastro de Instrutor Interno
12	Contratações de ações de instrutoria interna
13	Fiscalização de ações de capacitação fechada/instrutoria interna
14	Termo de cooperação - Oferta de vagas para Tribunais parceiros
15	Termo de cooperação - Recebimento de vagas de Tribunais parceiros
16	Avaliação de reação
17	Gestão orçamentária
18	Programa de Reciclagem dos Agentes de Segurança (PRAS) - Planejamento
19	Programa de Reciclagem dos Agentes de Segurança (PRAS) -Contratação e Acompanhamento
20	Programa de Reciclagem dos Agentes de Segurança (PRAS) -Planejamento do Teste de Aptidão Física (TAF)
21	Adicional de Qualificação de Graduação e Pós Graduação (AQ -Pós)
22	Adicional de Qualificação de Treinamento (AQT)
23	Gerenciamento de uso de salas
24	Planejamento de eventos
25	Gerenciamento de inscrições
26	Execução de eventos



27	Pós evento
28	Pesquisa de satisfação
29	Verificação da regularidade da licença capacitação
30	Registro da licença capacitação
31	Envio de dados sobre AQ para folha de pagamento
32	Contratações de cursos EAD
33	Programa Auxilio-Bolsa de Estudos para cursos de graduação e pós-graduação – Acompanhamento do servidor - Custeio
34	Programa Auxilio-Bolsa de Estudos para cursos de graduação e pós-graduação – Encerramento
35	Programa Auxilio-Bolsa de Estudos para cursos de graduação e pós-graduação – Processo seletivo
36	Fornecimento de dados para relatórios diversos

1.4.4.1.2 Melhorias implementadas em 2022

	- Consolidação do modelo de capacitação a distância;
a.p. am. a? a	- Estudos para domínio e uso da plataforma MOODLE;
CAPACITAÇÃO	- Estudos para aprimoramento das modalidades e modelos de capacitação;
	- Estudos para aferir o aproveitamento prático das capacitações;
	- Aprimoramento do Plano de Desenvolvimento de Gestores;
	- Elaboração do Plano Anual de Capacitação 2023 para desenvolver as competências técnicas, gerenciais e organizacionais
	 Aprimoramento do Plano de Desenvolvimento de Gestores; Elaboração do Plano Anual de Capacitação 2023 para desenvolver as competên

1.4.4.1.3 Quadros quantificando algumas atividades realizadas no biênio.

Destacam-se, em primeiro, as ações contratadas pela SEDEC para execução do Plano Anual de Capacitação, bem como eventos realizados em parceria com o TRT/SE, TJ/SE e Justiça Federal Seccional Sergipe, além de dados sobre programa de Auxílio-Bolsa - Graduação e Pós-Graduação.

Servidores Capacitados	2021	2022
Total de servidores em exercício nas unidades do Tribunal	353	351
Servidores Capacitados	313	303
Percentual de servidores capacitados	88,67%	86,32%
Total de ações de capacitação	55	102

Quadro 13 – Servidores capacitados

Vale ressaltar que das 102 (cento e duas) ações de capacitação ocorridas em 2022, 61 (sessenta e uma) são ações previstas inicialmente no Plano Anual de Capacitação e 41 (quarenta e uma) são ações disponibilizadas durante o exercício pelo CNJ, TSE, TCU, STJ, TRE's, TRT/SE e JF/SE.

A seguir, dados do Programa Auxílio-Bolsa, regulamentado pela Resolução TRE-SE 158/2007 (alterada pela Resolução TRE-SE 20/2009):

Programa Auxílio-Bolsa *	2021-2022
Graduação - Servidores contemplados	1
Pós-Graduação - Servidores contemplados	0
Total de Servidores que perderam o direito*	0
Número final de servidores participantes do programa	1**

Quadro 14 – Programa Auxílio-Bolsa

** 1 (um) servidor concluiu o curso de graduação em 2021.

Área de Conhecimento do curso do Programa Auxílio-Bolsa	
Direito	1

Quadro 15 - Área de Conhecimento do curso do Programa Auxílio-Bolsa



1.4.4.2 Seção de Gestão de Desempenho – SEGED

Equipe: 1 Chefe e 1 Assistente e 1 Estagiário

1.4.4.2.1 -Atividades realizadas

1	Processo seletivo de estagiário
2	Análise de demanda de estagiário
3	Formalização do estágio
4	Recesso estudantil de estagiário
5	Acompanhamento da regularidade do estágio
6	Desligamento de estagiário
7	Execução de folha de pagamento de estagiários e do agente integrador
8	Elaboração de termo de referência e projeto básico para contratação de Agente de Integração
9	Elaboração de Orçamento para Programa de estágio e acompanhamento de orçamento
10	Implementação da Gestão de desempenho para Estágio Probatório - Encontros para Orientação de Acordo expectativa e Encontro para Estágio Probatório
11	Realização da Avaliação de desempenho para servidores em movimentação na carreira
10	Formalização da movimentação na carreira (SIGEPRO, Publicações, sistemas SGRH e folha de pagamento) e efetivação do estágio probatório (homologação e estabilidade)
11	Realização da Ambientação e de encontros de Estagiários
12	Realização da Ambientação de Servidor
13	Mediação
14	Preenchimento de planilha de previsão orçamentária
15	Efetivação das movimentações de lotação por ocorrência do concurso de remoção interna 2021
16	Formação de Equipes para Apoio das Eleições – diárias e serviços extraordinários
17	Comissão de AQ



1.4.4.2.2 Melhorias implementadas em 2022

1. I. I. 2.2 Premorius imprementatus em 2022		
GESTÃO DE DESEMPENHO	-Implementado o ciclo completo para os servidores em estágio probatório; -Estudo para fazer a gestão do desempenho por competências; -Estudo para levantamento das ocupações críticas	
ESTAGIÁRIOS	Estudos para nova contratação e atendimento da demanda para recrutamento de estagiários de nível superior para todos os cartórios - Realização da ambientação e evento de confraternização do final de ano - Estudos e correções para utilização do e-Social	
DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO (projeto nacional conduzido pela SGP/TSE)		

1.4.4.2.3 Eventos Quadros quantificando algumas atividades realizadas no biênio.

Ano	Eventos	TOTAL
	Concurso de remoção interna - Edital de remoção 1/2021 - Analista Judiciário - Áreas Administrativa e Judiciária - jul/2021.	
	Concurso de remoção interna - Edital de remoção 2/2021- Técnico Judiciário - Área Administrativa - jul/2021;	
2021	Concurso de remoção interna – Edital de remoção 3/2021- Técnico Judiciário - Área Administrativa – nov/2021;	
2021	Concurso de remoção interna - Edital 56/2021- Técnico Judiciário - Área Administrativa - jan/2021;	5
	Ambientação de servidores: janeiro – 1 (um) Analista Judiciário – Área Judiciária; maio – 1 (um) Técnico Judiciário - Área Administrativa; junho – 1 (um) Técnico Judiciário - Área Administrativa; agosto – 1 (um) Técnico Judiciário - Área Administrativa; novembro - 3 (três) Técnicos Judiciários - Área Administrativa, dezembro 2 (dois) Técnicos Judiciário - Área Administrativa.	
2022	Ambientação de estagiários - fevereiro, março, maio e junho;	
- • 	Ambientação de servidor – agosto – 2 (dois) servidores	

Quadro 16 – Eventos



1.4.4.2.3.1 - Estagiários

.Força de Trabalho	12/2022
Estagiários – Nível Superior	22
Estagiários – Nível Médio - Jovem Cidadão	20

Quadro 17 – Estagiários

Em razão da pandemia foi suspenso o programa de estágio durante o ano de 2021.

Despesas referentes aos estagiários do TRE-SE – valores até novembro/22

Estagiários/Nível de	Ano de atividade			
Escolaridade	2021		2022	
	Quantitativo	Despesas	Quantitativo	Despesas
Nível Superior*	-	-	22	R\$ 198.406,28
Nível Médio**	-	-	20	R\$ 135.920,66
Total	-	-	42	R\$ 334.326,94

Quadro 18 – Despesas referentes aos estagiários do TRE-SE (exercícios de 2022)

1.4.4.2.3.2 - Avaliações de desempenho

Ano	Quantitativo de Servidores Estáveis	Quantitativo de Estágio Probatório	Total
2021	40	06	46*
2022	34	17	51**
Total	74	14	97

Quadro 19 – Avaliações de desempenho

^{*} Valor da bolsa nível superior: R\$ 846,00 + Auxílio Transporte em Pecúnia: R\$ 176,00. Total: R\$ 1.022,00;

^{**} Valor da bolsa nível médio: R\$ 626,00 + Auxílio Transporte em Pecúnia: R\$ 176,00. Total: R\$ 802,00.



- * 27 (vinte e sete) tiveram progressão funcional, 17 (dezessete), promoção e 2 (dois) avaliados, visando à observância preliminar de adaptação, lotação e capacitação;
- ** 30 (trinta) tiveram progressão funcional, 13(treze), promoção e 8 (oito) avaliados, visando à observância preliminar de adaptação, lotação e capacitação;

1.4.4.3 Núcleo de Desenvolvimento Organizacional - NDO

Equipe: 1 titular e 1 estagiário

1.4.4.3.1 - Atividades realizadas

<u> </u>	
1	Capacitação da equipe CODES, por meio de oficina com o servidor Clairton Thomazi do TRE/TO, haja vista a adoção por este TRE/SE da metodologia utilizada por aquele Regional na Gestão por Competências.
2	Reunião com o DG, SGP, para repasse da metodologia e esclarecimentos.
3	Planejamento do cronograma das oficinas.
4	Preparação do material a ser apresentado nas oficinas de gestão por competências. (Power Point, Regulamento Interno, Dimensionamento da Força de Trabalho, formulário para levantamento das competências técnicas)
5	Encaminhamento de e-mail às unidades para participarem das oficinas.
	Encaminhamento de e-mail à SEMAN e STI e ASCOM, para suporte às oficinas.
6	Realização de oficinas para mapeamento das competências técnicas e indicadores das atividades desenvolvidas de todas as unidades do TRE/SE. Foram 24 oficinas realizadas até o momento.
7	Revisão redacional das competências técnicas levantadas, bem como de seus indicadores.
8	Realização de reunião Virtual com secretários e coordenadores da STI e SAO do TRE/SE (que tinham levantado as competências usando outra metodologia) com o servidor do TRE/TO, Clairton Thomazi, responsável pela Gestão de Competências naquele Tribunal, para esclarecimentos de dúvidas sobre o novo modelo
9	Validação das competências técnicas pelos chefes das unidades. (Em andamento)
10	Exploração do sistema Coyote-Homologação, sistema utilizado para gerenciamento e avaliação de servidores no modelo de gestão por competências.
11	Lançamento das competências levantadas no sistema Coyote Produção (Aguardando atualização da versão pela STI).
12	Definição das competências gerenciais e organizacionais e seus indicadores, para posterior validação pelos gestores e lançamento no sistema Coyote.
13	Reunião com as unidades da CODES, para revisão do programa de desenvolvimento de gestores.
14	Definição da metodologia do processo avaliativo das competências técnicas, gerenciais e organizacionais, a ser realizado em 2023.
15	Em andamento realização de oficinas para levantamento das competências técnicas das Secretarias, Coordenadorias e Direção-Geral.
16	Informação da necessidade de treinamento para o PAC 2023.



1.4.4.3.2 Melhorias implementadas

Projeto Gestão por Competências (Processo SEI 0006976-50.2018.6.25.8000)

Capacitação da equipe CODES, por meio de oficina com o servidor Clairton Thomazi do TRE/TO, sobre a metodologia da Gestão por Competências.

Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins e o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, com a finalidade de uso do software denominado COYOTE, desenvolvido pelo TRE/TO como ferramenta para o gerenciamento e avaliação de servidores no modelo de gestão por competências.

Lotação de 01(um) estagiária no Núcleo de Desenvolvimento Organizacional.

1.4.4.3.3 Quadros quantificando algumas atividades realizadas no biênio

Ano	Quantitativo de Oficinas Realizadas	Quantidade de Unidades Mapeadas
2021	02	01
2022	27	71
Total	29	78

1.4.5 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Pessoal - COPES

1.4.5.1 Seção de Registros Funcionais – SEREF

Equipe: 1 Chefe e 2 Assistentes

1.4.5.1.1 - Atividades realizadas

Organização/atualização dos registros funcionais das(os) servidoras(es) efetivas(os), cedidas(os), removidas(os), em exercício provisório e sem vínculo, procedendo ao arquivamento de processos, certificados e documentos após o trâmite em quaisquer unidades do Tribunal;

- a. Elaboração de atos (29) de nomeação, exoneração e termos de posse (24) de candidatas(os) aprovadas(os) em concurso e de servidoras(es) ocupantes de cargos em comissão;
- b. Efetivação de 07 redistribuições, sendo 06 em 2021 e 01 em 2022, sendo 03 de Analista Judiciário e 04 de Técnico Judiciário;
- c. Cadastro dos dados referentes aos processos de admissão (5) e desligamento (2) de servidores junto ao Tribunal de Contas da União;



- d. Efetivação de recadastramento das digitais de todos os servidores da sede do Tribunal em razão da implementação de novo sistema de batida de ponto em JUNHO/JULHO do ano de 2022;
- e. Comunicação, mensal, da frequência e das férias das(os) servidoras(es) cedidas(os), removidas(os) e em exercício provisório aos seus órgãos de origem;
- f. Registro dos feriados e pontos facultativos;
- g. Gerenciamento do fechamento mensal do ponto eletrônico das(os) servidoras(es) sob sua alçada;
- h. Elaboração de 2 escalas anuais de férias;
- i. Elaboração de 105 folhas de pagamento (Dispensa/Designações, Férias, Substituições, Serviço Extraordinário e Diversos);
- j. Efetivação, no SGRH, das criações/extinções/alterações de cargos em comissão e funções comissionadas bem como da estrutura orgânica de Secretarias/Coordenadorias/Assessorias/Seções no Regulamento Interno da Secretaria do TRE/SE promovidas pelas Resoluções Plenárias 16/2021, 30/2022 e 31/2022;
- k. Elaboração de 450 Portarias e 13 Portarias Conjuntas, versando, principalmente, sobre designação/dispensa de funções de confiança, plantões e substituições;
- 1. Elaboração de 8 planilhas de reembolso, a cada mês, relativas a servidoras(es) cedidas(os);
- m. Elaboração de 23 relatórios de rol de responsáveis com a posterior publicação no Portal da Transparência;
- n. Emissão de crachás e carteiras de servidoras(es) novatos e solicitantes;
- o. Gerenciamento da adesão das(os) servidoras(es) ao regime de previdência complementar (FUN-PRESP-JUD);
- p. Elaboração de 1.218 certidões, 200 Informações e 21 Ofícios em processos SEI relacionados sobretudo a serviço extraordinário, banco de horas, afastamentos, férias, substituições e cessões;
- q. Preenchimento de planilhas e relatórios do TSE/CNJ/TCU atinentes a quadro de pessoal;

1.4.5.2 Seção de Registro de Autoridades e Requisitados - SEAUR

Equipe: 1 Chefe e 1 Assistente

1.4.5.2.1 - Requisições de servidores de outros órgãos para os Cartórios Eleitorais

Em 2021, foram requisitados 18 novos servidores, tendo sido devolvidos aos respectivos órgãos no mesmo ano 31 servidores;

Em 2022, foram requisitados 24 novos servidores, tendo sido devolvidos aos respectivos órgãos neste ano 14 servidores;



1.4.5.2.2 - Designações de Magistrados

Em 2021 tomaram posse no Pleno 03 desembargadores, 02 juízes e 02 advogados;

Em 2022 tomaram posse no Pleno 03 desembargadores, 04 juízes e 01 advogado;

1.4.5.2.3 - Designações de Juízes Eleitorais

Designações de Juízes Eleitorais - 2021

- Portaria 110/2021, designou o Dr. José Amintas Noronha de Meneses Júnior para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 13ª Zona, sediada em Laranjeiras, a contar de 18/2/2021, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição do Juiz supracitado;
- Portaria 111/2021, designou a Dra. Rosivan Machado da Silva para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 15ª Zona, sediada em Neópolis, a contar de 18/2/2021, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição da Juíza supracitada;
- Portaria 186/2021, designou a Dra. Anna Paula de Freitas Maciel para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 16ª Zona, sediada em Nossa Senhora das Dores, a contar de 5/4/2021, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição da Juíza supracitada;
- Portaria 387/2021, designou o Dr. Antônio Carlos de Souza Martins para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 17ª Zona, sediada em Nossa Senhora da Glória, a contar de 5/7/2021, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;
- Portaria 112/2021, designou o Dr. Geilton Costa Cardoso da Silva para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 19ª Zona, sediada em Propriá, a contar de 18/2/2021, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;
- Portaria 114/2021, designou o Dr. Manoel Costa Neto para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 21ª Zona, sediada em São Cristóvão, a contar de 18/2/2021, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;
- Portaria 386/2021, designou o Dr. Sidney Silva de Almeida para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 22ª Zona, sediada em São Cristóvão, a contar de 19/7/2021, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;
- Portaria 116/2021, designou o Dr. Gustavo Adolfo Plech Pereira para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 31ª Zona, sediada em Itaporanga D'Ajuda, a contar de 18/2/2021, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;

Designações de Juízes Eleitorais – 2022

- Portaria 806/2022, designou a Dra. Ana Maria Andrade Freiman Barrozo para exercer as funções de Juíza Eleitoral Substituta da 23ª Zona, sediada em Tobias Barreto, a contar de 19/9/2022, após sua remoção para a Comarca de Barra dos Coqueiros;
- Portaria 1021/2022, designou o Dr. Haroldo Luiz Rigo da Silva para exercer as funções de Juiz Eleitoral Substituto da 29ª Zona, sediada em Carira, a contar de 21/11/2022, após sua remoção para a Comarca de Tobias Barreto;
- Portaria 143/2022, designou a Dra. Enilde Amaral Santos para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 1ª Zona, sediada em Aracaju, por um biênio, a contar de 21/3/2022, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 03 Juízes de Direito;
- Portaria 78/2022, designou a Dra. Aline Cândido Costa para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 2ª Zona, sediada em Aracaju, por um biênio, a contar de 18/2/2022, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 02 Juízas de Direito;
- Portaria 491/2022, designou o Dr. Alexandre Magno Oliveira Lins para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 4ª Zona, sediada em Boquim, a contar de 11/7/2022;
- Portaria 49/2022, designou o Dr. Luiz Manoel Pontes para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 6ª Zona, sediada em Estãncia, a contar de 9/3/2022, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;
- Portaria 144/2022, designou a Dra. Taiane Danusa Gusmão Barroso Sande para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 9ª Zona, sediada em Itabaiana, por um biênio, a contar de 31/3/2022, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição da Juíza supracitada;
- Portaria 313/2022, designou o Dr. Carlos Rodrigo de Moraes Lisboa para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 12ª Zona, sediada em Lagarto, por um biênio, a contar de 11/5/2022, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;
- Portaria 304/2022, designou o Dr. Sérgio Menezes Lucas para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 27ª Zona, sediada em Aracaju, por um biênio, a contar de 27/5/2022, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 02 Juízes de Direito;
- Portaria 193/2022, designou o Dr. Paulo César Cavalcante Macedo para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 34ª Zona, sediada em Nossa Senhora do Socorro, por um biênio, a contar de 18/4/2022, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 02 Juízes de Direito;

1.4.5.3 Seção de Direitos e Deveres - SEDIR

Equipe: 1 Chefe e 2 Assistentes



1.4.5.3.1 Regulamentações:

Minuta de Resolução sobre designação de Oficial de Justiça para cumprimento de mandados e pagamento de reembolso ou indenização de transporte para a execução de serviços.

1.4.5.3.2 Atividades 2021-2022

Nº	.Atividades	Quantidade
1	Processos Estimativas de aposentadoria	23
2	Processos Averbações	9
3	Processos Ajustes de contas	14
4	Processos Pedidos de Redistribuição	17
5	Processos Licença para capacitação	16
6	.Processos Aposentadorias	-
7	Processos Inclusão de dependentes	24
8	Processos Auxílio-funeral	1
9	Processos Licença para tratar de interesses particulares	-
10	.Processos Pedidos de Remoções	7
11	.Processos de Pensão	2
12	.Processos de Indícios apontados pelo TCU	33
13	.Processo de Concessão de Abono de Permanência	7
14	.Processos Isenção do Imposto de Renda	6
15	.Processos de Migração de Regime Previdenciário	-
16	.Processos com solicitação de parcelamento	7
17	.Processos Certidões de Tempo de Contribuição	9
18	.Processos de Horário Especial	2
19	.Processos Desaverbação de Tempo de Contribuição	2
20	.Processos com Informações prestadas à AGU	11



21	.Processos Licença por acidente em serviço	-
22	.Processos Licença por motivo de doença em pessoa da família	-
23	.Processos Diversos	27

1.4.6 Assessoria Técnica de Pessoal - ASTEP

Equipe: 1 Assessor

Criada em agosto de 2022, por meio da Resolução 30/2022 que extinguiu, criou e reestruturou Cargos em Comissão no TER/SE, a ASTEP presta assessoria jurídica para as unidades da SGP.

Convém frisar que o assessor esteve à frente da equipe da SEDIR até setembro/22 e dentre outras atividades destacamos o acompanhamento da implantação do E-Social, a análise de pedidos dos servidores interessados na migração de regime previdenciárioo e a elaboração da minuta de resolução sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar, no âmbito do TER/SE, Resolução 37/2022.

1.5 Secretaria Judiciária – SJD

1.5.1 Principais Resoluções Editadas em 2021 e 2022

Por meio da Resolução TSE 03/2021, foi regulamentada a utilização da videoconferência para a realização de audiências no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral e das Zonas Eleitorais de Sergipe, revogando-se a Resolução TRE/SE 20/2020.

Em 2021 foi implementado o Juízo 100% digital na Secretaria do TRE/SE e nas Zonas Eleitorais da Capital(Resoluções TRE-SE 04 e 11/2021).

Ainda em 2021, foram aprovadas as Resoluções 9/2021, que dispõe sobre a gestão documental e a política de preservação e manutenção de documentos físicos e eletrônicos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e a 13/2021, que institui a Política de Gestão de Memória e o Programa de Preservação de Memória da Justiça Eleitoral de Sergipe.

Em 2022, por meio da Resolução TRE/SE 26/2022, o Juízo 100% digital estendeu-se a todas as Zonas Eleitorais do Estado.

Regulamentou-se, por meio da Resolução TRE/SE 27/2022, a atuação dos Juízes Auxiliares do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe nas Eleições 2022.

Foram designados, por meio da Resolução TRE/SE 28/2022, os Juízos Eleitorais da Capital para julgamento das prestações de contas eleitorais dos órgãos de direção partidária municipais e

das reclamações sobre a localização dos comícios e providências sobre a distribuição equitativa dos locais nas eleições 2022.

Foi ainda editada a Resolução TRE/SE 33/2022, que dispõe sobre a constituição da Comissão Apuradora para as Eleições 2022.

Diante da necessidade de regulamentar a realização de audiências de custódia relacionadas a crimes eleitorais, também conjuntamente com a Assessoria dos Juízes-Membros, a Secretaria Judiciária minutou os termos da Resolução 34/2022, que dispõe sobre a realização de audiência de custódia nas Eleições 2022, no âmbito da Justiça Eleitoral de Sergipe.

1.5.3 Treinamentos – Eleições 2022

Foram realizados treinamentos sobre Registro de Candidatura, Propaganda Eleitoral, Acões Cíveis Eleitorais e Prestações de Contas Eleitorais para os servidores, todos ofertados pela EJESE.

Foi realizada reunião com os representantes dos Partidos Políticos para disseminação de informações referentes ao Registro de Candidaturas, com a participação da OAB/SE e servidores.

Ainda, foi realizado o *Seminário Estadual - Financiamento de Campanha e Prestação de Contas Eleitorais 2022*, objetivando uniformizar os conhecimentos relativos à arrecadação e aos gastos de recursos de Partidos Políticos e Candidatos a serem lançados nas Prestações de Contas referentes às Eleições de 2022. O evento foi configurado em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SE) e com a participação da Procuradoria Regional Eleitoral, representantes de partidos políticos, contadores(as), advogados(as), servidores e demais interessados.

Finalizando o ciclo de capacitação, a equipe da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias ainda ofertou treinamento aos servidores dos Cartórios sobre Prestação de Contas Eleitorais dos órgãos municipais — Eleições 2022 e à Comissão de Exame das Prestações de Contas das Candidatas(os) eleitas(os) e suplentes.

1.5.4 Manuais – Eleições 2022

Com o objetivo de auxiliar as servidoras, os servidores, as magistradas, os magistrados, candidatas, candidatos, partidos, coligações partidárias, federações e demais interessadas e interessados nas eleições gerais, foram elaborados e disponibilizados Manuais de Registro de Candidatura, de Propaganda Eleitoral, de Legislação Eleitoral, além do folder "Dicas e informações para o dia da Eleição", expondo, de forma didática, disposições e determinações contidas nas Resoluções do TSE que regulamentaram as eleições gerais.

1.5.5 Implantação Do Sistema De Legislação Compilada

Em 2022, foi implantado o Sistema de Legislação Compilada no TRE/SE, proporcionado ao público interno e externo mais acessibilidade aos atos normativos deste Tribunal, agrupando em um único espaço as Resoluções Normativas, Portarias, Provimentos da Corregedoria Regional Eleitoral de Sergipe (CRE/SE) e Atos de Pessoal do TRE/SE editados a partir de 2022.

O novo sistema permite, ainda, o acesso aos textos originais das normas, bem como a compilação decorrente das alterações advindas de atos posteriores e links para consulta de normas citadas.

1.5.6 Implantação Do Novo Sistema De Jurisprudência - SJUR

O Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe implantou, em 2022, a nova versão do Sistema de Jurisprudência – SJUR - versão 3 - que unificou os sistemas ITAR (Inteiro Teor Acórdãos e Resoluções) e o antigo SJUR. Tratou-se de um importante avanço que permitiu às usuárias e aos usuários a realização de pesquisas de decisões colegiadas e monocráticas de forma centralizada.

Além disso, sua integração ao Sistema de Processo Judicial Eletrônico -PJe, permitiu a otimização das etapas necessárias ao cadastro e disponibilização dos Acórdãos, Resoluções e Decisões Monocráticas editados e publicados pelo TRE/SE.

1.5.7 Divulgação de Jurisprudência

Visando proporcionar maior transparência aos seus julgados, bem como levar ao conhecimento do público em geral os entendimentos do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, foram elaborados diversos trabalhos disseminando a jurisprudência desta Corte, tais como informativos, ementários, coletânea de decisões por temas, todos divulgados no sítio do TRE/SE, além de diversas pesquisas de jurisprudências realizadas inclusive para o público externo.

1.5.8 Gestão Documental

A unidade de gestão documental (Seção de Gestão de Documentos Eletrônicos e Arquivo (SEDEA)) do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe vem, nos últimos anos (2021/2022), passando por grandes transformações, as quais estão se tornando cada vez mais evidentes, após a vigência da Res. CNJ nº 324/2020, que aborda diversos aspectos da gestão documental, abrangendo documentos físicos e digitais, bem como a estrutura de disponibilidade, de armazenamento que enseja a criação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável – RDC-Arq.

A alta administração do TRE/SE está totalmente empenhada na implementação da gestão documental física e eletrônica, que tem como objetivo primordial a preservação da história da Justiça Eleitoral de Sergipe e várias ações foram implementadas, entre as quais destacamos:

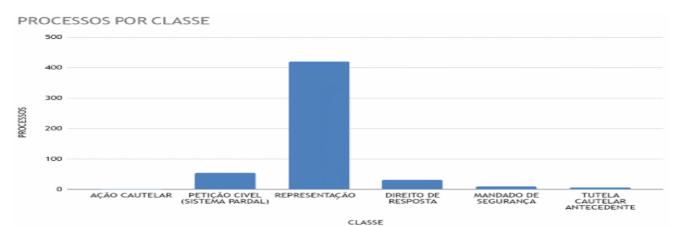
1. Em Julho de 2021, foi publicada a <u>Res. TRE/SE nº 9/2021</u>, que dispõe sobre a gestão documental e a política de preservação e manutenção de documentos físicos e eletrônicos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

- **2.** Entre os meses de agosto/setembro de 2021, foi realizada a capacitação do Curso de Archivematica e Atom para 14 servidores (da área de gestão da informação e da tecnologia da informação).
- **3.** Em novembro de 2021, finalizou-se a digitalização de 7.438 caixas de arquivo (documentos de temporalidade permanente) das Zonas Eleitorais, equivalente a aproximadamente 1.040 metros lineares de documentos (SEI <u>0025650-42.2019.6.25.8000</u>).
- **4.** Ainda no final do exercício do ano de 2021, foi autorizada a participação dos servidores da SEDEA no Curso Gestão, Segurança e Preservação de Documentos Digitais SIGAD & RDC-Arq, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba em parceria com a Escola GDI, na modalidade on line e na Capacitação em Gestão, Segurança e Preservação de Documentos Digitais e Digitalização de Documentação, também promovido pelo TRE-PB (Processo SEI <u>0020169-30.2021.6.25.8000</u>).
- **5.** Nos exercícios 2021/2022, o quadro de pessoal foi ampliado e houve a instalação de novos equipamentos na SEDEA:
- **5.1** A unidade de gestão documental, que possuía apenas dois servidores do quadro, passou a contar com a colaboração de mais uma servidora efetiva, uma estagiária e duas colaboradoras terceirizadas.
- **5.2** A Administração autorizou a contratação dos serviços de arquivologia (1 arquivista e 1 técnico de arquivo), por meio da disponibilização de empregados na forma de posto de trabalho, os quais já se encontram devidamente alocados. (SEI 0012207-19.2022.6.25.8000).
- **5.3** Foram adquiridos dois scanners profissionais.
- **6.** Atendendo à recomendação do CNJ, foram convocados 15(quinze) servidores a participarem do Seminário Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq): preservação e acesso aos documentos arquivísticos do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (SEI <u>0009771-87.2022.6.25.8000</u>).
- 7. No exercício de 2022, teve inicio a digitalização do acervo arquivístico (temporalidade permanente) da SEDE do TRE/SE. Cerca de 21% (693 caixas de arquivos) de sua totalidade foram digitalizadas (aproximadamente 100 metros lineares).
- **8.** Durante todo o exercício de 2022, a unidade de gestão documental esteve totalmente envolvida com a implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável RDC-Arq, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, quando foram realizados diversos testes nos ambientes de homologação dos sistema Archivematica e Atom e, finalmente, nos meses de agosto/setembro, realizou-se a implementação do RDC-Arq que está disponibilizado na página <u>Arquivo Digital do TRE/SE.</u>

- **9.** A implementação do RDC-Arq foi iniciada com a inserção da <u>Galeria de Presidentes</u> no Archivematica e sua disponibilização no Atom (onde estão sendo feitas as descrições arquivísticas com a contextualização da história de cada Presidente desta Corte).
- **10.** Finalizando o exercício 2022, foi concluída a obra destinada ao novo arquivo central, que já se encontra equipado com os arquivos deslizantes que abrigarão aproximadamente 8.200 caixas-arquivo, originárias das Zonas Eleitorais.

1.5.9 Ações propostas durante o período eleitoral – ELEIÇÕES 2022

CLASSE	PROCESSOS
AÇÃO CAUTELAR	1
PETIÇÃO CIVEL (SISTEMA PARDAL)	55
REPRESENTAÇÃO	420
DIREITO DE RESPOSTA	32
MANDADO DE SEGURANÇA	9
TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE	6
TOTAL	523



RCAND - REGISTROS DE CANDIDATURAS

TOTAL	
DRAP'S *	56
CANDIDATOS	529
TOTAL	585

* Requerimentos de habilitação de Partidos, Federações e Coligações



PCE - PRESTAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS – ELEIÇÕES 2022

TOTAL	
PARTIDOS	30
CANDIDATOS	513
TOTAL	543

SUSPOP – SUSPENSÃO DE PARTIDO POLÍTICO – REGIONAIS

PARTIDO	ANO
AGIR	2019
DC	2018
DC	2018
PATRIOTA	2018
PC DO B	2018
PCB	2019
PCB	2018
PDT	2017
PDT	2016
PODEMOS	2018
PODEMOS	2016
PODEMOS	2015
PSC	2017
PTB	2016
PTB	2017
PTB	2018
REDE	2019
REDE	2018
AGIR	2018
PSC	2020
PRTB	2018
PCB	2020
PATRIOTA	2018
FEDERAÇÃO PSOL REDE	2020
PDT	2020

TOTAL: 25 PROCESSOS



SUSPOP – SUSPENSÃO DE PARTIDO POLÍTICO – MUNICIPAIS

MUNICÍPIO	PARTIDO	EXERCÍCIO/ELEIÇÃO
TOBIAS BARRETO	PT	ELEIÇÕES 2020
TOBIAS BARRETO	PODEMOS	ELEIÇÕES 2020
TOBIAS BARRETO	PSC	ELEIÇÕES 2020
TOBIAS BARRETO	CIDADANIA	ELEIÇÕES 2020
TOBIAS BARRETO	DEMOCRATAS_UNIÃO	ELEIÇÕES 2020
TOBIAS BARRETO	PSB	ELEIÇÕES 2020
TOBIAS BARRETO	PROGRESSISTAS	ELEIÇÕES 2020
PEDRINHAS	SOLIDARIEDADE	EXERCÍCIO 2020
ARAUÁ	SOLIDARIEDADE	EXERCÍCIO 2020
RIACHÃO DO DANTAS	PC DO B	EXERCÍCIO 2020
RIACHÃO DO DANTAS	PROS	EXERCÍCIO 2020
ESTÂNCIA	REDE	EXERCÍCIO 2021
ESTÂNCIA	PMN	EXERCÍCIO 2021
ESTÂNCIA	DEMOCRATAS_UNIÃO	EXERCÍCIO 2021
ESTÂNCIA	AVANTE	EXERCÍCIO 2021
ESTÂNCIA	PC DO B	EXERCÍCIO 2021
ESTÂNCIA	PSB	EXERCÍCIO 2021
ESTÂNCIA	PROS	EXERCÍCIO 2021

TOTAL: 18 PROCESSOS



PC-PP – PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS– EXERCÍCIO DE 2021

Processo
0600264-94
0600270-04/0600272-71
0600253-65
0600032-82
0600254-50
0600014-61
0600249-28
0600257-05
0600255-35/0600269-19
0600256-20
0600263-12
0600189-55
0600271-86
0600275-26
0600277-93
0600278-78
0600279-63
0600281-33
0600283-03
0600286-55
0600287-40
0600289-10
0600292-62
0600293-47
0600294-32
0660295-17
0600296-02
0600297-84
0600313-84

TOTAL: 29 PROCESSOS

Partidos Sem vigência	a em 2021
UNIÃO	
<u>ur</u>	
NOVO	
PCO	
PRTB	
	Outrachadona de Francjanionio, Estrategia e Governança



REPRESENTAÇÕES POR PROPAGANDA PARTIDÁRIA

Processo	Relator	Partido
0600258-87.2022.6.25.0000	ELVIRA	PSD
0600259-72.2022.6.25.0000	CARLOS	PSDB
0600260-57.2022.6.25.0000	MARCOS	PL
0600261-42.2022.6.25.0000	CLARISSE	PC DO B
0600262-27.2022.6.25.0000	MARCOS	PODEMOS
0600265-79.2022.6.25.0000	CLARISSE	PT
0600266-64.2022.6.25.0000	ELVIRA	MDB
0600267-49.2022.6.25.0000	ELVIRA	PTB
0600268-34.2022.6.25.0000	CARLOS	REPUBLICANOS
0600317-75.2022.6.25.0000	MARCELO	PV

TOTAL: 10 PROCESSOS

PEDIDOS DE PROPAGANDA PARTIDÁRIA – 2023

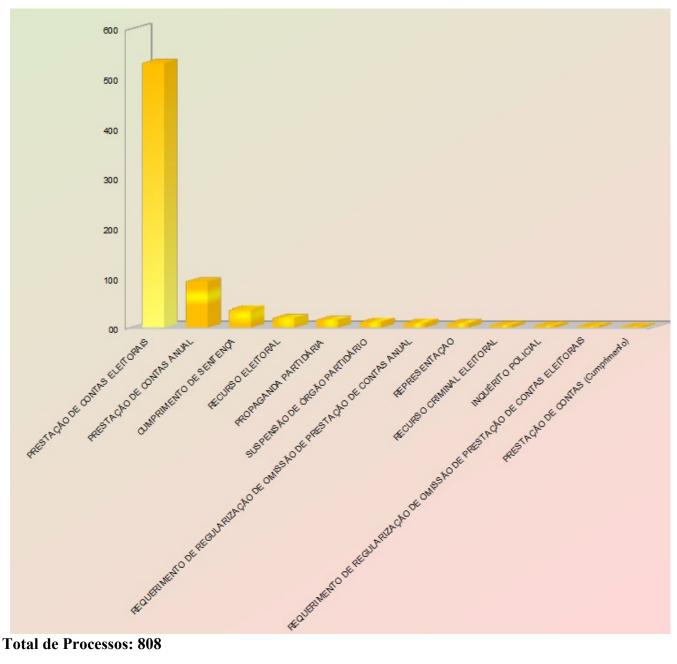
CIDADANIA
MDB
PL
PODE
PATRIOTA/PTB
PSD
PSDB
PT
PV
REDE
REPUBLICANOS
UNIÃO
PROS*
SOLIDARIEDADE*
AVANTE*

TOTAL: 15 PROCESSOS

*NÃO ATINGIRAM A CLÁUSULA DE BARREIRA



PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO



Total de Processos: 808

obs.₁: Em setembro do corrente, foram autuadas 543 Prestações de Contas Eleitorais - PCE, as quais permaneceram sobrestadas, pelo menos, até o início de novembro, quando da apresentação da prestação de contas final de cada candidata, candidato e partido.

obs.2: As 68 (sessenta e oito) Prestações de Contas de Candidatos Diplomáveis, contabilizadas no gráfico acima, serão julgadas ainda no mês em curso, além de outros feitos.



2. OUVIDORIA ELEITORAL DE SERGIPE

2.1 Apresentação

O presente relatório é um panorama das atividades desenvolvidas na Ouvidoria Eleitoral de Sergipe, no período de fevereiro de 2021 a novembro de 2022, durante a gestão do Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Nesse período, a função de Ouvidor Eleitoral foi exercida pelo Juiz Edivaldo dos Santos até 10 de dezembro de 2021, sendo substituído pelo Juiz Marcelo Augusto Costa Campos, que exerce a citada função desde 1º de fevereiro de 2022.

A seriedade de uma instituição pública e o nível de comprometimento de sua gestão com a excelência de seus serviços não podem ser aferidos sem transparência proativa de suas ações e participação ativa de seus cidadãos. O sucesso dessa relação é determinante para o estabelecimento de um grau satisfatório de credibilidade da organização perante seus destinatários. É exatamente nesse contexto que se insere a Ouvidoria Eleitoral, na esperança de efetivá-la como um verdadeiro canal de participação cidadã.

Abaixo, apresenta-se, sucintamente, relato das atividades desenvolvidas na Ouvidoria Regional Eleitoral de Sergipe, no período de fevereiro de 2021 a novembro de 2022.

2.2 Ações Desenvolvidas na Ouvidoria no período de 2021

- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Comitê Gestor de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais, no dia 29/01/2021, às 9 horas, no plenário do TRE/SE.
- Conclusão da elaboração de relatórios referentes ao período de trabalho remoto, registrando as atividades desenvolvidas pelas servidoras lotadas na Ouvidoria Eleitoral em 2020, conforme solicitado pela Diretoria-Geral.
- Elaboração de relatórios referentes aos atendimentos realizados na Ouvidoria no 3º quadrimestre de 2020, relatório de gestão anual (2020), relatório do 3º quadrimestre e anual da pesquisa de satisfação, relatório estatístico anual (2020) da Lei de Acesso à Informação e relatório dos atendimentos realizados no 1º bimestre de 2021.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (VII e-COJE), por videoconferência (Zomm), no dia 05/02/2021, a partir das 10 horas. Na oportunidade, o Colégio de Ouvidores deliberou pela criação de Grupo de Estudos para a padronização dos procedimentos e estruturas das Ouvidorias Eleitorais, formado pelas(os) Ouvidoras(es) Eleitorais de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Tocantins e do Tribunal Superior Eleitoral.



- Participação da Ouvidoria Eleitoral no curso Mapeamento, Descoberta e Controle de Dados para LGPD pelo Hotmart, e do Curso Design Thinking Online, disponibilizados pelo TRE/SE. Participação no curso virtual "Proteção de Dados: A LGPD e seus impactos na Justiça Eleitoral e na Administração Pública", realizado pelo TSE nos dias 08, 09 e 10/02/2021.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (VIII e-COJE), por videoconferência (Zomm), no dia 05/03/2021, a partir das 11 horas. Na oportunidade, a Comissão formada pelas Ouvidorias dos Regionais de CE, GO, MG, PR, RN, RJ e Ouvidoria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apresentou a compilação das atuações e força de trabalho de todas as Ouvidorias do país, com vistas à elaboração de minuta de documento a ser encaminhado ao TSE, objetivando a unificação dos procedimentos de trabalho e estrutura das Ouvidorias Eleitorais.
- Solicitação de publicação no site do TRE/SE pela ASCOM de matéria sobre o Dia Nacional do Ouvidor (https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2021/Marco/16-de-marco-2013-dia-do-ouvidor?SearchableText=dia%20do%20ouvidor).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (IX e-COJE) por videoconferência (Zomm), no dia 09/04/2021, a partir das 11 horas. Na pauta, dentre outros assuntos, estava a eleição de novos membros da diretoria e os 10 anos de criação do COJE.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do curso on-line Defesa do Usuário e Simplificação.
- Inclusão no formulário da Ouvidoria e no SISOUV do tipo de demanda "Notícia de Assédio ou Discriminação", solicitado pela Comissão de Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (CEAD).
- Solicitação ao Comitê Gestor das Cartas de Serviços CGCAS de inclusão na Pesquisa de Satisfação (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSekzIMyaGqWr3VskGdI3vX6ml44GqN77xLiYOqwAddNMgi4Mw/viewform?edit) de mais dois tipos de serviços a serem avaliados "Serviço de registro de denúncias e reclamações da Ouvidoria Eleitoral" e "Conteúdo do item Transparência e Prestação de Contas do site do TRE/SE", para atender pergunta do questionário de governança do TCU.
- Encaminhamento ao TSE de dados estatísticos do atendimento nos finais de semana das eleições, conforme solicitado através do Ofício Circular 56/2021-TSE.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral das reuniões de Análise da Estratégia RAE, abaixo especificadas, realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- 1. Em 09/03/2021, às 13h30, com o objetivo de tratar do novo ciclo do Planejamento Estratégico do TRE/SE e o Planejamento para as Eleições Gerais de 2022.
- 2. Em 29/04/2021, às 13 h, com o objetivo de apresentar a conclusão da proposta para o novo ciclo de Planejamento Estratégico do TRE-SE (2021-2026).



- 3. Em 17/08/2021, às 13 h, o objetivo da reunião foi dar um panorama do andamento inicial do novo ciclo de Planejamento Estratégico do TRE-SE.
- Solicitação à ASCOM de divulgação no site e nas redes sociais do TRE/SE do formulário da pesquisa de satisfação, conforme acordado em reunião com o Comitê Gestor das Cartas de Serviços -CGCAS.
- Em face do recebimento das questões solicitadas pelo CNJ, foi juntado ao Processo SEI 0005772-63.2021.6.25.8000 as respostas dos itens 17 a 29 do questionário do Ranking da Transparência do CNJ 2021, cuja unidade responsável é a Ouvidoria Eleitoral. Disponibilização do Guia da Transparência 2021 no site (https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/guia-da-transparencia). O TRE/SE foi classificado em 2º lugar no Ranking da Transparência do CNJ 2021.
- Elaboração de minuta de alteração da Resolução TRE/SE 184/2016, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, da Lei n° 12.527/2011 e da Resolução CNJ n° 215/2015, que versam sobre o acesso à informação, tendo sido aprovada através da Resolução 12/2021 (https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/resolucao-tribunal-regional-eleitoral-de-sergipe/tre-se-resolucao-tre-se-12-2021-altera-a-resolucao-tribunal-regional-eleito-ral-de-sergipe/tre-se-resolucao-tre-se-12-2021-altera-a-resolucao-184-2016/at_download/file).
- Atualização e disponibilização das respostas automáticas do Whatsapp na página da Ouvidoria constante no site do TRE/SE (https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião do Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet, no dia 05/02/2021, na sala de treinamento do TRE/SE; e nos dias 03 e 18/05/2021, às 9 horas, por videoconferência.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (X e-COJE) por videoconferência no dia 07/05/2021, a partir das 11 horas. Na oportunidade, o Colégio de Ouvidores deliberou que no mês de junho/2021 não haveria a reunião mensal, sendo designadas reuniões setoriais para cada região do Brasil. Foi apresentado o selo e o edital do E-Book comemorativo dos 10 anos do COJE.
- Elaboração de relatórios referentes aos atendimentos realizados na Ouvidoria e da pesquisa de satisfação no 1º e 2º quadrimestres de 2021, bem como relatório dos atendimentos realizados no período de janeiro a julho/2021 para publicação de matéria no site do TRE/SE (https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2021/Agosto/relatorio-dos-atendimentos-2021-da-ouvidoria-2013-tre-se) e no período de janeiro a setembro/2021 (https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2021/Outubro/relatorio-referente-aos-atendimentos-da-ouvidoria-do-tre-se).
- Conferência e atualização dos conteúdos publicados no site do TRE/SE de responsabilidade da Ouvidoria Eleitoral, conforme solicitado pelo Comitê Gestor de Conteúdos de Intranet e Internet



- CGCI (Processo SEI 0004022-26.2021.6.25.8000), para que o TSE possa apresentar uma nova versão do site unificado da Justiça Eleitoral.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (XI e-COJE Reunião Virtual da Região Nordeste) por videoconferência no dia 27/05/2021, a partir das 17 horas. Na oportunidade, foram apresentadas as necessidades das Ouvidorias Eleitorais dos estados da região nordeste do país.
- Conferência e atualização dos conteúdos publicados no site do TRE/SE de responsabilidade da
 Ouvidoria Eleitoral, de acordo com o Guia de Linguagem Inclusiva para flexão de gênero do
 TSE, bem como solicitação à Central de TI das alterações necessárias no formulário eletrônico da
 Ouvidoria e no sistema SISOUV.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião do Comitê Gestor das Cartas de Serviços 1° e 2° Graus, no dia 11/06/2021, às 7:30 horas, por videoconferência. Na oportunidade, para ampliar a divulgação das informações que facilitem o acesso do eleitorado aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral foi apresentada a sugestão de verificar a possibilidade de inclusão no Menu de "Serviço ao eleitor" (localizado no canto superior direito da página inicial do site do TRE/SE) do serviço "Atendimento pelo Whatsapp" que seria direcionado para o link https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria. Além disso, estimularia o preenchimento do Formulário da Pesquisa de Satisfação do(a) Cliente, cujo link consta ao final de cada resposta automática do whatsapp da Ouvidoria. Foi gerado o Processo SEI 0014146-68.2021.6.25.8000.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (Assembleia Geral Ordinária) por videoconferência, no dia 02/07/2021, a partir das 11 horas. Na oportunidade, foi eleita a nova Comissão Executiva do COJE.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral
 (XVII e-COJE) por videoconferência no dia 06/08/2021, a partir das 11 horas, objetivando trocar
 informações, conhecimentos, boas práticas entre Ouvidorias Judiciais e de outros poderes.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião do Comitê Gestor das Cartas de Serviços 1° e 2° Graus, no dia 13/08/2021, às 7:30 horas, por videoconferência.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do 1º Encontro Nacional de Ouvidorias Públicas ENOP, organizado pelo TRE-PR, COJE e Ouvidoria do TSE com o objetivo de oferecer uma formação complementar aos profissionais das ouvidorias, nos dias 17 e 18 de agosto de 2021, no horário de 9h às 12h e 13h30 às 18h, através do canal do YouTube do TRE-PR (https://www.youtube.com/watch?v=anISucuDb3w&t=12479s).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião do Conselho de Governança do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe TRE/SE, no dia 19/08/2021, às 13 horas, para tratar sobre o relatório das atividades de auditoria interna realizadas no exercício 2020 (https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2021/Agosto/reuniao-do-conselho-de-governanca).



- Participação da Ouvidoria Eleitoral do Fórum de Governança e Gestão Pública do TSE Governança e Gestão de Pessoas, no dia 19/08/2021, às 13:30 horas, bem como do Fórum de Governança e Gestão Pública do TSE Governança e Gestão das Aquisições, no dia 20/08/2021, às 13:30 horas, por videoconferência.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião no dia 27/08/2021, por videoconferência, com equipe do TSE para treinamento sobre os testes da nova versão do e-título (Processo SEI 0004724-69.2021.6.25.8000).
- Solicitação à ASCOM de elaboração de card para publicação nas redes sociais do TRE/SE da pergunta mais solicitada na Ouvidoria Eleitoral (https://www.instagram.com/p/CTCihaRNTSt/? utm medium=share sheet).
- Retorno ao trabalho na sede do TRE/SE em 02/08/2021, permanecendo apenas uma servidora da Ouvidoria em trabalho remoto.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do Grupo de estudo colaborativo Omnichannel, liderado
 pela Seção de Modernização de Serviços ao Eleitor (SEMOSE) do TSE, com a finalidade de conhecer as soluções disponíveis no mercado para comunicação com o público externo, para serem
 disponibilizadas aos Tribunais Regionais Eleitorais, que poderão, se quiserem, realizar contratações conjuntas, maximizando eficiência e reduzindo custos.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral remotamente da Cerimônia da Celebração dos 10 anos da constituição do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral transmitida pelo canal do Youtube do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, às 10 h, do dia 17/09/2021.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do curso "A transexualidade e o Atendimento a Pessoas Trans", por videoconferência nos dias 23 e 24/09/2021, das 8h às 10h, promovido pela EJESE (Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe), visando a capacitação dos servidores e servidoras no trato de pessoas da comunidade LGBTQIA+, em especial, pessoas transexuais.
- Elaboração das respostas das questões relacionadas aos serviços de Ouvidoria do questionário de autoavaliação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção, que foram enviadas pelo Tribunal através do Sistema e-Prevenção.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião no dia 08/10/2021, das 10:30h às 12h, sobre estudo do Manual e-MAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, a fim de identificar os principais pontos para orientação aos publicadores de conteúdo, bem como verificar/adequar a página da Ouvidoria (https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria) ao disposto no referido manual, conforme solicitado pelo Comitê Gestor de Conteúdos de Intranet e Internet CGCI.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do Curso "Propaganda Eleitoral nos meios digitais", por videoconferência, nos dias 14, 18 e 19/10/2021, no horário de 8h às 12h, realizado pela EJESE (Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe).



- Elaboração de análise dos riscos nos processos de trabalho da Ouvidoria Eleitoral para preenchimento de formulário anexado ao Processo SEI 0016184-53.2021.6.25.8000.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral da palestra "A Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, por videoconferência, no dia 15/10/2021, das 9 h às 11 h, atendendo convocação da Presidência do TRE/SE.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do "I Encontro Nacional sobre Integridade no Poder Judiciário A Resolução CNJ 410/2021 na perspectiva de seus idealizadores", no dia 18/10/2021, das 9 h às 12 h, através do canal do CNJ no You Tube, atendendo determinação da Presidência deste Tribunal, constante no Processo SEI 0017240-24.2021.6.25.8000.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião do Comitê Gestor do Sistema Eletrônico de Informações CGSEI, no dia 22/10/2021, às 9 h, na sala de treinamento 1 da SGP deste Tribunal.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (XIX e-COJE), por videoconferência, no dia 22/10/2021, a partir das 11 horas, que contou com a participação especial do Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do TSE. Na oportunidade, foi enfatizado o papel das Ouvidorias Eleitorais no combate à desinformação nas eleições, através do repasse, no atendimento aos eleitores e eleitoras, das medidas adotadas pelo TSE, principalmente nos questionamentos sobre a segurança da urna eletrônica.
- Instalação do leitor de tela NonVisual Desktop Access NVDA, na máquina de trabalho da integrante titular da Ouvidoria no Comitê Gestor de Conteúdos de Intranet e Internet CGCI, objetivando a verificação e o controle das publicações feitas pela Ouvidoria Eleitoral no site do TRE/SE, sendo realizadas as alterações necessárias nas publicações para garantir a acessibilidade a(os) cidadã(o)s cega(o)s, nos termos do Manual e-MAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico e na Auditoria de Acessibilidade Digital realizada pela Coordenadoria de Auditoria Interna COAUD.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral da palestra "O que Precisamos Saber sobre a Felicidade?", por videoconferência, no dia 25/10/2021, das 9h às 10h30, ministrada pela Profa. Lúcia Helena Galvão, profissional de notório saber na área da Filosofia, principalmente no que concerne a temas relacionados a trabalho, ética, sociopolítica e simbologia. A abordagem desse tema objetiva contribuir para a construção de estratégias na área de saúde visando à promoção da saúde no trabalho e ao bem-estar de todas(os) que compõem Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do "II Seminário Internacional sobre Desinformação e Eleições", no dia 26/10/2021, das 9 h às 18 h, através do canal da Justiça Eleitoral no You Tube (https://www.youtube.com/watch?v=MgX2j8Z8HQE), atendendo a convite do TSE, encaminhado pela EJESE (Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe).



- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Comitê Gestor das Cartas de Serviços do TRE/SE, por videoconferência (Zomm), no dia 05/11/2021, a partir das 7:30 horas, quando foram tratados dos procedimentos restantes para a finalização do processo de revisão das Cartas de Serviços dos 1º e 2º Graus.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral, atendendo convocação da Diretoria-Geral do TRE/SE, da palestra "Qual é o Preço da Liberdade de Escolha?", por videoconferência, no dia 05/11/2021, das 10h às 11h, ministrada pelo Prof. Dr. Luiz Felipe de Cerqueira e Silva Pondé, profissional de notório saber na área da Filosofia, principalmente no que concerne a temas relacionados a religião, mística, santidade, angústia, modernidade/Pós-modernidade e epistemologia. A abordagem desse tema objetiva contribuir para a construção de estratégias na área de saúde visando à promoção da saúde no trabalho.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do II FNCC Fórum Nacional de Chefes de Cartório, realizado nos dias 9, 10 e 11/11/2021, por videoconferência, no período vespertino, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do Curso "Prática Processual das Principais Ações Cíveis Eleitorais, Atualizado com a Reforma Eleitoral de 2021", por videoconferência, nos dias 10, 11 e 12/11/2021, no horário de 8h às 12h, realizado pela EJESE (Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe).
- Atuação da Ouvidoria Eleitoral como gestora do Macrodesafio 2 (Fortalecimento da relação institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade) do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe para o período 2021-2026, fazendo o acompanhamento bimestral das iniciativas e respectivas unidades responsáveis relacionadas abaixo:

Iniciativa	Unidade responsável	
1 - Busca ativa da pesquisa de satisfação	Ouvidoria/Comitê Gestor das Cartas de Serviço de 1º e 2º Graus	
2 - Viabilizar meios para automatizar o sistema de transparência	Grupo de Trabalho/STI -Secretaria de Tecnologia da Informação	
3 - Campanha de conscientização de combate à discriminação e ao assédio	Comissões de Assédio do 1º e do 2º Graus	
4 - Atualização de forma consolidada dos procedimentos de atendimento	CRE – Corregedoria Regional Eleitoral	
5 - Fomento à comunicação eletrônica com o eleitor	CRE/Ouvidoria	
6 - Programa Eleições	COPEG – Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança	

- Atuação da Ouvidoria Eleitoral como unidade responsável pela iniciativa "Aperfeiçoar os mecanismos de mensuração e monitoramento de satisfação do público externo" do Macrodesafio 1 (Garantia dos Direitos da Cidadania) do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe para o período 2021-2026, cuja unidade gestora é a EJESE (Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe); bem como por duas iniciativas do Macrodesafio 2: "Busca ativa da pesquisa de satisfação", em parceria com o Comitê Gestor das Cartas de Serviço de 1° e 2° Graus, e "Fomento à comunicação eletrônica com o eleitor", em parceria com a Corregedoria Regional Eleitoral, conforme tabela acima.
- Designação da Ouvidoria Eleitoral (Portaria 689/2021) como unidade responsável pela presidência de Grupo de Trabalho para execução das ações relacionadas à iniciativa estratégica "Plano de Dados Abertos", vinculada ao Macrodesafio 10 (Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados) do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe para o período 2021-2026, cuja unidade gestora é a STI (Secretária de Tecnologia da Informação).
- Reorganização/atualização da galeria das(os) Ouvidoras(es) Eleitorais do TRE/SE, constante em https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/ga-leria-de-ouvidores-e-ouvidoras
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do "II Fórum de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral de Sergipe", no dia 23/11/2021, das 9 h às 12 h, através do canal do TRE/SE no You Tube (https://www.youtube.com/watch?v=meUIMtNLtZU), organizado pela Comissão de Enfrentamento à Desinformação do TRE/SE.
- Indicação dos cursos abaixo para serem realizados pela equipe da Ouvidoria Eleitoral em 2022, fazendo parte do Plano Anual de Capacitação - PAC 2022 da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP (Processo SEI 0020154-61.2021.6.25.8000).
 - 1. Tratamento de denúncias em Ouvidoria disponível em https://www.escolavirtual.gov.br/curso/132
 - 2. Resolução de conflitos aplicada ao contexto das Ouvidorias disponível em https://www.escolavirtual.gov.br/curso/120
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do curso on-line "Redação com foco na elaboração de documentos oficiais e técnicas", no período de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2021.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do IX Fórum de Gestão Estratégica do TRE/SE, em formato virtual, no dia 2/12/2021.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do Seminário on-line "Estratégias de implantação da LGPD nos Tribunais", realizado pelo TRE/PA, nos dias 9 e 10/12/2021.



2.3. Ações Desenvolvidas Pela Ouvidoria Em 2022

- Elaboração de minuta de alteração da Resolução TRE/SE 6/2019, que regulamenta no âmbito do TRE-SE a Lei n. 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do(a) usuário(a) de serviços públicos da administração pública e dispõe sobre o Regimento Interno da Ouvidoria Eleitoral de Sergipe, em face da Resolução CNJ n° 432/2021, que dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento das Ouvidorias dos tribunais. A minuta foi aprovada através da Resolução 20/2022 (https://www.tre-se.jus.br/legislacao/compilada/resolucao/2022/re-solucao-no-20-2022-de-8-de-fevereiro-de-2022).
- Disponibilização de atendimento através de Balcão Virtual, de acordo com o art. 17, §7°, da Resolução TRE/SE 6/2019, alterada pela Resolução TRE/SE 20/2022. Divulgação em parceria com a ASCOM do novo canal através da elaboração e distribuição de cartaz na sede do tribunal e zonas eleitorais, bem como publicação de matéria no site no Dia do Ouvidor (https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2022/Marco/ouvidoria-disponibiliza-balcao-virtual-de-atendimento).
- Elaboração de relatórios referentes aos atendimentos realizados na Ouvidoria e da pesquisa de satisfação no 3º quadrimestre e anual de 2021, bem como relatório estatístico anual de atendimentos da Lei de Acesso à Informação e dos atendimentos realizados no 1º bimestre de 2022 (https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/relatorios-de-atividades-da-ouvidoria).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral
 (XXI e-COJE) por videoconferência, no dia 4/2/2022, a partir das 11 horas. Na oportunidade, foi
 deliberado sobre o calendário de ações e projetos para as Ouvidorias, tendo em vista o ano eleitoral.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de oficina sobre Gestão por Competências no dia 15/2/2022, das 8h30 às 12h30, organizada pelo Núcleo de Desenvolvimento Organizacional (NDO) da Secretaria de Gestão de Pessoas para levantamento das competências das unidades do TRE/SE.
- Atualização das respostas automáticas do Whatsapp e na página da Ouvidoria constante no site do TRE/SE (https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria), com base nos prazos e informações essenciais para o período que antecede o fechamento do cadastro eleitoral em 4 de maio de 2022. Divulgação em parceria com a ASCOM do prazo citado através da elaboração e distribuição de cartaz na sede do tribunal e na central de atendimento ao eleitor, bem como publicação nas redes sociais do TRE/SE.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião ordinária da Rede Nacional de Ouvidorias, por videoconferência, no dia 9/3/2022, das 9h às 12h. Na oportunidade, foram tratados os seguintes temas: funcionamento da Rede Nacional de Ouvidorias, criação da Ouvidoria Nacional da Mulher e implementação da Resolução CNJ 432/2021 pelos tribunais.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Comitê Gestor das Cartas de Serviços de 1º e
 2º Graus CGCAS, por videoconferência, no dia 11/3/2022, às 7h30min. Na oportunidade, foram tratados assuntos referentes ao andamento do processo de revisão das Cartas de Serviços de 1º e



2º Graus, bem como sobre a minuta de resolução e o procedimento a ser adotado na hipótese de futuras solicitações de alterações pontuais nas mencionadas cartas.

- Participação da Ouvidoria Eleitoral em Palestra "Cuidados com a Rede: Proteção da Imagem Aspectos Preventivos, ministrada pelo Sr. Wagner Andrade de Lucena, Agente de Polícia Civil, integrante da Delegacia de Repressão de Crimes Cibernéticos, por videoconferência, no dia 11/3/2022, das 10h30min às 12h. Na oportunidade, foram tratados assuntos referentes aos perigos relacionados ao mal uso da internet, exposição em redes sociais, perigos relacionados ao uso de Wi-fi público e ações preventivas.
- Atuação da Ouvidoria Eleitoral como gestora do Macrodesafio 2 (Fortalecimento da relação institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade) do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe para o período 2021-2026, fazendo o acompanhamento bimestral das iniciativas e respectivas unidades responsáveis relacionadas abaixo:

Iniciativa	Unidade responsável
1 - Busca ativa da pesquisa de satisfação	Ouvidoria/Comitê Gestor das Cartas de Serviço de 1° e 2° Graus
2 - Viabilizar meios para automatizar o sistema de transparência	Grupo de Trabalho/STI -Secretaria de Tecnologia da Informação
3 - Campanha de conscientização de combate à discriminação e ao assédio	Comissões de Assédio do 1º e do 2º Graus
4 - Atualização de forma consolidada dos procedimentos de atendimento	CRE – Corregedoria Regional Eleitoral
5 - Fomento à comunicação eletrônica com o eleitor	CRE/Ouvidoria
6 - Programa Eleições	COPEG – Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança



- Participação da Ouvidoria Eleitoral do lançamento da "Ouvidoria da Mulher" no TSE, no dia 21/3/2022, às 11h, pelo canal do TSE no You Tube, com a apresentação do Ministro Presidente do TSE, Luiz Edson Fachin, bem como de painelistas convidadas e convidados. A "Ouvidoria da Mulher" é o canal para que as pessoas possam apresentar notícias de assédio e discriminação no âmbito do TSE, bem como relatar casos que indiquem a existência de violência política pelo gênero.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião com o Diretor-Geral, no dia 24/3/2022, às 9h, no Auditório do Anexo, sobre o resultado da Pesquisa de clima Organizacional.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do II Encontro "É hora de colaborar!", por videoconferência, no dia 25/3/2022, às 11h. Na oportunidade, foi apresentada uma visão geral de como funciona a Central de Serviços de TI, como abrir um chamado e acompanhar o seu andamento.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do II Mulheres na Política: Viabilizando Candidaturas, no Plenário do TRE/SE, no dia 29/3/2022, às 8h. O evento foi organizado pela Escola Judicial Eleitoral - EJESE e pela Comissão de Participação Feminina - COFEM, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Sergipe.
- Em face do recebimento das questões solicitadas pelo CNJ, foi juntado ao Processo SEI 0005892-72.2022.6.25.8000 as respostas dos itens 17 a 29 do questionário do Ranking da Transparência do CNJ 2022, cuja unidade responsável é a Ouvidoria Eleitoral. Disponibilização do Guia da Transparência 2022 no site (https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/guia-da-transparencia), constando todas as respostas enviadas pelo TRE/SE ao CNJ.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em Palestra "Linguagem Cidadã", realizada pelo TSE, por videoconferência, no dia 13/5/2022.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral na equipe de servidores que auxiliaram na análise dos requerimentos de títulos eleitorais feitos pela internet nos dias anteriores ao fechamento do cadastro, tendo ajudado a 27ª Zona Eleitoral.
- Elaboração de relatórios referentes aos atendimentos realizados na Ouvidoria e da pesquisa de satisfação no 1º quadrimestre de 2022, bem como relatório estatístico dos atendimentos realizados de janeiro a maio de 2022 (https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/relatorios-de-atividades-da-ouvidoria).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (XXIII e-COJE) por videoconferência, no dia 7/6/2022, a partir das 11 horas. Na oportunidade, foi apresentada palestra sobre "Mídias Sociais e Desinformação para as Eleições 2022".
- Disponibilização no site da página da Ouvidoria da Mulher (https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria-da-mulher), instituída através da Portaria Conjunta 16/2022 (https://www.tre-se.jus.br/legislacao/compilada/portarias-conjuntas/2022/portaria-conjunta-ndeg-16-de-9-de-agosto-de-2022).



- Disponibilização na página da Ouvidoria do Termo de uso e tratamento de dados pessoais (<a href="https://www.tre-se.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/arquivos-diversos/tre-se-termo-de-uso-e-tratamento-de-dados-da-ouvidoria-eleitoral-de-sergipe/@@download/file/TRE-SE-Termo-de-uso-e-tratamento-de-dados-da-Ouvidoria-Eleitoral-de-Sergipe.pdf).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Comitê Gestor das Cartas de Serviços de 1º e 2º Graus CGCAS, por videoconferência, no dia 10/6/2022.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral da 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) no dia 21/6/2022.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de Palestra "Segurança da Informação: Principais Ataques e Prevenção, no dia 30/6/2022, por videoconferência.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral do I Fórum de Liderança da Justiça Eleitoral, no dia 1°/7/2022, por videoconferência.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (XXIV e-COJE) por videoconferência, no dia 1º/7/2022. Na oportunidade foi escolhida a nova Comissão Executiva do COJE.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Dados Abertos do TRE/SE, no dia 5/8/2022.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de Palestra "Desafios da LGPD nos Tribunais, realizada na modalidade on-line pelo TRE/PA, no dia 12/08/2022.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião extraordinária do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (COJE) por videoconferência, no dia 26/8/2022, para tratar sobre as novidades do aplicativo e-título e o BIOEX (Importação de Biometrias Externas).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral por videoconferência, no dia 16/9/2022. Na oportunidade, foi apresentada a Resolução TSE 23.705/2022.
- Solicitação à ASCOM de elaboração de cartaz sobre consulta do local de votação para publicação nas redes sociais do TRE/SE, sendo enviado cartaz impresso para todas as zonas eleitorais.
- Solicitação à ASCOM de elaboração de cartazes, spot para rádios e divulgação no site e redes sociais do TRE/SE dos plantões das Eleições 2022, realizados nos dias 26/9/2022 a 2/10/2022 (1° Turno) e 28 a 30/10/2022 (2° Turno).



- Participação da Ouvidoria Eleitoral em entrevista para a TV Sergipe em 19/9/2022 (Jornal SE TV 1ª Edição), para divulgação dos serviços oferecidos no período eleitoral.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral por videoconferência, no dia 11/10/2022. Na oportunidade, foi tratado sobre assuntos relativos às Eleições 2022.
- Elaboração de relatórios referentes aos plantões das Eleições 2022, realizados nos dias 26/9/2022 a 2/10/2022 (1º Turno) e 28 a 30/10/2022 (2º Turno), quando foram registrados 1.272 atendimentos (https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/relatorios-de-atividades-da-ouvidoria).
- Participação da Ouvidoria Eleitoral de reunião do Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Dados Abertos do TRE/SE, nos dias 13/10/2022, 27/10/2022 e 8/11/2022, para elaboração da minuta da Portaria sobre a Política de Dados Abertos do TRE/SE.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral por videoconferência, no dia 9/11/2022. Na oportunidade, foi tratado sobre o 14º Encontro Nacional do COJE.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Conselho Nacional de Justiça CNJ, por videoconferência, no dia 11/11/2022, sobre a Política Nacional Judicial de Atenção às Pessoas em Situação de Rua.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral em reunião do Comitê Gestor das Cartas de Serviços de 1º e 2º Graus CGCAS, por videoconferência, no dia 11/11/2022.
- Participação da Ouvidoria Eleitoral da 2ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) no dia 30/11/2022.
- Elaboração de relatórios referentes aos atendimentos realizados na Ouvidoria e da pesquisa de satisfação no 2º quadrimestre de 2022, bem como relatório estatístico dos atendimentos realizados de janeiro a novembro de 2022 (https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/relatorios-de-atividades-da-ouvidoria).

2.4 Estatística – Ouvidoria em Números

2.4.1 - Demandas Recebidas

Abaixo o quantitativo das demandas recebidas na Ouvidoria no período de fevereiro de 2021 até novembro de 2022, **totalizando 13.856 atendimentos**.

Ano/Período	Quantidade de atendimentos
2021 (fevereiro a dezembro)	4.889
2022 (janeiro a novembro)	8.967
Total	13.856

Apesar de não representarem os mesmos períodos, o aumento significativo dos atendimentos no ano de 2021 em relação a 2022, deve-se a realização de eleições que faz aumentar a demanda nas ouvidorias, tendo sido registradas 2.410 demandas apenas nos meses de setembro e outubro, sendo 1.272 atendimentos realizados nos dias do plantão do 1º (26/9/2022 a 2/10/2022) e 2º (28 a 30/10/2022) Turnos das Eleições 2022.

Segue abaixo a quantidade de atendimentos aos eleitores e eleitoras, realizados por mês e por meios de acesso, no ano de 2022 até o mês de novembro.

2.4.2 Atendimentos aos eleitores registrados na Ouvidoria Eleitoral por meios de acesso

MEIO DE ACESSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	TOTAL
BALCÃO VIRTUAL	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
E-MAIL	51	17	21	29	38	12	25	49	32	34	16	324
PRESENCIAL	0	1	0	2	0	0	1	2	1	2	0	9
TELEFONE	64	118	202	387	376	70	135	395	494	566	61	2868
VIDEOCHAMADA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
WEB	2	8	10	11	9	2	4	14	14	11	3	88
WHATSAPP	497	523	606	1181	776	99	178	375	717	539	185	5676
TOTAL	614	667	840	1610	1199	183	344	835	1258	1152	265	8967

Comparando-se com o mesmo período de 2020 (8.323 atendimentos), quando também foram realizadas eleições, verifica-se aumento de apenas 8% na quantidade de atendimentos. Assim, evidencia-se a utilização dos serviços prestados pela Ouvidoria Eleitoral pela sociedade, bem como o efeito do trabalho de divulgação que continua sendo realizado.



2.4.3 Considerações Finais

A Ouvidoria Eleitoral tem por objetivo ser a via de comunicação entre a sociedade e o TRE/SE, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre temáticas relativas ao processo eleitoral, receber reclamações, críticas, elogios ou sugestões sobre os serviços prestados por esta Justiça Especializada.

Os dados levantados neste relatório demonstram um aumento significativo na atuação da Ouvidoria Eleitoral do TRE/SE, que vem trabalhando para o aprimoramento dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, com a disponibilização da Ouvidoria da Mulher, ampliação dos seus meios de acesso, atualização de seu regimento interno e divulgação dos seus serviços.

Vale destacar a participação da Ouvidoria em reuniões do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, comitês e grupos de trabalho do TRE/SE.

Durante o período da gestão do Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto como Presidente do TRE/SE, a Ouvidoria Eleitoral sempre contou com o apoio da alta administração deste Tribunal. Os trabalhos foram desenvolvidos com muita seriedade e respeito aos cidadãos e cidadãs, buscando-se da melhor forma possível atender às suas demandas com presteza e dentro dos prazos preestabelecidos.

A Ouvidoria Eleitoral de Sergipe vem exercendo regularmente as atividades necessárias ao cumprimento de sua missão de comunicação com o público interno e externo, especialmente no cumprimento da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, regulamentada pela Resolução do TRE/SE 184/2016 e da Lei 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos, regulamentada pela Resolução TRE/SE 6/2019.

Assim, os serviços prestados pela Ouvidoria Eleitoral de Sergipe vem ganhando destaque e conseguindo atender maior número de cidadãs e cidadãos, trabalhando com foco no autoatendimento, na acessibilidade, disponibilização de novos meios de acesso e divulgação dos seus serviços, contando sempre com o apoio das demais unidades deste Tribunal, da Diretoria-Geral e da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.



3. ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE SERGIPE - EJESE

3.1 Apresentação

Este relatório consiste em um resumo das atividades desenvolvidas pela Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe – EJESE na gestão do Presidente Desembargador Roberto Porto, que abrange o período de fevereiro de 20121 a dezembro de 2022.

Inicialmente cumpre ressaltar que, o Membro Dr. Leonardo Souza Santana Almeida esteve a frente da escola de fevereiro a abril de 2021. Ao término do seu biênio, foi escolhido o Juiz Membro Dr. Marcos de Oliveira Pinto, que assumiu as funções de Diretor a partir de 27 de abril de 2021.

Neste período houve uma restruturação da Escola, que assumiu novas atribuições, especialmente em relação ao CEMEL, e teve criado um Cargo de Comissão na estrutura orgânica da Secretaria do Tribunal.

Após o advento da Pandemia do Covid-19, a Escola Judiciária Eleitoral passou a adotar o formato híbrido para seus eventos, com a realização de cursos e palestras no formato presencial e virtual. Nesse contexto, ciente da sua importância para o fortalecimento da democracia e da cidadania, a EJESE, ao longo do biênio, protagonizou, de forma mais efetiva, processo de conscientização da população, especialmente no que se refere a participação feminina e enfrentamento à desinformação.

Feita as considerações iniciais passo a descrever as atividades desenvolvidas:

ELEITOR DO FUTURO

Eleitor do Futuro tem como objetivo despertar nos jovens a consciência sobre a importância da cidadania, da participação política, além de apresentar a urna eletrônica e esclarecer os itens de segurança e auditoria do voto eletrônico.

Associado ao tema principal do projeto, a EJESE procurou estimular a participação das mulheres na política, bem como instruir os jovens acerca da desinformação e meios de checagem de notícias falsas.

Devido as limitações sociais nas escolas, decorrentes da pandemia Covid19, as palestras e apresentação da urnas só retornaram em setembro de 2021. Foram desenvolvidas atividades em escolas públicas e particulares e em institutos que visam a educação profissional de jovens, inclusive no interior do estado.

PARTICIPAÇÃO FEMININA



Considerando a Presidência da Comissão de Participação Feminina é exercida por servidora da EJESE, foi desenvolvida pequisa que objetivou comparar a evolução da candidatura feminina no estado de Sergipe entre os anos 2016 e 2020, e criado, através da Portaria 417/2021, o ato de reconhecimento de participação feminina aos Órgãos Legislativos dos Municípios de Sergipe, nos quais foram eleitas mulheres nas Eleições Municipais de 2020 para o cargo de vereadora em um percentual de pelo menos 30%.

Ainda em 2021 o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe concorreu ao Prêmio Innovare com o Projeto Menina Cidadã, que visa implementar ações educativas eleitorais junto a Unidade de Atendimento Socioeducativo Feminino da Comarca de Aracaju.

Em 2022, em linha com a Política Nacional de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário, a EJESE criou o <u>repositório online para cadastramento de dados referentes a mulheres juristas</u> com expertise nas diferentes áreas do Direito.

Nesta temática foram realizados os seguintes eventos:

Palestra: Mulheres no Cenário Sergipano;

Público Alvo: Sociedade em geral;

Data: 25/03/2021;

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe;

Formato: Virtual através do Instagram.

Webnário: Desmistificando a Política;

Tema: A Participação da Mulher em Espaços de Poder;

Público Alvo: Sociedade em geral;

Data: 28/04/2021;

Realizador: Núcleo de Inovação Educacional em Saúde (Projeto de Extensão da

Universidade Federal de Sergipe);

Formato: Virtual através do Youtube.

Palestra: Mulheres no Cenário Sergipano;

Público Alvo: Sociedade em geral;



Data: 27/09/2021;

Realizador: Câmara Municipal de Capela;

Formato: Virtual através do Zoom.

Palestra: Mulheres no Cenário Sergipano;

Público Alvo: Sociedade em geral.

Data: 07/10/2021;

Realizador: Câmara Municipal de Tomar do Geru;

Formato: Virtual através do Zoom.

II Fórum Mulheres na Política: Viabilizando Candidaturas;

Público Alvo: Sociedade em geral;

Data: 29/03/2022;

Palestrantes: Dra. Gabriela Rollemberg, Dra. Brenda Rosas e Dra. Margarete Coelho;

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe em parceria com a OAB

Formato: Presencial, no Plenário do TRE.

ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO

A Comissão de Enfrentamento à Desinformação é presidida pelo Diretor da EJESE e tem como objetivo enfrentar a desinformação acerca do processo eleitoral e fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral. Visando difundir a temática foi realizado o seguinte evento:

Evento: II Fórum de Enfrentamento à Desinformação;

Data: 23 de novembro de 2021;

Carga horária: 3 horas;

Plataforma: Youtube do TRE/SE;

Palestrantes: Dr. Marcos de Oliveira Pinto, Giselly Siqueira, Thiago Rondon, Elder Maia

Goltzman, Dra. Patrícia Alves Horta e Dr. Claudomilson Fernandes Braga;



Público Alvo: Sociedade em geral.

Foi firmado acordo de colaboração entre TRE-SE e UFS/Departamento de Comunicação Social para o desenvolvimento de ações de letramento informacional voltada ao enfrentamento da desinformação eleitoral. Em virtude dessa parceria foi desenvolvida pesquisa de opinião com o eleitorado sergipano visando conhecer o comportamento da população em relação a desinformação. Bem como, foram realizados projetos interdisciplinares elaborados por estudantes do curso de Publicidade e Propaganda que desenvolveram peças publicitárias que foram utilizadas pela Assessoria de Comunicação deste Tribunal.

Além desse fórum, a Escola Judiciária indicou servidores para participar das ações de capacitação das plataformas de redes sociais desenvolvidas pelo TSE.

EVENTOS DE CAPACITAÇÃO

Entre as atribuições da Escolas está a promoção e a difusão do conhecimento nas áreas de interesse da Justiça Eleitoral por meio de cursos, ciclos de debates e palestras. Visando atender essa finalidade, foram realizados os cursos e palestras abaixo, nas modalidades presencial e à distância:

Ensino à Distância

EAD Assíncrono

Curso: Novo CPC – Cumprimento de Sentença Fase Executiva do Processo;

Período: 2 de agosto a 8 de setembro de 2021;

Carga horária: 30 horas;

Plataforma: Escola Judicial de Sergipe;

Público Alvo: Servidoras e Servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos

Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais;

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe e Escola Judicial de Sergipe.

Curso: Formação Básica Juiz Eleitoral;

Período: 1 a 31 de outubro de 2021;

Carga horária: 30 horas;



Plataforma: Escola Judicial de Sergipe;

Público Alvo: Juízas e juízes que tomaram posse no Tribunal de Justiça de Sergipe no

segundo semestre;

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe e Escola Judicial de Sergipe.

EAD Síncrono

Curso: Novas Competências Penais, Sentença Condenatória Penal Eleitoral e Crimes Eleitorais à Luz da Jurisprudência do TSE;

Data: 8, 15 e 17 de junho de 2021;

Carga Horária: 12 horas;

Plataforma: Zoom;

Palestrante: Volgane Oliveira Carvalho;

Público Alvo: Servidoras e Servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.

Curso: Execução Fiscal de Multas Eleitorais;

Data: 23, 25, 30 de agosto e 1 de setembro de 2021;

Carga Horária: 15 horas;

Plataforma: Zoom;

Palestrante: Edson Lima Costa;

Público Alvo: Servidoras e servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos

Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.

Curso: Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados na Justiça Eleitoral;

Data: 16 e 17 de setembro de 2021;



Carga horária: 4 horas;

Plataforma: Zoom;

Palestrante: Samara Mariana de Castro;

Público alvo: Servidoras e servidores lotados nos Cartórios Eleitorais, Secretaria Judiciária, Assessoria dos Membros, Diretoria-Geral, Corregedoria, Presidência, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Administração e Orçamento e Finanças.

Curso: A Transexualidade e o Atendimento a Pessoas Trans;

Data: 23 e 24 de setembro de 2021;

Carga Horária: 4 horas;

Plataforma: Zoom;

Palestrante: Elder Maia Goltzman;

Público alvo: Servidores e servidoras que atendem ao público externo.

Curso: Propaganda Eleitoral em Meios Digitais;

Data: 14, 18 e 19 de outubro de 2021;

Carga Horária: 12 horas;

Plataforma: Zoom;

Palestrante: Caio Silva Guimarães;

Público-alvo: Servidoras e servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.

Curso: Prática Processual das Principais Ações Cíveis Eleitorais, Atualizado com a Reforma Eleitoral de 2021.

Data 10, 11 e 12 de novembro de 2021;

Carga Horária: 12 horas;



Plataforma: Zoom;

Palestrante: Marcos Rafael Coelho;

Público alvo: Servidoras e servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos

Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.

Curso: Cumprimento de Sentença;

Data: 17 e 18 de novembro de 2021;

Carga horária: 6 horas;

Plataforma: Zoom;

Palestrante: Edson Lima Costa;

Público alvo: Servidoras e servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos

Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.

Curso: Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero;

Período: 28 de janeiro de 2022;

Carga horária: 1:30 horas;

Plataforma: Zoom Meeting;

Público Alvo: Servidoras e Servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos

Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais:

Curso: Internet e Eleições: Propaganda Eleitoral Digital;

Período: 14, 15 e 21 de março de 2022;

Carga horária: 11 horas;

Plataforma: Zoom Meeting;

Público Alvo: Magistrados, Servidoras e Servidores lotados na Presidência, Corregedoria,

Assessoria dos Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.



Curso: Ações Cassatórias;

Data: 30/03, 01, 04 e 06 de abril de 2022;

Carga horária: 10 horas;

Plataforma: Zoom Meeting;

Palestrante: Rodrigo López Zílio e Edson de Resende Castro;

Público alvo: Magistrados, Servidoras e servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.

Curso: "Direito Eleitoral - Principais Inovações Legais e Jurisprudenciais para as Eleições de 2022";

Data: 25 de abril, 3, 16, 23 e 30 de maio de 2022;

Carga Horária: 25 horas;

Plataforma: Zoom Meeting;

Palestrante: Marcelo Roseno de Oliveira, Silvana Batini Cesar Góes, Edson de Resende Castro, Bruno Gaspar de Oliveira Vieira, e Rodrigo López Zilio;

Público Alvo: Magistrados;

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe e Escola Judicial Eleitoral.

Curso: Convenções Partidárias e Registro de Candidatura nas Eleições 2022;

Data: 20, 23, 25 e 27 de maio de 2022;

Carga horária: 16 horas;

Plataforma: Zoom;

Palestrante: Marcos Rafael Coelho;

Público alvo: Servidoras e servidores lotados nos Cartórios Eleitorais, Secretaria Judiciária, Assessoria dos Membros, Diretoria-Geral, Corregedoria, Presidência, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Tecnologia da Informação e Secretaria de Administração e Orçamento e Finanças.



Curso: Curso de Propaganda Eleitoral e Poder de Polícia;

Data: 01, 02 e 03 de junho de 2022;

Carga Horária: 9 horas;

Plataforma: Zoom;

Palestrante: Edson Lima Costa;

Público alvo: Magistrados, Servidoras e Servidores lotados na Presidência, Corregedoria,

Assessoria dos Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.

Curso: "Curso de Processamento e Julgamento de Contas de Campanha das Eleições Gerais

de 2022";

Data: 18, 20, 22, 25 e 27 de julho de 2022;

Carga Horária: 16 horas;

Plataforma: Zoom;

Palestrante: Marcos Rafael Coelho;

Público-alvo: Servidoras e servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos

Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.

Presenciais

Curso: de Enfrentamento e Combate ao Assédio Moral e Sexual

Período: 29 de julho

Carga horária: 4h

Palestrante: Karla Valle

Local: Plenário

Público-alvo: Magistrados, Magistradas, Servidoras e Servidores lotados na Presidência, Corregedoria, Assessoria dos Membros, Secretaria Judiciária e Cartórios Eleitorais.



Visando equipar a sala de treinamentos da EJESE, foram adquiridos mobiliários e autorizada a compra de equipamentos eletrônicos, infelizmente estes não foram entregues por falta de disponibilidade no mercado.

CEMEL

A EJESE é a unidade responsável no TRE/SE pelo Centro de Memória, em 24 de agosto/2021 foram publicadas as Resoluções TRE/SE13/2021 que instituiu a Política de Gestão de Memória e o Programa de Preservação da Memória da Justiça Eleitoral de Sergipe, e 14/2021 que alterou a Resolução 215/2000 que trata da criação do Centro de Memória Eleitoral e sua atuação de forma física e virtual através do sítio eletrônico do TRE/SE. Foi criada a visita virtual do Centro de Memória que pode ser acessado através do endereço eletrônico .https://www.tre-se.jus.br/o-tre/centro-de-memoria-eleitoral/CEMEL

No primeiro semestre de 2021, foram atualizados os painéis do Centro de Memória.

As visitas guiadas presenciais ficaram prejudicadas no decorrer de 2021, sendo realizada apenas a visita virtual. No segundo semestre de 2022 as visitas guiadas ao Cemel retornaram.

BIBLIOTECA

A Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe é a unidade responsável pelo acervo bibliográfico do TRE/SE. Considerando que o acervo contava com obras desatualizadas, foram selecionados livros para desfazimento e destinado orçamento para aquisição de 94 novos exemplares em 2022.

Além dos livros, a biblioteca renovou a assinatura da Revista Construção Mercado, em 2021, da Revista de Direito Administrativo Digital, da Revista Brasileira de Direito Eleitoral e da Revista Brasileira de Direito Eleitoral, estas nos anos de 2021 e 2022.

Em virtude da Pandemia Covid 19, as visitas externas a biblioteca só retornaram no segundo semestre de 2022.

SEMEANDO LIVROS

O Projeto Semeando Livros tem o propósito de levar até o cidadão o prazer da boa leitura. A EJESE é responsável pelo recebimento de livros com a finalidade de doar aos leitores interessados. Assim, no local destinado a tal projeto, que fica em frente a Ouvidoria, a pessoa poderá retirar qualquer um dos livros que encontra-se nas prateleiras e levá-lo para casa. Depois de ler, o cidadão poderá devolver ou passar adiante, caso deseje compartilhar o prazer da leitura com alguém. Esta atividade continuou sendo desenvolvida nos anos 2021 e 2022.

PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS



Visando ampliar a troca de experiências e discutir as diretrizes da Escola, o Diretor e as servidoras da EJESE participaram dos seguintes eventos:

Evento: XVI Encontro do CODEJE - Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais;

Data: 27 e 28 de maio de 2021;

Formato: Virtual;

Local: Plataforma Zoom.

Evento: XVII Encontro do CODEJE - Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias

Eleitorais;

Data: 11 e 12 de novembro de 2021;

Formato: Presencial;

Local: São Luís/MA.

Evento: XVIII Encontro do CODEJE - Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias

Eleitorais;

Data: 05 e 06 de maio de 2022;

Formato: Presencial;

Local: Porto Alegre/RS.

Evento: IX ENEJE - Encontro Nacional das Escolas Judiciárias;

Data: 14 e 15 de junho de 2022;

Formato: Presencial;

Local: Brasília.

Evento: X ENEJE - Encontro Nacional das Escolas Judiciárias;

Data: 12 de dezembro de 2022;

Formato: Presencial;

Local: Brasília.

No XVIII Encontro do CODEJE - Colégio de Dirigentes de Escolas Judiciárias Eleitorais, a Secretária da EJESE recebeu homenagem pelos serviços prestados em prol da Justiça Eleitoral.

VOLUNTÁRIOS E VOLUNTÁRIAS DA JUSTIÇA ELEITORAL

A Escola Judiciária Eleitoral é responsável por manter o cadastro de cidadãos que atuam como voluntários da Justiça Eleitoral, visando estimular a participação do voluntariado, foram renovados sete Termos de Cooperação com Faculdades e Universidades do Estado de Sergipe.

Visando homenagear os mesários que atuaram nas Eleições 2022, foi publicado Edital 1082/2022, em parceria com o Núcleo de Criatividade e Inovação (!9SE), que instituiu o prêmio Mesária(o) Destaque e o Concurso de Frases e Vídeos "Ser Mesária(o) É...". Tal atividade teve grande adesão do público externo, contou com a participação de servidores aposentados que atuaram como comissão julgadora e teve a entrega da premiação em sessão plenária em dezembro de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as atividades desempenhadas pela Escola Judiciária Eleitoral no biênio da gestão do Desembargador Roberto Porto, observa-se que esta unidade teve apoio e incentivo da Presidência.

Tem-se trabalhado para que a Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe tenha visibilidade em todos os segmentos da sociedade, não poupando esforços à consecução das finalidades inseridas na Resolução 23.620/2020 do TSE e nas Resoluções 5/2019 e 30/2022 do TRE/SE.



4. COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA - COAUD

4.1 Introdução - COAUD

Além das disposições constitucionais previstas nos Arts. 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, as atividades de Auditoria Interna no TRE/SE são regidas pelas Resoluções 308 e 309 do Conselho Nacional de Justiça, por força destes normativos foram elaborados no âmbito deste Tribunal o Novo Estatuto e Código de Ética da Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUD que foram aprovados pelo Pleno, através das Resoluções 17/2021 e 17/2020, respectivamente.

Outro normativo de grande relevância é a Instrução Normativa – TCU 84, de 22 de abril de 2020, regulamentada atualmente pela Decisão Normativa – TCU nº 198, de 23 de março de 2022, as quais influenciam o Tribunal e particularmente a auditoria interna, em virtude de a sistemática de prestação de contas adotar novo formato, com divulgação de informações na página da Internet do órgão, relativas ao exercício em curso, bem como obrigatoriedade de auditoria de contas também iniciada no próprio exercício, resultando na emissão de Certificado e Relatório da Auditoria de Contas anualmente.

4.1.1 Composição da Unidade de Auditoria Interna

No âmbito do TRE-SE, as funções de auditoria interna são desempenhadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUD, por intermédio das Seções de Auditoria Geral e de Auditoria de Pessoal e Patrimônio. As atribuições das unidades estão definidas na Resolução TRE/SE 31/2022 e na Resolução TRE/SE 17/2021, a qual implantou o Estatuto da COAUD, estabelecendo a competência, as normas de serviços da unidade e regulando o processamento, a tramitação e análise dos procedimentos que lhe são atribuídos

As Seções integrantes da COAUD, nos exercícios de 2021 e 2022, contavam com 5 (cinco) servidores. A coordenação, orientação e supervisão das atividades de auditoria ficam a cargo da Coordenadoria de Auditoria Interna que é composta por 01 (um) servidor, sendo que a escolha do seu titular é feita pelo dirigente máximo do órgão, o Presidente do Tribunal.

Levando-se em conta os recursos geridos pelo TRE/SE e sua cadeia de valor, dispôs-se aproximadamente de:

No exercício de 2021	No exercício de 2022
01 (um) auditor para cada 70 (setenta) pessoas integrantes da força de trabalho do Tribunal (Força	1 (um) auditor para cada 85 (oitenta e cinco) pessoas integrantes da força de trabalho do Tribunal (Força de Trabalho total – 425
de Trabalho total – 352 pessoas – Dados constantes do Relatório de Gestão 2021);	pessoas – Dados informados pela SGP em 25/11/2022 – o dado final será o do RG 2022);



1 (um) auditor para cada R\$ 20.362.811,96 (vinte milhões, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e onze Reais e noventa e seis centavos) disponíveis da dotação atualizada + provisão recebida, que perfez o montante de R\$ 101.814.059,82 (cento e um milhões, oitocentos e quatorze mil, cinquenta e nove Reais e oitenta e dois centavos);	1 (um) auditor para cada R\$ 25.031.055,28 (vinte e cinco milhões, trinta e um mil, cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos) disponíveis da dotação atualizada + provisão recebida, que perfez o montante de R\$ 125.155.276,40 (cento e vinte e cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), em outubro/2022;
01 (um) auditor para cada 2,6 macroprocessos, constante de sua cadeia de valor composta por 13 macroprocessos.	1 (um) auditor para cada 2,6 macroprocessos, constante de sua cadeia de valor composta por 13 macroprocessos.
	As atividades de auditoria realizadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna são norteadas pelo <u>Plano Anual de Auditoria – PAA</u> .
	Em cumprimento aos comandos da IN 84 TCU foi concluída a auditoria de contas de 2021 e iniciada a auditoria de contas de 2022 no mesmo exercício. O monitoramento das recomendações emitidas em relação às contas de 2020 e de 2021 também é contemplado nos trabalhos de 2022.
	Os relatórios finais das auditorias, com as recomendações expedidas, bem como os resultados dos monitoramentos realizados no exercício são publicados na Internet em Resultados de Auditoria.
	Desde o ano de 2009, a Coordenadoria de Auditoria Interna é unidade orgânica da Presidência do Tribunal, para assegurar maior efetividade de seus trabalhos e independência em relação às demais unidades internas. Desde 2021 a COAUD tem se reunido com a Presidência, sem a presença da gestão, para apresentação do Plano Anual de Auditoria do exercício seguinte.
	No exercício de 2022 foi realizada reunião de apresentação dos resultados da auditoria de contas 2021, com a presença da Direção Geral e de representantes das unidades auditadas. Notícia desta reunião foi publicada na Intranet do TRE-SE.

4.1.2 Execução dos Planos de Auditoria dos Exercícios 2021 e 2022

Os <u>Planos Anuais de Auditoria previstos para os exercícios 2021 e 2022 - PAA</u> foram aprovados pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe em novembro de 2020 e 2021, respectivamente, atendendo ao previsto na Resolução 17/2021, art. 23, § 1º. Os referidos planejamentos contemplaram a realização de auditorias de âmbito nacional, oriundas do CNJ (auditoria coordenada), do TSE (auditoria



integrada), do TCU (de contas); e previu também a avaliação de alguns temas afetos à governança e à gestão do TRE/SE. Nos mesmos instrumentos foram programados monitoramentos de auditorias concluídas em anos anteriores para verificar o grau de implementação das recomendações emitidas.

A unidade de auditoria interna vem adotando como prática que os monitoramentos das auditorias sejam planejados para execução a partir do exercício seguinte da conclusão das mesmas e, com relação às auditorias não concluídas no exercício programado, é realizado planejamento para finalizá-las no exercício seguinte.

O PAA contempla os objetivos estratégicos, prioridades, riscos críticos, processos e atividades relevantes informados pelo Conselho de Governança, nos termos do art. 8°, inciso IV da Res. TRE-SE 6/2021, em consonância com o disposto no art. 32 da Resolução CNJ 309/2020, que contém as diretrizes técnicas das atividades de auditoria interna governamental do Poder Judiciário.

A realização de consultorias, prevista na Resolução 17/2021, art. 8°, II, b, não havia sido demandada pelas unidades do TRE-SE e portanto não constou dos PAA 2021 e 2022.

Nos referidos exercícios, os PAA foram objeto de revisão, em suma, em 2021 devido à continuidade da pandemia de coronavírus, para alinhar os trabalhos da auditoria interna às ações do Tribunal de Contas da União e tendo vista iminentes alterações nas normas de TIC que tornou uma ação de monitoramento prejudicada.

Em maio de 2022, em função de adiamento para 2023 da ação coordenada de auditoria do CNJ, procedeu-se a uma revisão do Plano. Outro aspecto alterado foi o adiamento do início da auditoria de contas 2022 para julho, em face de: 1- disponibilidade de dados financeiros de todo o primeiro semestre, o que implica em menos testes e ajustes no início do exercício seguinte; 2- dedicação do tempo disponível a outras atividades de auditoria, como os monitoramentos e treinamentos.

Os Relatórios Finais das Auditorias realizadas são encaminhados à Presidência do Tribunal, que determina à unidade auditada as providências requeridas ou que apresente as devidas justificativas. A unidade auditada apresenta resposta/plano de ação, informando sobre a implementação de ações/justificativas. Posteriormente é realizado o monitoramento, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria. As recomendações/relatórios conclusivos e os monitoramentos são disponibilizados na Internet.

Atividade	Situação
Auditoria Coordenada do CNJ – Avaliação da Gestão Documental.	Concluída
Auditoria Coordenada do CNJ – Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil.	Concluída
Auditoria de Gestão – Exercício 2018	Concluída
Auditoria de TIC – Diretrizes estabelecidas na ENTIC-JUD – Resolução nº 211/2015.	Concluída
Auditoria de TIC – Eficácia dos Controles das Contratações de Soluções de TIC.	Inicializada
Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral no Processo de Gestão da execução do plano estratégico, com enfoque nos indicadores estratégicos.	Concluída



Atividade	Situação
Auditoria na Folha de Pagamento	Concluída
Auditoria no Pagamento de Serviço Extraordinário – Eleições 2018	Inicializada
Auditoria no Pagamento dos Estagiários	Excluída
Auditoria no Processo de Gestão da Assistência Pré-Escolar	Concluída
Auditoria no Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos - Planejamento	Adiada para 2020
Auditoria nos Processos de Ajustes de Contas – Exercício 2018	Concluída
Fiscalização dos Processos de Requisição de Servidor	Adiada para 2020
Monitoramento da auditoria na Gestão da Força de trabalho	Aguardando posicionamento do TSE
Monitoramento da auditoria na gestão de segurança da informação e no controle de acessos às informações e aos recursos de processamento das informações.	Adiado para 2020
Monitoramento da auditoria na Gestão de suprimento de materiais eleitorais	Concluído
Monitoramento da auditoria na Gestão do armazenamento e manutenção preventiva das urnas eletrônicas	Adiado para 2020
Monitoramento da auditoria na governança e gestão das contratações de TIC	Adiado para 2020
Monitoramento da auditoria nos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações e relatórios contábeis	Concluído

Quadro 32 – Atividades de auditoria previstas no PAA de 2019

Seguem-se as atividades de auditoria previstas no PAA de 2020 (revisado) e seus graus de execução ao término do exercício.

.Atividade	.Situação
Continuação da Auditoria sobre a Eficácia dos Controles das Contratações de Solução de TIC, inclusive nos aspectos relativos aos riscos críticos para o órgão.	Concluído
Auditoria de Gestão a fim de certificar a regularidade das contas do Exercício 2019.	Concluído
Auditoria no Pagamento de Serviço Extraordinário – Eleições 2018	Concluído
Auditoria de Contas 2020	Inicializado
Monitoramento da Auditoria na concessão de abono de permanência	Adiado para 2020 em virtude de dificuldades justificadas da unidade auditada

Quadro 33 – Atividades de auditoria previstas no PAA de 2020

4.2 - Auditorias e monitoramentos realizados em 2021 e 2022



4.2.1 – Auditorias realizadas em conjunto pela Seção de Auditoria Geral – SEAUG e Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio – SEAPE

4.2.1.1 – Auditoria Coordenada pelo CNJ de Avaliação da Acessibilidade Digital (realizada e concluída em 2021)

A presente auditoria, desenvolvida sob a coordenação do CNJ, teve como objeto avaliar no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, a Acessibilidade Digital do Poder Judiciário, especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Lei n. 10.098/2000, do Decreto n. 5.296/2004, da Resolução CNJ n. 401/2021, das normas técnicas da ABNT aplicáveis e Manual e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.

Os objetivos específicos foram definidos na forma de Questões de Auditoria. Exames de documentos e testes realizados permitiram constatar situações com falhas ou passíveis de melhorias: Detectou-se que a avaliação da estratégia do TRE-SE não contempla expressamente questões de acessibilidade digital, que existe a utilização de CAPTCHA como ferramenta de segurança de acesso às consultas ao Diário de Justiça Eletrônico do TRE-SE, utilização de fonte com serifa, links, documento disponibilizado para download nas páginas da internet e intranet do TRE-SE utilizando práticas de web não acessíveis e/ou não recomendadas aos leitores de tela, ausência de ferramentas de acessibilidade digital para pessoas com deficiência em vídeos publicados nas mídias sociais do TRE-SE, imagens publicadas nas páginas da internet e intranet do TRE/SE que não atendem a critérios de acessibilidade digital para pessoas com deficiência, documentos divididos em colunas em páginas da internet do Tribunal, contraste inadequado entre texto e plano de fundo, dificultando a acessibilidade digital para pessoas com deficiência, dentre outras. Foram expedidas recomendações às unidades, a fim de sanar situações relatadas nos achados identificados.

4.2.1.2 - Auditoria de Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas do exercício 2020 (concluída em 2021)

O objetivo da auditoria de contas é expressar opinião, mediante emissão de certificado de auditoria, sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis e estão livres de distorções relevantes, e sobre se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos, conforme estabelecido no art. 14, § 4º, incisos I e II, c/c art. 13, da Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020.

Em 2021 deu-se prosseguimento à fase de execução da auditoria, com revisão da materialidade e continuidade dos testes de auditoria.

As atividades relativas ao planejamento, execução e relatório foram distribuídas entre a SEAUG e SEAPE, levando-se em conta as competências dos servidores. A supervisão dos trabalhos ficou a cargo da Coordenadoria de Auditoria Interna.

Esta auditoria apresentou a certificação das contas do TRE/SE referente ao exercício 2020, e Relatório Final, com expedição de recomendações às unidades, a fim de sanar as deficiências de controles significativas identificadas.



4.2.1.3 - Auditoria Integrada TSE de Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas do Exercício 2021 (concluída em 2022)

O objetivo da auditoria de contas é expressar opinião, mediante emissão de certificado de auditoria, sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo normas contábeis regulatório aplicável com o marco estão livres de distorções relevantes, e sobre se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os responsáveis gestão relevantes dos atos acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a financeira responsável gestão a conduta dos agentes públicos, conforme estabelecido no art. 14, § 4°, incisos I e II, c/c art. 13, da Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020.

Na fase de planejamento desta auditoria, foram realizados estudos para obter conhecimento sobre a entidade e os processos de trabalho que influenciam nas informações contábeis relativas ao TRE/SE.

Em seguida, ainda na fase de planejamento, os riscos inerentes aos processos de trabalho foram inventariados e avaliados, resultando na identificação de 94 (noventa e quatro) riscos, entre os quais 75 (setenta e cinco) tiveram criticidade de média para alta.

Dando continuidade ao planejamento da auditoria, ocorreu a identificação e avaliação dos controles instituídos para mitigar os riscos inventariados.

Com base nos riscos inerentes, nos riscos de controles, no risco da auditoria e no risco de detecção, os testes de auditoria foram previstos, contemplando os riscos avaliados como altos, todos os processos de trabalhos avaliados, todas as afirmações avaliadas, saldos iniciais e estimativas, bem como o Programa Padrão da Auditoria Integrada que prevê no mínimo a execução de testes para 9 (nove) riscos, distribuídos da seguinte forma: 03 (três) riscos para o ciclo contábil de Pessoal e 02 (dois) riscos para cada um dos demais ciclos: Bens Móveis, Bens Imóveis e Contratações.

A programação dos testes de auditoria sinalizou o encerramento da fase de planejamento e em 13/10/2021, deu-se início a fase de execução da auditoria que se estendeu até março de 2022. Em 29/11/2021 foi elaborado e encaminhado à administração o Relatório da Fase Preliminar para Comunicação de Distorções.

As atividades relativas ao planejamento, execução e relatório foram distribuídas entre a SEAUG e SEAPE, levando-se em conta as competências dos servidores. A supervisão dos trabalhos ficou a cargo da Coordenadoria de Auditoria Interna.

Em 2022, procedeu-se a continuidade da execução da auditoria com a realização dos testes complementares e demais procedimentos pertinentes, levando-se em conta as manifestações das unidades após o Relatório da Fase Preliminar para Comunicação de Distorções.

Ao término dos testes foi emitido relatório preliminar com o objetivo de comunicar tempestivamente ao nível apropriado da administração todas as distorções/desconformidades relevantes detectadas durante a auditoria, possibilitando manifestação e os ajustes pertinentes.

Esta auditoria apresentou a certificação das contas do TRE/SE referente ao exercício 2021, e Relatório Final, com expedição de recomendações às unidades, a fim de sanar as deficiências de controles significativas identificadas e com os resultados dos monitoramentos de recomendações emitidas na auditoria financeira de 2020.

4.2.1.4 - Auditoria de Contas (financeira e conformidade) a fim de certificar a regularidade das contas do exercício 2022 (iniciada em 2022)

O objetivo da auditoria de contas é expressar opinião, mediante emissão de certificado de auditoria, sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo contábeis marco regulatório com normas com estão livres de distorções relevantes, e sobre se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os relevantes dos responsáveis atos de gestão acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável a conduta dos agentes públicos, conforme estabelecido no art. 14, § 4°, incisos I e II, c/c art. 13, da Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020.

Na fase de planejamento desta auditoria, foram realizados estudos para obter conhecimento sobre a entidade e os processos de trabalho que influenciam nas informações contábeis relativas ao TRE/SE.

Em seguida, ainda na fase de planejamento, os riscos inerentes aos processos de trabalho foram inventariados e avaliados, resultando na identificação de 124 (cento e vinte e quatro) riscos, entre os quais 100 (cem) tiveram criticidade de média para alta.

Dando continuidade ao planejamento da auditoria, ocorreu a identificação e avaliação dos controles instituídos para mitigar os riscos inventariados.

Com base nos riscos inerentes, nos riscos de controles, no risco da auditoria e no risco de detecção, os testes de auditoria foram previstos, contemplando os riscos avaliados como alto, médio e relevantes qualitativamente, todos os processos de trabalhos avaliados, todas as afirmações avaliadas.

A programação dos testes de auditoria sinalizou o encerramento da fase de planejamento e em 05/10/2022, deu-se início a fase de execução da auditoria que se estenderá até março de 2023. Em 24/11/2022 foi elaborado e encaminhado à administração o Relatório da Fase Preliminar para Comunicação de Distorções. As atividades relativas ao planejamento, execução e relatório foram distribuídas entre a SEAUG e SEAPE, levando-se em conta as competências das unidades. A supervisão dos trabalhos ficou a cargo da Coordenadoria de Auditoria Interna.

Esta auditoria prevê como resultados a certificação das contas do TRE/SE referente ao exercício 2022, que deverá ocorrer em 31/03/2023 e Relatório Final com previsão de entrega em 28/04/2023.

4.2.2 - Auditorias e monitoramentos realizados pela Seção de Auditoria Geral - SEAUG



4.2.2.1 - Auditoria Integrada do TSE no Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na Gestão de Ativos (concluída em 2021)

A auditoria ora relatada teve como objeto avaliar o processo de gestão de infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos. Os testes executados tiveram a finalidade de avaliar os controles existentes e em funcionamento no TRE/SE relacionados ao objeto deste trabalho.

Os resultados obtidos identificaram a necessidade de: 1. aperfeiçoamento da identificação e registros de ativos de TIC, para buscar a adoção das melhores práticas normatizadas e assim viabilizar o controle amplo dos dados concernentes a esses ativos, bem como o alinhamento com os registros contábeis financeiros; 2. implementação de controle contábil financeiro para os softwares de desenvolvimento interno; 3. aperfeiçoamento de controles para viabilizar em toda contratação de ativos de TIC a avaliação e previsão de condições que evitem a interrupção da contratação/aquisição; 4. aperfeiçoamento de controles para identificar e registrar os responsáveis técnicos por ativos de TIC; 5. implementação de controles que verifiquem as licenças de software adquiridas e efetivamente instaladas; 6. adoção de melhores práticas normatizadas de gerenciamento de ativos de TIC referentes à verificações e reconciliações físicas; 7. normatização de critérios para definir um ativo de TIC em útil e não útil; 8. normatização de procedimentos técnicos e critérios de segurança para desfazimento de ativos de TIC; 9. evidenciação nos processos de desfazimento dos critérios específicos de segurança adotados para os ativos de TIC; 10. manifestação sobre os ativos de TIC relacionados para desfazimento, abrangendo todas as unidades da STI responsáveis pelo gerenciamento de ativos de TIC; 11. aperfeiçoamento de controles para evitar que listas de ativos de TIC indicados para desfazimento sejam substituídas sem a validação da unidade responsável.

Foram expedidas recomendações às unidades, a fim de sanar situações relatadas nos achados identificados.

4.2.2.2 - Monitoramento da Auditoria na Gestão de Segurança da Informação e no Controle de Acessos às Informações e aos Recursos de Processamento das Informações (concluído em 2021)

O objetivo do Monitoramento consistiu em averiguar o atendimento das recomendações emitidas no relatório final da Auditoria na Gestão de Segurança da Informação e no Controle de Acessos às Informações e aos Recursos de Processamento das Informações, nas avaliações foram considerados normativos atuais vigentes, a Portaria TRE/SE 41/2020 e a Resolução TSE 23.644/2021.

As conclusões das análises pela equipe de auditoria, consideraram em 04 recomendações implementadas e 02 não implementadas.

4.2.2.3 - Monitoramento da Auditoria de TIC - Diretrizes estabelecidas na ENTIC-JUD - Resolução nº 211/2015 CNJ (revogada pela Resolução CNJ nº 370/2021) - (concluído em 2021)

O objetivo do Monitoramento consistiu em averiguar o atendimento das recomendações emitidas no relatório final da Auditoria de TIC – Diretrizes estabelecidas na ENTIC-JUD – Resolução nº 211/2015 CNJ (revogada pela Resolução CNJ nº 370/2021).

As conclusões das análises pela equipe de auditoria, consideraram em 04 recomendações implementadas, 02 implementadas parcialmente e 01 não implementada.

4.2.2.4 – Auditoria Integrada em Gestão de Segurança da Informação (concluída em 2022)

A presente auditoria, desenvolvida sob a coordenação do TSE, conforme Plano de Trabalho (1184100), teve como objeto avaliar no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, a aderência a aspectos legais e a revisão de procedimentos técnicos relativos à Segurança da Informação, tendo em vista crescentes ameaças cibernéticos. Essa avaliação se deu especialmente em relação às medidas adotadas para cumprimento das exigências da Resolução TSE n. 23.644/2021, da Portaria CNJ n. 162/2021, da Resolução CNJ n. 396/2021, de práticas recomendadas Cis Controls V.8. Os objetivos específicos foram definidos, conforme consta no item 3 do Programa de Auditoria 2/2022 (1208573). Exames de documentos e testes realizados permitiram constatar situações com falhas ou passíveis de melhorias: Detectou-se que não há política específica referente à gestão de provedores de serviços, bem como ausência evidenciação explícita em check-list de conferência e avaliação da conformidade contratual de requisitos de Segurança da Informação: dentre outras. Foram expedidas recomendações às unidades, a fim de se manifestarem e apresentarem plano de ação referente aos achados apontados.

4.2.2.5 – Monitoramento da Auditoria em Contratações TIC (concluído em 2022)

Tratou-se do 1º Relatório de Monitoramento das recomendações emitidas na Auditoria realizada que teve como objeto verificar aspectos da governança e gestão das contratações de TIC, observando a legislação aplicável e a adoção de boas práticas referentes ao planejamento das contratações, procedimentos para pagamentos por resultados, avaliação da qualidade dos serviços, execução contratual, bem como capacitação dos servidores que atuam na gestão e fiscalização das contratações de TIC.

As conclusões das análises pela equipe de auditoria, consideraram 08 recomendações implementadas, 05 implementadas parcialmente e 01 não implementada.

4.2.2.6 – Monitoramento da Auditoria de Suprimentos Eleitorais (concluído em 2022)

Tratou-se do 3º Relatório de Monitoramento das recomendações emitidas na Auditoria no Processo de Gestão de Suprimento de Materiais Eleitorais, a qual teve como objetivo avaliar: a) a efetividade dos controles internos instituídos na gestão do processo de suprimentos de materiais eleitorais como resposta aos riscos inerentes ao processo avaliado; b) a correspondência entre o pedido de materiais eleitorais e a legítima necessidade do Tribunal requisitante; c) a existência de controle sobre o armazenamento e a destinação dos materiais adquiridos.

As conclusões das análises pela equipe de auditoria, consideraram 01 recomendação parcialmente implementada e 03 não implementadas.



4.2.2.7 — Monitoramento da Auditoria de Gestão de Armazenamento e Manutenção das Urnas Eletrônicas (concluído em 2022)

Foi realizado 2º Relatório de Monitoramento da Auditoria que avaliou o processo de gestão do armazenamento e manutenção preventiva das urnas eletrônicas, nos termos da Resolução TSE nº 20.771/2001.

As conclusões das análises pela equipe de auditoria, consideraram 02 recomendações implementadas parcialmente.

4.2.3 – Auditorias e monitoramentos realizados pela Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio – SEAPE

4.2.3.1 - Auditoria na folha de pagamento (concluída em 2022)

Realização de auditoria nas Folhas de pagamento dos servidores ativos (quadro e requisitados), servidores inativos, pensionistas, juízes, promotores e membros que atuam neste Tribunal, referentes ao exercício de 2021. Após análise, foram registradas algumas impropriedades, sendo posteriormente regularizadas.

4.2.3.2 - Auditoria no pagamento de serviço extraordinário (concluída em 2022)

Procedimento de auditoria realizado no pagamento de horas extras referentes ao período eleitoral 2020. Ao final foram registradas algumas impropriedades, sendo posteriormente regularizadas.

4.2.3.3 - Monitoramento da Auditoria na Concessão de Abono de Permanência (concluído em 2021).

Foi realizado Relatório de Monitoramento da Auditoria que avaliou as recomendações enviadas as Unidades auditadas. A conclusão da análise, pela equipe de auditoria, considerou as recomendações implementadas.

4.2.3.4 - Auditoria na folha de pagamento (em andamento)

Realização de auditoria nas Folhas de pagamento dos servidores ativos (quadro e requisitados), servidores inativos, pensionistas, juízes, promotores e membros que atuam neste Tribunal, referentes ao exercício de 2022.

4.2.4 - Aspectos legais dos atos de pessoal em 2021

Quanto aos procedimentos relacionados a área de gestão de pessoas, verificou-se que os atos praticados pela Administração obedeceram às normas aplicáveis, conforme detalhado abaixo:

a) Admissão:

No exercício de 2021 houve 3 (três) registros de admissões neste Tribunal, todos aguardando autuação do TCU.



b) Concessão de aposentadoria:

No exercício de 2021 o TRE-SE registrou 14 (quatorze) substituições/alterações de atos de aposentadoria, sendo 13 (treze) aguardando autuação do TCU, e 1(um) apreciado ilegal (ato 138551/2021).

c) Concessão de pensão:

No exercício de 2021 o TRE-SE registrou uma concessão de pensão, aguardando autuação ao TCU ao final do exercício. 4.1.6

4.2.5 - Aspectos legais dos atos de pessoal em 2022

Quanto aos procedimentos relacionados a área de gestão de pessoas, verificou-se que os atos praticados pela Administração obedeceram às normas aplicáveis, conforme detalhado abaixo:

a) Admissão:

No exercício de 2022 houve 02 (dois) registros de admissões neste Tribunal, ambos aguardando autuação do TCU.

b) Concessão de aposentadoria:

No exercício de 2022 o TRE-SE não registrou aposentadoria.

c) Concessão de pensão:

No exercício de 2022 o TRE-SE não registrou concessão de pensão.



5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASCOM

5.1 Principais Atividades realizadas

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TRE-SE produziu 357 notícias ao longo de 2022. Considerando que o ano de 2022 teve 253 dias úteis, foram publicadas, em média, cerca de 1,4 matérias por dia. As notícias trataram de assuntos de interesse público, tais como a ocorrência das Eleições 2022, atividades da Escola Judiciária Eleitoral, ações e eventos do TRE-SE relacionados às eleições, julgamentos emanados pela Corte Eleitoral, Campanhas do TSE e do TRE-SE, divulgação do calendário eleitoral, campanhas de saúde pública e de gestão sustentável, protocolos de segurança sanitária, entre outros.

A ASCOM realizou o serviço de Clippagem (monitoramento de mídias) constatando a republicação de seus conteúdos em 6 veículos de comunicação distintos (Jornais do Dia, Correio de Sergipe, Jornal da Cidade, Infonet, F5News e A8SE). Vale destacar que as matérias produzidas pelo TRE-SE com maior interesse coletivo foram propagadas em 155 oportunidades nos mesmos 6 órgãos de imprensa. Cumpre salientar que o serviço de monitoramento não abrange todos os veículos de comunicação do Estado, o que seria inviável diante do quadro de pessoal da unidade. Razão pela qual, acreditamos que o alcance de nossa comunicação tenha sido consideravelmente maior do que o aqui relatado.

O site do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) registrou, entre os dias 1 de janeiro e 21 de novembro de 2022, 3.021.235 páginas acessadas e 1.052.923 usuários. Cada usuário teve um tempo médio de navegação de 1 minuto e 46 segundos por página e uma média de 2,06 páginas por sessão. No período das Eleições 2022, o portal eletrônico da Justiça Eleitoral sergipana recepcionou 593.195 acessos. O número de usuários foi de 287.382 apenas no mês de outubro (27,2% do total). Durante o 1º turno das Eleições 2022, foram 178.648 acessos ao site. No 2º turno foram 49.296.

Dos assuntos de maior interesse dos eleitores, as propostas de governo dos candidatos ao cargo de governador do Estado tiveram 120.748 visualizações. Os principais assuntos de interesse foram, respectivamente: ouvidoria, consulta de local de votação, número do título e situação eleitoral (284.202); título e local de votação (122.083); consulta por nome (121.178); Eleições 2022 (113.474); e reabertura do cadastro eleitoral (83.776).

Em relação a origem dos acessos, 31.647 são usuários de países de língua portuguesa (sendo 1.655 de Portugal e 1.627 de Angola) e 17.209 de língua inglesa (3.389 dos Estados Unidos e 2.292 do Reino Unido). Além disso, 529 foram da França e 513 da Alemanha. No tocante a faixa etária dos usuários, os acessantes entre 18 e 34 anos somatizam 52,01%, a maior porcentagem de acessos. Dos usuários, 52,1 % são mulheres. Os dispositivos móveis mais utilizados para realizar o acesso foram o *mobile* (65,01%), o *desktop* (34,42%) e o *tablet* (0,57%).



Em observância ao princípio Constitucional da Transparência, cujos consectários lógicos são a prestação de contas e o controle popular, o TRE-SE, por meio de seus magistrados e servidores, concedeu 241 entrevistas para os veículos de comunicação de Sergipe. Em adição, a equipe da ASCOM atendeu centenas de jornalistas (de Sergipe e de outros Estados, como CBN, UOL, Folha de São Paulo, G1 Nacional, Estadão, etc.) por telefone, WhatsApp e via e-mail. Foram prestadas informações sobre processos específicos, estatísticas processuais gerais, esclarecimento de dúvidas de jornalistas sobre a legislação, checagem sobre Fake News, entre outras demandas.

A Assessoria de Comunicação também é responsável por gravar e transmitir as sessões plenárias do TRE-SE no YouTube, em atendimentos às determinações de publicidade e transparência do CNJ.

As redes sociais do TRE-SE contabilizam os seguintes índices:

Instagram (@tresergipe) = 8.008 seguidores, 5.545 publicações

YouTube = 2.310 inscritos, 150.706 visualizações

FaceBook (TRE-SE) = Seguidores 3.661

5.2 Contratações

No que se refere às contratações ordinárias da Unidade, registrou-se a renovação de assinaturas de periódicos como o Jornal do Dia e o Jornal da Cidade, assim como a aquisição de placas de homenagem destinadas a membros ou servidores deste Regional.

Houve a contratação de duas empresas gráficas para a confecção de banners que foram utilizados em eventos promovidos pela Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe, assim como também durante a solenidade de entrega dos prêmios do concurso "Ser mesária (o) é..." e "Prêmio Mesária (o) Destaque".

Houve a aquisição de sete microfones sem fio para serem utilizados com a mesa de som do Plenário. Os equipamentos que vinham sendo utilizados durante a realização das sessões plenárias vinham apresentando defeitos de modo recorrente.

Durante o exercício de 2022, foi efetuada a gestão e fiscalização dos contratos firmados com as empresas Consultserv e Masterserv. Trata-se dos Contratos 8, 9 e 10/2021, para a prestação de serviços de operação e edição de áudio, designer gráfico e diagramação. No total, são três postos de trabalho.

Esta Assessoria procedeu à contratação dos serviços de confecção de 37 (trinta e sete) unidades de troféus que serão concedidos durante a realização da solenidade de premiação do Concurso "Ser



Mesária (o) é..." e do Prêmio Mesária (o) Destaque. Aquisição de 10 (dez) suportes para banners. Esses acessórios poderão ser utilizados em eventos promovidos por esta Corte de Justiça especializada e certamente facilitarão a exposição de conteúdos, peças gráficas para divulgação institucional ou mesmo gráficos explicativos.

Esta unidade procedeu à contratação de empresa de comunicação visual para o fornecimento e instalação de placas de sinalização interna e totens em Cartórios Eleitorais do interior do Estado. Essa demanda foi apresentada pelos Cartórios durante a elaboração da proposta orçamentária para o corrente exercício.

Para fazer frente às demandas decorrentes da realização das Eleições 2022, a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social procedeu à contratação de empresas do setor gráfico para o fornecimento de cartazes, folders, atas de mesa receptora, cédulas, porta-diplomas e manuais de Instrução para mesários.

Houve ainda a contratação de empresa de cerimonial para a prestação de serviços de organização e estruturação da solenidade de diplomação dos candidatos eleitos nas Eleições 2022.



6. Relatório de Atividades de Comitês e Comissões

Este relatório consiste numa compilação, realizada pelo Núcleo de Apoio à Governança e à Integridade, a partir das informações apresentadas pelos Comitês e Comissões, além dos dados sobre Grupos de Trabalho, acerca das atividades desenvolvidas no período de 2021 e 2022.

Informações adicionais sobre os Comitês e Comissões como dados gerais, composição e atas de reuniões podem ser obtidas em:

https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comissoes-e comites

6.1 Comissão de Acessibilidade - CACIN

- Acompanhamento das vistorias de acessibilidade dos locais de votação;
- Implementação e acompanhamento da Central de Libras;
- Encaminhamento de orientações aos Cartórios Eleitorais sobre as atividades dos Coordenadores de Acessibilidade;
- Reuniões de alinhamento com representantes dos órgãos de defesa das pessoas com deficiência do Estado;
- Construção e efetivação do termo de colaboração entre TRE-SE e o Conselho de Defesa de Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades de Sergipe para disponibilização do transporte especial gratuito aos eleitores com deficiência nas eleições;
- Campanhas de esclarecimento ao público por meio da imprensa (entrevistas em TV e Rádio) sobre os direitos dos eleitores com deficiência;
- Inclusão de itens de acessibilidade na Resolução de Atos Preparatórios do TRE-SE para as Eleições 2022.

6.2 Comissão de Avaliação de Critérios e Parâmetros de Dados Estatísticos Processuais - CAPDE

A CAPDE desenvolveu atividade de levantamento de dados e busca de soluções para o atendimento das exigências do CNJ quanto à apresentação de dados processuais do primeiro e segundo graus.

Trabalhou-se no sentido de migrar o sistema de extração de dados do DATAJUD@SE para o ATENA, concluindo com ajustes nas metas 1, 2 e 4, as quais passaram a representar com maior fidedignidade os trabalhos executados pelas jurisdições de 1º e 2º graus do TRE/SE.

6.3 Comissão de Enfrentamento à Desinformação - CEDE

Com o objetivo de enfrentar a desinformação acerca do processo eleitoral e fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, foi firmado acordo de colaboração entre o TRE/SE e a UFS/Departamento de Comunicação Social para o desenvolvimento de ações de letramento informacional.



Em razão dessa parceria, foi desenvolvida pesquisa de opinião com o eleitorado sergipano visando conhecer o comportamento da população em relação à desinformação.

Foram realizados, também, projetos interdisciplinares elaborados por estudantes do curso de Publicidade e Propaganda que desenvolveram peças publicitárias utilizadas pela Assessoria de Comunicação do Tribunal.

Evento realizado:

II Fórum de Enfrentamento à Desinformação

Data: 23 de novembro de 2021;

Carga horária: 3 horas;

Plataforma: Youtube do TRE/SE;

Palestrantes: Dr. Marcos de Oliveira Pinto, Giselly Siqueira, Thiago Rondon, Elder Maia Goltzman, Dra. Patrícia Alves Horta e Dr. Claudomilson Fernandes Braga;

Público Alvo: Sociedade em geral.

6.4 Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação na Sede e nas Zonas Eleitorais – CPEAD-Sede e CPEAD-Zonas

- <u>Permanente</u> divulgação de material educativo e informativo no Portal da Diversidade e da Empatia, disponível <u>aqui</u>.
- 3 e 6/5/2021 divulgação e participação no Curso sobre Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e
 à Discriminação no Poder Judiciário, organizado pela Comissão Ajufe Mulheres, da Associação
 das Juízas e dos Juízes Federais, disponível aqui.
- <u>7-30/6/2021</u> divulgação e participação no Curso e Ciclo de Palestras sobre Direitos das Pessoas Transgênero, organizado pela Escola de Magistradas e Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região, disponível <u>aqui</u>.
- 19/8/2021 divulgação e participação no Curso O Papel do Homem no Enfrentamento à Violência contra Mulher, organizado pela Universidade Aberta do Nordeste, disponível aqui.

- <u>23-27/5/2022</u> organização da I Semana de Prevenção do Assédio e da Discriminação e da Pesquisa Interna sobre Liberdade e Enfrentamento à Intolerância Religiosa, disponíveis <u>aqui</u> e <u>aqui</u>.
- <u>29/7/2022</u> coorganização do Curso sobre Violência Laboral, Assédio e Discriminação: formas de identificação, prevenção e enfrentamento, disponível <u>aqui</u>.
- <u>17 e 18/11/2022</u> participação no Seminário Nacional Simone André Diniz: justiça, segurança pública e antirracismo, disponível <u>aqui</u>.
- 6-16/12/2022 organização da Semana de Liberdade e Tolerância Religiosa, disponível <u>aqui</u>.

6.5 Comissão de Ética e Conduta Profissional – CECOP

Deliberação pela continuação da companha de divulgação do Código de Ética.

- Elaboração de plano de ação para atender tópicos do Questionário de Governança 2021 do Tribunal de Contas da União.
- Manifestação pela ausência de competência da CECOP para tratar de obrigações e punições de forma a balizar a conduta dos servidores e servidoras em suas redes sociais.

Para mais detalhes das atividades desenvolvidas consultar: https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comissao-de-etica-e-conduta-profissional-cecop

6.6 Comissão de Participação Feminina - COFEM

Foi realizada pesquisa com o objetivo de comparar a evolução da candidatura feminina no Estado de Sergipe entre os anos de 2016 e 2020.

Criação, através da Portaria 417/2021, do ato de reconhecimento de participação feminina aos Órgãos Legislativos dos Municípios de Sergipe que elegeram, nas Eleições Municipais 2020, um percentual de pelo menos 30% de mulheres.

Em 2021, o TRE/SE concorreu ao Prêmio Innovare com o Projeto Meninas Cidadã, que visa implementar ações educativas eleitorais junta à Unidade de Atendimento Socioeducativo Feminino da Comarca de Aracaju.

Em 2022, A EJESE criou o repositório online para cadastramento de dados referentes a mulheres juristas com expertise nas diferentes áreas do Direito.

Eventos realizados:



Palestra: Mulheres no Cenário Sergipano;

Público Alvo: Sociedade em geral;

Data: 25/03/2021;

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe;

Formato: Virtual através do Instagram.

Palestra: Mulheres no Cenário Sergipano;

Público Alvo: Sociedade em geral;

Data: 27/09/2021;

Realizador: Câmara Municipal de Capela;

Formato: Virtual através do Zoom.

Palestra: Mulheres no Cenário Sergipano;

Público Alvo: Sociedade em geral.

Data: 07/10/2021;

Realizador: Câmara Municipal de Tomar do Geru;

Formato: Virtual através do Zoom.

Webnário: Desmistificando a Política;

Tema: A Participação da Mulher em Espaços de Poder;

Público Alvo: Sociedade em geral;

Data: 28/04/2021;

Realizador: Núcleo de Inovação Educacional em Saúde (Projeto de Extensão da Universidade Federal de Sergipe);

Formato: Virtual através do Youtube.

II Fórum Mulheres na Política: Viabilizando Candidaturas;

Público Alvo: Sociedade em geral;

Data: 29/03/2022;

Palestrantes: Dra. Gabriela Rollemberg, Dra. Brenda Rosas e Dra. Margarete Coelho;

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe em parceria com a OAB

Formato: Presencial, no Plenário do TRE.

6.7 Comissões Executiva do Plano de Logística Sustentável (CE-PLS) e Gestora do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS)

2021

• Relatório Plano de Logística Sustentável (PLS)

Elaboração do Plano de Logística Sustentável Ciclo 2022-2026

2022

Andamentos das ações

Resultado parcial dos indicadores

REVISÃO DO PLS

6.8 Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD

- Processos nos quais a Comissão atuou no ano 2021 e respectivo objetivo:

PROCESSO SEI 0011492-11.2021.6.25.8000: Objetivo: atualização da Tabela de Temporalidade Documental - TTD e do Plano de Classificação de Documentos – PCD.

PROCESSO SEI 0004538-68.2020.6.25.8004: processo de descarte de documentos da 04ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0025689-82.2019.6.25.8018: processo de descarte de documentos da 18ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0002113-31.2021.6.25.8005: processo de descarte de documentos da 05ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0002601-44.2021.6.25.8018: processo de descarte de documentos da 18ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0009547-77.2021.6.25.8003: processo de descarte de documentos da 03ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0005407-91.2021.6.25.8005: processo de descarte de documentos da 05ª Zona Eleitoral – Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0006861-85.2021.6.25.8012: processo de descarte de documentos da 12ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0016689-26.2021.6.25.8006: processo de descarte de documentos da 06ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0018847-97.2021.6.25.8024: processo de descarte de documentos da 24ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

- Processos nos quais Comissão atuou o ano 2022 e respectivo objetivo:

PROCESSO SEI 0010452-33.2022.6.25.8008: processo de descarte de documentos da 08ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0002113-31.2021.6.25.8005: processo de descarte de documentos da 05ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição anali-

sar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0009020-91.2022.6.25.8003: processo de descarte de documentos da 03ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0001142-09.2022.6.25.8006: processo de descarte de documentos da 06ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0000923-27.2022.6.25.8028: processo de descarte de documentos da 28ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0002201-54.2022.6.25.8031: processo de descarte de documentos da 31ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0002738-31.2022.6.25.8005: processo de descarte de documentos da 05ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0004948-16.2022.6.25.8018: processo de descarte de documentos da 18ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0020298-90.2021.6.25.8014: processo de descarte de documentos da 14ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

PROCESSO SEI 0018847-97.2021.6.25.8024: processo de descarte de documentos da 24ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.



PROCESSO SEI 0019628-58.2021.6.25.8012: processo de descarte de documentos da 12ª Zona Eleitoral - Objetivo: a Comissão Permanente de Avaliação Documental tem como atribuição analisar os editais de eliminação de documentos e processos da instituição e aprová-los, conforme art. 11, inciso IV, da Resolução CNJ nº 324/2020.

6.9 Comissão de Gestão Documental e de Memória - CGDM

Aprovação de medidas para atendimento aos critérios do Selo CNJ de Qualidade;

- Sugestão de inclusão de mais um membro na composição da Comissão;
- Sugestão de minuta para revogar a Resolução 25/2019 e dispor sobre a gestão documental e a política de manutenção de documentos físicos e eletrônicos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe;
 - Discussão sobre alguns tópicos do Plano de Preservação Digital do TRE-SE;
- Sugestão de modificação na Resolução 9/2021, revogadora da Resolução 25/2019, para inclusão de itens como o Centro de Memória Eleitoral CEMEL e a gestão de memória;
 - Realização do curso Arquivemática e ATOM em agosto/setembro de 2021;
 - Discussões preliminares acerca da Gestão Documental Eletrônica no TRE-SE;
 - Discussão acerca da forma como será a extração dos metadados dos processos digitalizados: com o SADP e sem o SADP;
 - Realização de testes para digitalização dos processos nas zonas eleitorais;
- Implementação do Repositório Arquivístico Digital Confiável RDC_Arq com a ingestão dos arquivos que estão disponibilizados na página/internet do CEMEL pelo Archivemática e a disponibilização através da plataforma de acesso Atom.

6.10 Comissão Permanente do Processo Administrativo Disciplinar – PAD

Participação no curso telepresencial "Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar", ministrado pelo instrutor José Afonso Pires Ferreira Júnior, da empresa Hexagon Consultores Associados.

Não houve a instauração de processo administrativo disciplinar no período de 2021-2022.

6.11 Comissão Permanente de Segurança – COSEG

Elaboração de **Procedimentos Operacionais Padrão** – **POPs**, com a finalidade de padronização de procedimentos de forma a minimizar erros, desvios e variações na sua execução, contribuindo, assim, com a segurança das pessoas e das instalações:

POPs Fórum Gilberto Amado

- Abertura da Edificação
- Fechamento da Edificação
- Controle de acesso a visitantes

- Liberação de pessoas presas no elevador
- Controle de acesso de veículos
- Acautelamento de armas de fogo
- Disparo de alarme SEAUE e SEALM

POPs Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima

- Controle de acesso a visitantes
- Abertura da Edificação
- Fechamento da Edificação

Cumprimento das **Resoluções** CNJ 379/2021 e 380/2021, que dispõem sobre o uso e fornecimento de **uniformes e acessórios de identificação visual** e devida padronização, para os Agentes de Polícia Judicial – APJ.

Criação da unidade de segurança, NSO – Núcleo de Segurança Organizacional, distinta da unidade de Transporte, através da Resolução TRE/SE 16/2021 – Regulamento Interno do Tribunal, a fim de atender a Resolução CNJ 435/2021, a qual faz referência, em todo o seu texto, a Unidades de Segurança Institucional, como unidade única.

Transformação do Cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa — Espacialidade Segurança para nova denominação de **Técnico Judiciário**, **Área Administrativa — Especialidade Agente da Polícia Judicial**, conforme Resolução CNJ 430/2021. (SEI 0012762-36.2022.6.25.8000)

Atuação nas Eleições 2022 conjuntamente com os Agentes de Polícia Judicial do TRT e da JF, dando cumprimento ao item III do Art. 4º, da Resolução CNJ 435/2021 (incentivar a integração das unidades de segurança institucional e o compartilhamento de boas práticas entre os órgãos do Poder Judiciário, bem como com órgãos de estado e outras instituições de segurança e inteligência).

6.12 Comissão Permanente de Sindicância

Participação no curso telepresencial "Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar", ministrado pelo instrutor José Afonso Pires Ferreira Júnior, da empresa Hexagon Consultores Associados.

Não houve a instauração de processo de sindicância no período de 2021-2022.

6.13 Comitê de Gestão de TI - CgesTI



Trata-se de comitê permanente, instituído pela Portaria TRE-SE 813/2021, encarregado da gestão (planejamento, construção, execução e monitoramento das soluções) de tecnologia da informação no Tribunal. Reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, sendo que as deliberações do grupo são registrados em ata, disponibilizadas publicamente no endereço

https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comite-de-gestao-de-ti-cgesti.

Principais Deliberações do CGesTI								
Ano	Datas Deliberações							
	18/01/21	Consolidou o entendimento das unidades da STI acerca das respostas a serem fornecidas na auditoria do Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na Gestão de Ativos, conforme Programa de Auditoria (0832047)						
	26/02/21	Efetuou revisão do questionário IGovTIC-2020, tendo em vista a melhoria da performance do TRE SE no levantamento de 2021						
	26/03/21	Revisou as ações constantes da primeira versão do PDTI 2021 e avaliou a proposta de reestruturação do planos de TIC						
	22/04/21	Deliberou acerca do Plano de Trabalho para atendimento aos critérios estabelecidos na ENTIC-JUD 2021-2026						
	24/05/21	Tratou de problemas relacionados às Eleições e à segurança da informação, a serem sugeridos como temas de debate na reunião dos Secretários de Tecnologia da Informação da Região Nordestino dia 25 de maio de 2021						
2021	09/06/21	Aprovou proposta de alteração da metodologia utilizada para elaboração do PDTIC 2021-2026.						
	07/07/21	Validou o Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (PTE)						
	13/08/21	Deliberou acerca de modificações no PDTIC sugeridas pelos Coordenadores de Sistemas e Infraestrutura.						
	09/09/21	Revisou os processos de gestão de TIC e da Política de Segurança da Informação (PSI).						
	18/10/21	Tratou da forma de condução do Plano de Dados Abertos (PDA); definição dos OKRs para o ciclo outubro a dezembro; definição das iniciativas de segurança da informação; e análise da meta estipulada para o OKR-N1-2 do PDTIC						
	30/11/21	Avaliou o andamento do Plano de Transformação Digital e do Plano de Contratações de STIC.						
	13/12/21	Analisou o portfólio de projetos de TIC, tendo em vista o fornecimento de subsídios para tomada de decisão por parte do Comitê de Governança de TIC (CgovTIC)						
2022	17/01/22	Definiu a meta (nota do iGovTIC-JUD) para 2022; estabeleceu indicador para acompanhamento das ações relacionadas a segurança da informação (art. 42, III, Resolução CNJ 370/2021); estabeleceu nova sistemática para cálculo do indicador "Aprimorar as Aquisições e Contratações de Soluções de TIC" (OKR-N1-6); definiu os OKRs de Nível 2 para o primeiro ciclo de 2022 (janeiro a março).						



Principais Deliberações do CGesTI						
Ano	Datas	Deliberações				
	11/02/22	Deliberou acerca da utilização do orçamento de segurança cibernética disponibilizado pelo TSE.				
	31/03/22	Realizou o acompanhamento da execução do Plano de Contratações de STIC.				
	27/04/22	Definiu o calendário para realização dos eventos de geração de mídias e carga de urnas, referentes ao primeiro turno das Eleições 2022, assim como identificou os recursos necessários para sua execução.				
	15/05/22	Deliberou sobre a estratégia de disseminação e a arquitetura das soluções de BI no TRE-SE; implantação do OtimiZE e andamento do Plano de Transformação Digital.				
	30/06/22	Realizou acompanhamento da execução do Plano de Contratações de STIC.				
	29/07/22	Realizou acompanhamento do Plano de Demandas Internas (PDI).				
	24/08/22	Avaliou o Plano de Contratações de STIC 2022 e a implantação dos protocolos de segurança cibernética (Portaria CNJ nº 162/2021).				
	19/09/22	Efetuou a revisão dos seguintes processos e políticas de governança e gestão de TIC: Planejamento Orçamentário; Gestão de Riscos de TIC; Gerenciamento de Projetos de TIC; Gerenciamento do Ciclo de Vida de Software; Gerenciamento de Contratos de TIC; Gerenciamento de Ativos de TIC; Gerenciamento de Incidentes de TIC; Gerenciamento de Mudanças; Gerenciamento de Problemas e Cumprimento de Requisição. A Política de Segurança da Informação (PSI) também foi revisada.				
	11/10/22	Efetuou acompanhamento da execução do Plano de Contratações de STIC e do Plano de Transformação Digital.				
	22/11/22	Decidiu sobre a continuidade da adoção da metodologia OKR e deliberou acerca do projetos do portfólio de TIC a serem submetidos para priorização do CGOVTI.				

6.14 Comitê de Gestão do Clima Organizacional – CGTCO

Data da realização: 05/02/2021

Apresentação dos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional 2019;

Análise das sugestões de ações de melhoria apresentadas pelos Grupos Focais dos índices de favorabilidade abaixo de 70%;

Submissão à DG sobre a deliberação das ações.

Data da realização: 08/04/2022

Apresentação dos Resultados da Pesquisa de Clima Organizacional 2021;



Análise das sugestões de ações de melhoria apresentadas pelos Grupos Focais dos índices de favorabilidade abaixo de 70%;

Submissão à DG sobre a deliberação das ações.

6.15 Comitê de Governança de TI – CgovTI

Trata-se de comitê permanente, instituído pela Portaria TRE-SE 813/2021, encarregado da governança (avaliação, direção e monitoramento) de tecnologia da informação no Tribunal. Reúne-se, ordinariamente, uma vez a cada semestre, sendo que as deliberações do grupo são registrados em ata, disponibilizadas publicamente no endereço https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comite-de-governanca-de-ti-cgovti.

Principais Deliberações do CGovTI							
Ano	Datas	Deliberações					
2021	17/08/21	Aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2021-2022)					
2021	14/12/21	Realizou a priorização dos projetos de TIC a serem executados em 2022; avaliou o resultado dos indicadores de TIC relativos a 2021					
2022	06/07/22	Avaliou os resultados das iniciativas e projetos de TIC executados no primeiro semestre; validou o conteúdo do Painel de Informações Gerenciais, disponível no Portal de Governança de TIC					

6.16 Comitê Gestor da Estratégia

- Realizou Reuniões de Análise da Estratégia. Para informações detalhadas das deliberações consultar: https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comite-gestor-da-estrategia-1
- Decidiu sobre alteração, manutenção e exclusão de indicadores dos Macrodesafios nas RAEs.

6.17 Comitê Gestor das Cartas de Serviço – CGCAS

Nos anos de 2021 e 2022 foram desenvolvidas as atividades abaixo descritas, com o objetivo de estimular e facilitar o preenchimento do <u>Formulário de Pesquisa de Satisfação das (dos) Clientes</u> pelos usuários dos serviços externos do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe:

- 1. disponibilização de um espaço de destaque para o *Banner* fixo da pesquisa de satisfação no *site* do Tribunal:
- 2. divulgação do mencionado Banner nas redes sociais do TRE/SE;

- 3. divulgação de notícia sobre a pesquisa de satisfação ao cliente, contendo o *link* do respectivo formulário, nas redes sociais do TRE/SE, a cada dois meses;
- 4. *envio de e-mail* para as Zonas Eleitorais, Ouvidoria e Núcleo de Atendimento ao eleitorado-NAE solicitando a divulgação do *link* da pesquisa de satisfação ao cliente nas mensagens enviadas aos eleitores/interessados;
- 5. implementação de alterações no formulário da pesquisa de satisfação, tais como: revisão do ano, adequação dos textos quanto à flexão do gênero e inclusão de mais um item em que o cliente pode adicionar comentários/sugestões de melhorias para simplificar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral;
- 6. inclusão de normas que tratam sobre a Pesquisa de Satisfação do(a) Cliente, em suas respectivas páginas localizadas no site do TRE/SE;
- 7. revisão do Formulário de Pesquisa de Satisfação das (dos) Clientes, fazendo constar, em ordem <u>alfabética</u>, todos os serviços elencados nas Cartas de Serviços de 1º e 2º Graus, excluindo do Formulário de Pesquisa os demais serviços, a fim de harmonizar todas as informações disponíveis sobre os serviços prestados pelo TRE/SE;
- 8. retomada do formulário impresso, através da realização de um Projeto Piloto na Central de Atendimento ao Eleitorado, pelo período de 2 meses, para fins de verificação do aumento, ou não, da adesão da(o) eleitora(r) na participação dessa pesquisa;
- 9. atualizações e adequações no atual formulário de pesquisa de satisfação, transformando-o em dois formulários (1º e 2º Graus), diante da realização do Projeto Piloto na Central de Atendimento ao Eleitorado;
- 10. solicitação à ASCOM para a confecção e impressão dos respectivos formulários;
- 11. envio de *e-mail* para as Zonas Eleitorais, indagando sobre a existência, em cada Zona, do *Banner* da Pesquisa de Satisfação e, em caso afirmativo, solicitando a disponibilização do referido *banner* em local visível ao público externo, a fim de estimular a participação do eleitorado.

6.18 Comitê Gestor de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais – CGLGPD

O TRE/SE, no exercício 2021, indicou representante para atuar em grupo de trabalho responsável pela elaboração da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Justiça Eleitoral, resultando na edição da Resolução TSE n.º 23.650/2021. Em decorrência, foi promovida a atualização da Política de Proteção de Dados Pessoais deste Regional através da publicação da Resolução TRE/SE n.º 24/2022. Além disso, no biênio 2021/2022, outras ações foram desenvolvidas pelo Comitê Gestor de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais - CGTPDP neste Tribunal, conforme informações disponíveis aqui.

Para mais informações consultar o Portal da Lei Geral de Proteção de Dados: <a href="https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais/lei-geral-de-protec



6.19 Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet - CGCI

• EXERCÍCIO 2021

Fevereiro/2021

Prestação de contas – TCU (<a href="https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestaca

- Foi apresentado aos participantes o espaço criado na internet para atendimento às exigências do TCU quanto à prestação de contas. O processo tramita no SEI 0015584-66.2020.6.25.8000. O CGCI alterou a denominação "Transparência" para "Transparência e Prestação de Contas".
- A DG conduziu a consolidação das respostas das unidades ao Relatório Preliminar de Auditoria da CO-AUD. Será dado ciência às unidades publicadoras do espaço da prestação de contas, das dos conteúdos a serem publicados, das unidades responsáveis e periodicidade de publicação.
- Para tanto, foi identificada a necessidade de alteração da Portaria 701/2019, que trata das competências
 pelo levantamento de dados e disponibilização de informações na página inicial do sítio deste Tribunal.
 Rosa Márcia apresentará oportunamente uma minuta para avaliação das unidades responsáveis.

Campo destinado à "Legenda da Imagem do Destaque"

• Informar aos publicadores a desnecessidade de utilização do referido campo. Deve continuar a orientação de que cada página de início deve ter um texto breve que apresente o conteúdo e um índice resumido que introduza de forma simples o tema da página.

Reforma e Atualização dos Portais da Justiça Eleitoral

André Frossard foi indicado como representante do TRE-SE nas reuniões técnicas junto ao TSE. Em
atendimento à solicitação do TSE, as sugestões recebidas das unidades sobre as informações e/ou os conteúdos considerados estratégicos e/ou fundamentais e que não estão disponibilizados nas páginas do portal foram consolidadas por André para envio ao TSE.

Cookies nos formulários existentes no sítio do TRE-SE



• Diante da obrigação relacionada à LGPD de publicação de aviso de cookies na internet, foi solicitado que as unidades avaliem o uso de cookies nos seus respectivos espaços e cadastros.

Política de privacidade do sítio (LGPD)

• Envio de e-mail ao TSE indagando sobre a existência desta Política.

Exposição de dados pessoais no sítio contidas na LGPD

- Considerando a LGPD, foi solicitada a verificação da existência de dados divulgados no nosso site que possam estar expondo dados pessoais sem respaldo legal.
- Existindo dúvidas acerca do conteúdo, deve-se entrar em contato com o Gestor de Segurança de Dados Pessoais.

Minuta da portaria que institui a Política de Proteção de Dados Pessoais do sítio eletrônico deste TRE-SE

 O Gestor de Segurança de Dados Pessoais, Allan Augusto B. dos Santos, encaminhou minuta de Portaria para análise do CGCI. Diante do tema, sem prejuízo da avaliação dos demais, foi solicitada uma análise mais detalhada dos servidores representantes da STI e ASCOM.

Verificar se os PDF's estão pesquisáveis (OCR)

O CGCI fará um comunicado alertando aos publicadores da necessidade de os arquivos, gerados em formato PDF, serem pesquisáveis. Tanto no site, como no SEI.

Março/2021

Necessidade dos usuários tomarem conhecimento do teor da internet do TRE-SE em detrimento da intranet.



 Abrir um canal de comunicação, reforçando junto aos cartórios eleitorais e usuários em geral, mais uma vez, acerca da necessidade de utilização da internet do TRE-SE, deixando a intranet apenas para pesquisa de sistemas que não se encontram na internet, dentre outros.

Vídeo sobre canais de atendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

• Encaminhamento à ASCOM para avaliação.

Análise do modelo do TRE-BA, conforme link a seguir https://www.tre-ba.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais, onde o eleitor indica o município que mora e consulta o local de atendimento, objetivando a melhoria da consulta ao nosso site.

• Conversar com Jeirlan da STI e verificar a viabilidade de implantação.

Implementação do nosso "Fale Conosco" com os seguintes canais de atendimento:

- Balcão Virtual
- <u>Cartórios Eleitorais</u>- endereços, telefones e horários de atendimento
- Ouvidoria/Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) reclamações, sugestões, denúncias ou elogios
- SEPEM
- Secretaria do TRE
- Pesquisa de satisfação- dê sua opinião sobre o atendimento

Maio/2021

Discussão entre as participantes acerca de melhorias na página da licitação e contratos no site do TRE-SE

 Serão feitas as modificações sugeridas durante a reunião a serem ratificadas pelos gestores da página.

Definir os gestores das páginas na planilha enviada pelo TSE



Após o envio da planilha ao TSE o CGCI irá sugerir que os publicadores verifiquem os conteúdos que deverão ser excluídos, informando ao Comitê as referidas exclusões.

André Frossard explicou aos integrantes do Comitê os detalhes quanto a forma de preenchimento da 2ª planilha enviada pelo TSE para atualização do portal.

André Frossard redigirá uma comunicação interna, a ser acostada no SEI 0004022-26.2021, que será enviada pelo DG às unidades do TRE-SE, explicando a forma de preenchimento da planilha e, em havendo dúvidas, que sejam dirimidas pelos representantes do CGCI. O prazo para atendimento pelas unidades será até o dia 28 do corrente mês e ano.

Lembramos da necessidade de não haver mudança nas URLS já enviadas para o CNJ em função do ranking da transparência.

Exclusão das páginas inexistentes apontadas na 1ª planilha pelas unidades.

Micheline, André e Iraci farão essas exclusões.

Setembro/2021

Cartilha E-mag.

• Formação de Grupo de Trabalho para estuda e análise da cartilha e-mag, com o objetivo de atender aos itens apontados pela auditoria de acessibilidade.

Plano de trabalho.

• Execução do plano de trabalho a ser anexado ao respectivo processo SEI, contendo atribuições acerca da resolução dos itens em desacordo com o Relatório da Auditoria, a exemplo de publicação de comunicados aos publicadores, check list para publicação de imagens, envio de e-mail ao TSE com as consultas acerca das atividades que não podemos realizar pelo TRE-SE, expedição de comunicação interna com o fito de ajustar links/páginas/itens do já citado relatório.



Novembro/2021

Estatuto da COAUD

Colocar a expressão "versão acessível", tendo em vista constar em 02 locais distintos no site do TRE-SE.

Auditoria de acessibilidade digital

- Solicitar prazo para um novo Plano de Ação, tendo em vista haver necessidade de treinamento dos membros do CGCI acerca da utilização da cartilha e-MAG. Essa tarefa só poderá ser efetivada após a verificação da data do treinamento e do entendimento dos membros do Comitê sobre os tópicos da já citada cartilha. A sugestão é que os membros da CACIN e do NSA também participem do curso.
- A SELEJ está verificando junto ao TSE a utilização pelo TRE-SE do sistema de legislação compilada, que inicialmente solucionará o problema da não acessibilidade das portarias publicadas no sistema ALEPH (recomendação 12 do Relatório de Auditoria 09).
- Acerca da Recomendação 11, verificou-se inicialmente, que algumas tabelas que estão no site conseguem ser lidas pelo NVDA a exemplo:
 - https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/tre-se-resolucoes-normativas-do-tre-se-2021;
 - https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/gestao-socioambiental-1/plano-de-logistica-sustentavel? SearchableText=sustentabilidade.
- A sugestão é que os membros do CGCI, cada um relacionado a unidade que representa, verifiquem que tabelas estão sendo lidas e aquelas que não o forem deverão ser adaptadas, tendo como exemplo os links acima referenciados.
- Os membros do CGCI deverão apor uma certidão no SEI 0012443-05.2021, informando que fizeram a revisão nos conteúdos dos publicadores a eles relacionados, acerca dos comunicados publicados em relação a Auditoria.
- Após a execução do curso acerca da acessibilidade digital, deverá ser feito um manual aos publicadores com as principais alterações que deverão ser promovidas no site do TRE-SE, inclusive com o checklist de orientação, citado nas Recomendações 4 e 8. Essa tarefa deverá ser concluída em sessenta (60) dias.

EXERCÍCIO 2022

Janeiro/2022



Debate acerca do contido na ATA CGCI de 29.11.21.

- Buscar definição mais clara junto à Diretoria-Geral, CACIN e NSA quanto às responsabilidades pelas providências relacionadas às Recomendações da Auditoria da Acessibilidade Digital (Processo SEI 0012443-05.2021.6.25.8000).
- Para tanto, será elaborado um quadro comparativo com as atribuições estabelecidas pelos atos normativos para o CGCI, a CACIN e o NSA.
- Ato contínuo, serão agendadas as reuniões necessárias e, a partir das novas definições acordadas, será providenciada a necessária atualização do Plano de Trabalho.
- Execução de um quadro confrontando as atribuições do CGCI e atribuições dos publicadores no Portal da Transparência e Prestação de Contas.
- Dar conhecimento aos integrantes da reunião do Tutorial para publicações acessíveis e das orientações de audiodescrição de imagens estáticas, documentos recebidos do TSE.

Sugestão de nova redação à Portaria que instituiu as atribuições do CGCI.

• Deixar mais claras e objetivas suas atribuições, com a atualização dos membros.

Junho/2022

Curso do Plone para os servidores do TRE/SE

• Atendimentos dos chamados pelo CGCI (2021/2022)

PERÍODO DE 07/01/2021 a 07/12/2022

QUADRO GERAL DE CHAMADOS DO PERÍODO

ÁREA DE ATENDIMENTO	CHAMADOS		
	ABERTOS	FECHADOS	CANCELADOS
COMITÉ GESTOR - Internet e Intranet	77	75	
TOTAL	77	75	0

6.20 Comitê Gestor do Sistema de Informações - CGSEI



Estudos sobre a portaria que regulamenta o SEI para proposição de alterações;

- Publicação de comunicado às(aos) servidoras(es), para que informem ao CGSEI quais os documentos que são publicados/disponibilizados na intranet/internet, gerados no SEI, de modo a avaliar a alteração do padrão de fonte dos documentos, para uma fonte não serifada, a exemplo de arial ou verdan:
 - Realização de adequações para acessibilidade visual do sistema SEI.

6.21 Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde – CGAIS

1) 1ª reunião do CGAIS em 2021

Data: 30/03/2021

Participantes:

Dr. Leonardo Souza Santana Almeida;

Dra. Jane Silva Santos Vieira;

Adriana da Fonseca Moraes Sobral;

Daisy Pereira Valido;

Kaio Bernardes Santos de Almeida;

Fernanda Barros Carvalho Santana;

Christiane Cavalcanti de Mello.

Deliberações:

- a) Tendo em vista a pandemia do COVID-19 foi decidido que os casos positivos dos terceirizados que iriam integrar a estatística do TRE-SE.
- b) Decidiu-se pela recomendação de suspensão da realização de exames periódicos até arrefecimento da pandemia.
- c) Divulgação do cronograma das Oficinas de Psicodinâmica do Trabalho.
- d) Definição das ações para combater o assédio moral no TRE-SE.



- e) Treinamento no sistema de prontuário eletrônico SD2000 a fim de capacitar os médicos do TRE.
- f) Elaboração de documento para integração do PCMSO com as diversas ações de saúde da COASA/SE-ASA.
- g) Elaboração de informativos semanais sobre qualidade de vida como ação de saúde em tempos de trabalho remoto devido a pandemia.
- h) Elaboração e aplicação de questionário junto aos servidores sobre qualidade de vida e saúde mental em tempos de trabalho remoto.
- i) Implantação das aulas laborais e pilates on-line.

2) 2ª reunião do CGAIS em 2021

Data: 20/08/2021

Participantes:

Dr. Marcos de Oliveira Pinto;

Dra. Jane Silva Santos Vieira;

Luciano Augusto Barreto Carvalho;

Adriana da Fonseca Moraes Sobral;

Daisy Pereira Valido;

Kaio Bernardes Santos de Almeida;

Fernanda Barros Carvalho Santana;

Christiane Cavalcanti de Mello;

Carlos Jorge Leite de Carvalho.

Deliberações:

- a) Apresentação pela equipe médica de relatório das condições sanitárias do TRE-SE com a finalidade do retorno ao trabalho presencial;
- b) Contratação pelo Tribunal da Clínica Cemise com a finalidade da realização obrigatória dos exames periódicos;



- c) Implantação do Projeto ServiDOR;
- d) Explanação da concepção do programa e das estratégias para avaliação da(os) servidoras(es) com deficiência;
- f) Explanação sobre a necessidade de contratação de palestrante para realização de palestra em comemoração ao dia do servidor público.

Exercício 2022

1) 1ª reunião do CGAIS em 2022

Data: 09/05/2022

Participantes:

Dr. Marcos de Oliveira Pinto;

Adriana da Fonseca Moraes Sobral:

Daisy Pereira Valido;

Kaio Bernardes Santos de Almeida;

Fernanda Barros Carvalho Santana;

Christiane Cavalcanti de Mello.

Deliberações:

- a) Explanação sobre a necessidade de alteração da Resolução 144/2015 e suas alterações que regulamenta o P rograma de Assistência à Saúde PAS segundo determinação do CNJ e TSE, com pagamento do auxílio saúde proporcional à faixa etária e remuneratória e não mais *per capta*;
- b) Exposição da rotina de visitas da psicóloga aos cartórios eleitorais do interior e resultados decorrentes delas, assim como as possíveis ações consequentes;
- c) Explanação dos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional e instituição dos Grupos Focais com a participação voluntária de servidoras(es) para propor melhorias do clima;
- d) Discursão sobre o tema que será abordado na segunda edição do Cine e Prosa;
- e) Exposição da rotina de realização dos Exames Periódicos e da necessidade de formalização de programas de promoção de saúde;

f) Implantação do Projeto Inclusiviver – explanação sobre o que consiste o projeto e da execução da avaliação biopsicossocial do grau de deficiência das(os) servidoras(es).

6.22 Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas - CGP

- 1. Debates sobre o programa de assistência à saúde do TRE/SE: prorrogação de contrato com a Unimed Seguros, possibilidade de contratação de plano de saúde por meio da ASSEJEL;
- 2. Proposta de elaboração de Calendário de eventos unificados visando evitar coincidências de eventos, de modo a não prejudicar a participação dos servidores das zonas eleitorais;
- 3. Debates sobre soluções visando a prestação de suporte aos cartórios eleitorais diante das questões repassadas: número reduzido de servidores em algumas Zonas Eleitorais; aumento substancial do número de demandas, principalmente nos anos de pleito municipal; analistas judiciários, área judiciária, alegando que nas atribuições do cargo não consta minutar decisões e sentenças. O tema foi encaminhado pelo Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição
- 4. Acompanhamento dos trabalhos de implantação da Gestão por Competências: foram realizadas oficinas para levantamento das competências técnicas, validação pelos gestores;
- 5. Acompanhamento dos projetos vinculados aos objetivos estratégicos do PEGP e do PE: Gestão por Competências. DFT, mapeamento de processo de trabalho (revisão de Diárias), implantação da estrutura de Governança, a exemplo da elaboração e aprovação da minuta que instituiu o Planejamento Estratégico da SGP para o Ciclo 2022-2027 Portaria TRE/SE 589/22 e da Política de Gestão de Pessoas do TRE/SE Portaria TRE/SE 590/22; aprimoramento do programa de formação continuada de gestores, estudo para levantamento das ocupações críticas.

6.23 Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau - CGRP1

As atividades desenvolvidas podem ser consultadas em: https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comite-gestor-regional-de-priorizacao-do-1o-grau-cgrp1

6.24 Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico – CGRPJe

Foram realizadas duas reuniões no exercício 2021, a primeira, em junho, cuja pauta foi a seguinte: Virtualização dos processos físicos, Agendamento da migração da versão 2.0 do PJe para a 2.1 e Apresentação do resultado da auditoria em gestão documental coordenada pelo CNJ referente ao PJe.

A segunda ocorreu em novembro, a fim de tratar sobre os impactos decorrentes da Migração da versão 2.0 do PJe para a 2.1.

As discussões e deliberações estão consignadas nas Atas constantes do Processo SEI 0007994-38.2020.6.25.8000.

No exercício 2022, considerando a ausência de demandas, principalmente em razão de o sistema PJe já ter sido implementado, inclusive com a nova versão em pleno e perfeito funcionamento, o Comitê não se reuniu.

6.25 Comitê Orçamentário e de Contratações - COMOC

Cabe ao Comitê discutir com as unidades do TRE-SE a destinação dos recursos disponíveis para os exercícios vigentes e os ajustes necessários ao longo das execuções, bem como tratar das necessidades a serem contempladas ou contingenciadas pelas propostas orçamentárias dos exercícios subsequentes; Trata-se portanto de assessorar a Alta Administração para que esta, no exercício da discricionariedade, possa contemplar ao máximo o Interesse Público e atender aos objetivos da Instituição.

2021

- * Discussão sobre temas atinentes ao Orçamento/2021 e Proposta Orçamentária/2022, para as despesas discricionárias;
- * Possibilidade de contingenciamentos, em consequência da pandemia e do déficit decorrente do pagamento do auxílio emergencial;
- * Discussão sobre restrições impostas à elaboração da Proposta/2022, a exemplo de:
- 1. Vedação, pelo TSE, à execução de obras de engenharia, porquanto novas unidades imobiliárias contribuem para aumento das despesas ordinárias de manutenção, das inscrições em restos a pagar, bem como pressionam o teto de gastos.
- 2. despesas com capacitação devem se ater ao estritamente obrigatório;
- 3. despesas inéditas e acréscimos significativos em relação à execução do exercício 2020 devem apresentar justificativa circunstanciada;
- 4. necessidade de os valores solicitados nas propostas serem os mais realistas possíveis, a fim de se evitar perdas significativas, em cumprimento ao exigido pelas Emendas Constitucionais nº 100 e 102 (orçamento impositivo), que impuseram à Administração o **dever** de executar as programações discricionárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.
- * Orçamento 2021: baixa execução das despesas até maio/21, em face da aprovação tardia da Lei Orçamentária Anual / 2021 (somente em 23/4/2021). Necessidade de acelerar as contratações a fim de não haver perdas orçamentárias significativas no final do exercício, posto que, em razão do orçamento impositi-

vo, tais perdas devem ser justificadas. Não havendo condições de execução do orçamento disponível considerar a devolução ao TSE ou remanejamento de dotação entre grupos de despesas e planos orçamentários, conforme necessidades das unidades.

* Proposta 2022: apresentação dos limites finais, diante de extrateto concedido pelo TSE, contemplando ampliação do Depósito de Urnas e instalação da Energia Fotovoltaica para a Sede do Tribunal e recomposição de despesas com palestras para COASA e COPEG, estagiários, manutenções e reparos nos imóveis e Segurança da Informação.

2022

- * Análise dos indicadores de gestão orçamentária e financeira do Planejamento Estratégico à luz dos resultados do exercício 2021: ótima execução orçamentária (em torno de 99%) e a importância do resultado obtido, em face da obrigação constitucional de reduzir ao máximo as perdas orçamentárias; execução financeira atingiu 67,7 % do limite de pagamento), mormente devido a falhas ocorridas na execução de uma única avença de grande monta, o contrato 12/2021 (tendo por objeto a "solução hiper-convergente de T.I.") e subsequente inscrição em restos a pagar de valor de R\$ 2.254.720,00.
- * Apresentação do orçamento aprovado para 2022, no valor de R\$ 19.116.801,00; destaque à dotação destinada a Investimentos, na Ação "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa", de R\$ 6.701.730,00, sendo destes cerca de R\$ 4 milhões destinados à implantação de sistema de energia fotovoltaica; Orçamento específico para ações de Segurança da Informação, em dotação de R\$ 2.214.326,00.
- *Proposta orçamentária 2023 de limite inicial R\$ 19.795.303,00 (acréscimo de 3,55% em relação ao Orçamento 2022), continuando vedadas novas construções de imóveis.
- * As unidades com a missão de elaborar suas propostas baseadas não apenas em suas necessidades, mas naquilo que conseguem executar, em face dos procedimentos e artefatos necessários à consolidação e execução das contratações, somado à capacidade operacional reduzida.
- * Ajustes ao Orçamento/2022:
 - 1. 1ª fase de créditos (março/abril) Suplementação para Ampliação do Depósito de Urnas no valor de R\$ 51.000,00 e suplementação no Plano Orçamentário Segurança da Informação, no valor de R\$ 900.000,00;
 - 2. 2ª fase de créditos (maio/junho): Suplementado o grupo Outras Despesas Correntes, do Plano Orçamentário Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no valor de R\$ 700.000,00, com fonte oferecida do grupo de Investimentos deste mesmo Plano.
- * Proposta 2023:



- 1. Atendimento prioritário das despesas obrigatórias (Pessoal e Benefícios);
- 2. Atendimento das despesas de caráter nacional: Biometria, Identificação Civil Nacional (ICN), Segurança da Informação/Cibersegurança e Concurso Público Nacional;
- 3. Atendimento das despesas de manutenção: obras somente as em andamento. Somente reformas e ampliações foram atendidas para manutenção da infraestrutura instalada, visando limitar o crescimento das despesas de manutenção decorrentes de novas construções. Orçamento para realização do concurso público nacional, no valor de R\$ 10 milhões, será centralizado no TSE. O limite final para o TRE/SE corresponde a R\$ 20.900.098,00, contemplando a Reforma na sede dos Cartórios Eleitorais da Capital, no valor de R\$ 1.600.000,00.
- 4. Registro de que todas as demandas iniciais foram atendidas integralmente na Proposta Orçamentária, cabendo às unidades tomar as providências necessárias para a execução de todas as despesas planejadas na Proposta.

6.26 Comitê de Segurança da Informação

Trata-se de comitê permanente, instituído pela Portaria TRE-SE 578/2018, nominado inicialmente Comitê de Segurança da Informação (CSI) e por meio da Portaria 601/2021, passou a ser intitulado Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI). O CGSI compete propor melhorias nas normas internas relacionadas à segurança da informação, propor e realizar ações relacionadas à segurança da informação no âmbito do TRE-SE, além de assessorar a alta administração do TRE-SE nas questões relacionadas à segurança da informação. As deliberações do grupo são registrados em ata, disponibilizadas publicamente no endereço https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comite-de-seguranca-da-informacao-csi.

- 1. Apresentação aos membros do comitê as ações relacionadas à segurança da informação que estão sendo desenvolvidas no TRE-SE, tendo como ênfase campanha educativa com o objetivo de mostrar o correto uso da rede de dados da Justiça Eleitoral, além de explanação sobre os aspectos básicos da segurança da informação e sobre a atuação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidente em Redes (ETIR).
- 2. Deliberação sobre a inserção do tema Segurança da Cibernética como tópico estratégico e primordial para constar das pautas institucionais no âmbito do TRE-SE. Foi informado aos membros do comitê sobre a elaboração de norma interna com os procedimentos para a exclusão das informações nos equipamentos descartados.
- 3. Foi apresentado ao CGSI, relatório contendo, em resumo, a situação de uso de aplicativos e mídias sociais na rede cibernética do TRE/SE, no mês de maio de 2022 e diante os dados apresentados pelo GSI, o CGSI deliberou, à unanimidade, não tomar nenhuma medida imediata quanto a restrições de uso de aplicativos e mídias sociais na rede cibernática do TRE/SE, cabendo à STI apresentar análise detalhada das informações para ulterior apreciação.



- 4. Palestra de conscientização e sensibilização sobre segurança da informação, intitulada "Cuidados com a Rede: Proteção da Imagem Aspectos Preventivos", com o palestrante: Wágner Andrade de Lucena;
- 5. Ação de conscientização na recepção de estagiários, em 21 de março, 9 de maio e 1ª de junho de 2022.
- 6. Aplicação do Termo de Sigilo e Confidencialidade, inicialmente, aos membros do próprio CSGI; depois, aos servidores sem vínculo efetivo com o TRE/SE;
- 7. Palestra "Segurança da Informação: Principais Ataques e prevenção", com o palestrante: Max Ricardo Borges Ribeiro, Gestor de Segurança da Informação, no TJ/SE;
- 8. Implementação da política mesa limpa e tela limpa, mediante orientação individualizada conduzida pelo NSI às(aos) servidoras(es) e colaboradores contratados;
- 9. Aquisição e contratação de recursos relativos à segurança da informação, a exemplo:
- a. das adesões aos registros de preços para aquisição de solução de inteligência cibernética, em sistema de registro de preços organizado pelo TRE/DF, como Múltiplo Fator de Autenticação Processo SEI 0014623-57.2022.6.25.8000;
- b. da contratação de licenças de acesso à plataforma integrada de treinamento online KnowBe4, fornecida pela Qualitek Tecnologia LTDA, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e conscientização em Segurança da Informação - Contrato 27/2022 -
- 10. Acompanhamento dos dados fornecidos pelo Relatório Mensal emitido pelo sistema de segurança implantado no TRE/SE, Fortinet.
- 11. Reintrodução da ferramenta Moodle, para modelagem de cursos e treinamentos no âmbito da Justiça Eleitoral, em Sergipe.
- 12. Melhorias no Portal de Segurança da informação, na internet;
- 13. Análise dos protocolos de Prevenção a Incidentes Cibernéticos; Gerenciamento de Crises Cibernéticas, e Investigação de ilícitos Cibernéticos, elaborados pela Assessoria Técnica de Segurança da Informação (ASSEC);
- 14. Reestruturação das unidades atuantes sobre a segurança da Informação, no TRE/SE, criando o NSI, vinculada à DG, e a ASSEC à STI.
- 15. Medidas de implementação de segurança da informação aplicadas na carga, lacração e auditoria das urnas eletrônicas utilizadas nas eleições 2022;
- 16. Aprovação do plano de ação preparado para os 1º e 2º turnos das eleições 2022, aplicável em eventuais casos de ameaça ou efetivação de ataques à segurança da informação no âmbito do TRE/SE;
- 17. Exame das providências recomendadas pelo CNJ, em razão do incidente ocorrido no TRT da 1ª Região, de falsificação de certificados digitais.



6.27 Comitê de Crises Cibernéticas – CCC

Não houve demanda para atuação do Comitê.

6.28 Grupos de Trabalho (GT)

- Grupo de Trabalho de com o objetivo de examinar o Questionário de Governança do TCU 2021, especificamente, a "Questão 1124 Medidas para identificação e tratamento de conflito de interesses estão estabelecidas" e propor, caso necessário, a regulamentação da matéria no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. O GT apresentou resposta a cada um dos itens da Questão 1124 e a Administração determinou que as respostas sejam consideradas no próximo ciclo de avaliação do Tribunal de Contas da União.
- Grupo de Trabalho com o objetivo de examinar o Questionário de Governança do TCU 2021, especificamente a "Questão 2115 A organização executa processo de gestão de continuidade do negócio" e propor a regulamentação da matéria no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. O GT sugeriu a alteração da Resolução TRE-SE 17/2018 (Gestão de Riscos), para incluir um capítulo sobre a regulamentação do Plano de Continuidade do Negócio, e minuta de portaria instituidora da Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), ambas as propostas foram acatadas pela Administração. Como desdobramento dos trabalhos desenvolvidos pelo GT o Tribunal construirá os Planos de Continuidade de Negócios.
- **Grupo de Trabalho** para análise e apresentação de minuta para adequação da Resolução TRE-SE 144/2015, que trata do **Programa de Assistência à Saúde**, à Resolução CNJ nº 294/2019 e à Portaria TSE Nº 216/2021. Do trabalho desenvolvido pelo GT houve a publicação da Resolução 37/2022, que dispõe sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar PASS no âmbito deste Tribunal.
- **Grupo de Trabalho** com o objetivo de regulamentar o **Programa de Residência Jurídica**, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nos termos do art. 2º da Resolução CNJ 439/2022. O GT apresentou minuta regulamentando o assunto, no entanto, tendo em vista as Eleições 2022 e a solicitação da dotação orçamentária para implementação do programa em 2023, o assunto será retomado em momento oportuno.
- **Grupo de Trabalho** para apresentar proposta de implantação do Sistema de Integridade no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Do trabalho desenvolvido pelo GT houve a publicação da Portaria 202/2022, que instituiu o Programa de Integridade deste Tribunal.
- **Grupo de Trabalho** para coordenar os procedimentos a serem adotados internamente na execução do cronograma de trabalho relacionado à **Plataforma Digital do Poder Judiciário PDPJ-Br** a partir de definições do TSE e do CNJ. Por meio da Informação 6342/2022 (doc. SEI 1283494), o presidente do GT relatou que, após realizadas capacitações técnicas pela equipe do TI, extingui-se o objeto do Grupo.

- Grupo de Trabalho – Plano de Dados Abertos. Apresentou minuta da Política de Dados Abertos, aprovada por meio da Portaria 1030/2022. O Grupo continuará desenvolvendo suas atividades até jul/23.

Os GTs, abaixo indicados, ainda estão desenvolvendo suas atividades:

- Grupo de Trabalho IN 5. Prazo final 22/12/2022;
- Grupo de Trabalho Pagamento de multas cível-eleitoral. Prazo final 31/1/2023;
- Grupo de Trabalho Automatizar o sistema de transparência. Prazo final 9/4/2023;
- Grupo de Trabalho Política de preservação digital e governança. Prazo final 28/4/2023;
- Grupo de Trabalho Implantação do esocial. Prazo final 31/7/2023. Lembrete em 21/7/2023.
- Grupo de Trabalho Plano de Dados Abertos. Prazo final 31/7/2023. Lembrete em 20/1/2023.

6.29 Comissão de Transformação Digital - CTD

2021

• Discussão sobre Transformação Digital e o papel da Comissão

2022

- Apresentação Transformação Digital Primeiros Passos
- Realização do treinamento on-line "<u>Transformação Digital no Serviço Público</u>" da ENAP

6.30 Comissão Gestora de Dados Abertos - GDA

Foi instituída em 28/11/2022, por meio da Portaria 1016/2022 e ainda não desenvolveu nenhuma atividade.

A temática "Dados Abertos" foi tratada em 2022 por um Grupo de Trabalho (Portaria 100/2022), que apresentou minuta da Política de Dados Abertos do Tribunal, aprovada pela Portaria 1030/2022.

6.31 Comitê Gestor de Crises - CGC



- Está sendo feito levantamento de material para análise, construção e submissão de norma para atuação do CGC.



7. ESTATÍSTICA PROCESSUAL

7.1 Quantitativos de Distribuição e de Julgamento de Processos

7.1.1 Corregedoria Regional Eleitoral

7.1.1.1 Relatório Estatístico Processual de Casos Novos do 1º Grau de 2021-2022

Primeiro Grau				
Classes	Quantidade			
PCE	1008			
APEl	188			
AE	146			
NIP	142			
CMR	94			
RROPCE	65			
RepEsp	38			
AIME	18			
Rp	6			
EE	3			
AIJE	2			
ExFis	2			
MSCiv	1			
RCand	1			
TutAntAnt	1			

Quadro 35 - Relatório Estatístico Processual do 1º Grau de 2021-2022

7.1.1.2 Relatório Estatístico Processual de Sentenças do 1º Grau de 2021-2022

Primeiro	Grau
Classe Sigla	Frequência
PCE	7069
PC-PP	1104
Rp	345
NIP	212
DPI	176
AE	172
RCand	153
AIJE	97
APEI	85
PetCiv	76
CMR	72
RROPCO	69



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE **DIRETORIA GERAL**

RROPCE	62
AIME	36
IP	35
RpCrNotCrim	24
ExFis	23
RepEsp	21
SuspOP	21
FP	20
LAP	18
PA	18
CumSen	16
RSE	16
ExPe	12
CartPrecCrim	9
TCO	7
AC	6
CaulnomCrim	5
DR	5
TutAntAnt	5
PetCrim	4
MSCiv	3
PET-ADM	3
TutCautAnt	3
APri	2
CIE	2
DP	2
Insp	2
PBACrim	2
QuebSig	2
EE	1
HCCrim	1
ReCoAp	1
RIAE	1
·	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·



7.1.2 Secretaria Judiciária

7.1.2.1 Relatório Estatístico Processual de Casos Novos do 2º Grau de 2021-2022

Classes	Quantidade
RCand	598
PCE	543
REI	506
Rp	425
PC-PP	67
DR	48
PropPart	36
SuspOP	25
RROPCO	24
RROPCE	21
MSCiv	19
TutCautAnt	9
RecCrimEleit	8
HCCrim	5
AJDesCargEle	4
RCED	2
TutAntAnt	2
AE	1
AIJE	1
EE	1
HDCiv	1
RC	1

7.1.2.2 Relatório Estatístico Processual de Decisões do 2º Grau de 2021-2022

Segundo Grau				
Classe Sigla	Frequência			
PCE	1269			
REI	1068			
Rp	934			
RCand	688			
CumSen	228			
PA	214			
PetCiv	191			
DPI	136			
DR	104			



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE **DIRETORIA GERAL**

PC-PP	101
PropPart	56
MSCiv	46
RROPCE	46
Inst	35
SuspOP	34
RROPCO	33
RSE	20
Insp	15
TutCautAnt	15
IP	14
DP	13
HCCrim	11
RC	9
AIJE	6
AJDesCargEle	6
QuebSig	6
RecCrimEleit	6
TutAntAnt	6
RCED	4
AE	3
RpCrNotCrim	3
CartPrecCiv	1
CCCiv	1
Cor	1
CorExt	1
EE	1
HDCiv	1
RecAdm	1
RvE	1



8. RELAÇÃO DE CONTRATOS EM VIGOR E RESPECTIVOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

CONTRATOS EM VIGOR 2017 a 2021

Nº	Processo	Objeto	Contratada(o)	CNPJ	Vigência
9/2017	0010790- 07.2017.6.25.8000	Contratação de agente de integração, público ou privado, sem fins lucrativos, para prestação de serviço continuado no Programa de Estágio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, com realização de processo seletivo com periodicidade bienal	Instituto Euval- do Lodi - Núc- leo Regional de Sergipe	13.076.013/0001-	1/1/2018 a 30/4/2023
13/2017	0002306- 03.2017.6.25.8000	Contratação de 36 (trinta e seis) enlaces de comunicação para conexão da sede do TRE/SE com os Cartórios Eleitorais e Postos de Atendimento ao eleitor, englobando os serviços de instalação, suporte mensal e possibilidade de mudança de endereço do enlace, quando necessário.	FSF Tecnolo-	05.680.391/0001- 56	18/12/2017 a 17/12/2022
13/2018	0021087- 39.2018.6.25.8000	Renovação da solução de gerenciamento unificados de ameaças existente no TRE/SE, compreendendo a atualização (upgrade) de subscrições de software e		33.927.849/0001- 64	22/10/2018 a 21/10/2023





		de equipamentos e assistência técnica em garantia	nicação Ltda.		
1/2019	0027065- 94.2018.6.25.8000	Contratação dos serviços de vigilância eletrônica, especificamente monitoramento e manutenção, preventiva e corretiva, dos sistemas de alarme e de vigilância eletrônica (cftv - circuito fechado de televisão) e instalação e desinstalação dos sistemas de alarme.	Segurança Fletrônica Fl-	11.369.367/0001- 01	14/2/2019 a 13/2/2023
2/2019	0003413- 14.2019.6.25.8000	Contratação de Plano Privado de Assis- tência à Saúde Coletivo Empresarial	Unimed Seguros Saúde S.A.	04.487.255/0001- 81	17/4/2020 a 16/4/2023
4/2019	0004704- 49.2019.6.25.8000	Prestação de serviços especializados e continuados de condução de veículos (motoristas)	MANSEG - Manutenção e Serviços Ge- rais EIRELI - ME.	14.782.495/0001- 62	13/5/2019 a 12/5/2023
12/2019	0016710- 88.2019.6.25.8000	Serviço de comunicação utilizando li- nhas analógicas convencionais como	OI S/A - Em Recuperação	76.535.764/0001- 43	1/1/2020 a

		meio de transmissão de voz.		Judicial			31/12/2022	
						•	1/1/2021	1
21/2020	0022816-	Contratação de serviços de vigilânci	a e	Multseg Sistemas de Segu-	104 966 477/0001_		a	
21/2020	32.2020.6.25.8000	segurança patrimonial		rança Ltda.	77		31/12/24	
		Contratação de empresa prestadora de Serviços de Assistência Odonto- lógica destinados aos servidores				14/4/2021		
1/2021	0002408- 83.2021.6.25.8000	deste TRE, perfazendo um total es-				.975/0001-	a	
		timado de 657 (seiscentos e cinquenta e sete) Beneficiários para o exercício de 2021.		8				31/3/2023
2/2021	0003034-	Contratação de pessoa jurídica para	AST	RA - Serviços e	Facilities	06.867	.314/0001-	12/4/2021
	05.2021.6.25.8000	a prestação de serviços especializa-	EIRI	ELI		72		
		dos e continuados de instalação/ma-						a
		nutenção elétrica (predial/industri- al), de manutenção e reforma predi- al, bem como serviços de jardina- gem, estes com fornecimento de						11/4/2023

		material/equipamentos/insumos, para as Unidades do Tribunal Regi- onal Eleitoral de Sergipe.			
3/2021	0003951- 24.2021.6.25.8000	Contratação de serviços continua- dos de Telefonista, a serem presta- dos na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	SANTANA Empreendimentos EIRELI	17.475.144/0001- 05	16/5/2021 a 15/5/2023
5/2021	0009074- 03.2021.6.25.8000	Prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação na área de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, com utilização de praticas ágeis, mediante disponibilização exclusiva de mão de obra por meio da alocação de postos de trabalho		03.399.966/0001-	2/8/2021 a 1/8/2024
6/2021	0012646- 64.2021.6.25.8000	Contratação, por meio de Dispensa de Licitação, de pessoa jurídica para realização de exames periódi- cos complementares	Centro de Medicina Integrada de Sergipe - CEMISE	16.456.022/0001- 09	2/8/2021 a 1/8/2023
8/2021	0012058- 57.2021.6.25.8000	Serviços continuados de operador/ editor de áudio, a serem prestados	Consultserv Serviços e Em-	06.953.760/0001-	30/8/2021

		na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.	preendimentos EIRELI	08	a 29/8/2023
9/2021	0012058- 57.2021.6.25.8000	Serviços continuados de designer gráfico, a serem prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.	Masterserv Empreendimentos EIRELI	28.973.178/0001- 38	14/9/2021 a 13/9/2023
10/2021	0012058- 57.2021.6.25.8000	Serviços continuados de diagramador, a serem prestados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.	Consultserv Serviços e Empreendimentos EIRELI	06.953.760/0001- 08	14/9/2021 a 13/9/2023
14/2021	0014640- 30.2021.6.25.8000	Contratação de serviços especializados e continuados de manutenção preventiva e corretiva de dois elevadores	Movi Elevadores e Escadas Rolantes Ltda.	27.207.616/0001- 94	24/11/2021 a

					23/11/2023
15/2021	0004725- 54.2021.6.25.8000	Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP), nas modalidades LOCAL (VC1) e LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (VC2 e VC3), com tecnologia para transmissão de voz e dados 2G/3G/4G (ou superior) com alcance nacional	Telefônica Brasil S.A.	02.558.157/0001- 62	18/11/2021 a 17/11/2023
16/2021	0013880- 81.2021.6.25.8000	S erviços continuados de técnica(o) de refrigeração, com a finalidade de realizar manutenções preventiva e corretiva, desinstalações e instalações de aparelhos de ar condicionado nos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, sem fornecimento de materiais.	Vega Serviços EIRELI	27.149/049/0001- 67	9/12/2021 a 8/12/2023
18/2021	0014923- 53.2021.6.25.8000	Serviços continuados na área de arquivologia	Terceirize Serviços Especializa- dos Eireli-Epp	10.547.708/0001- 10	22/11/2021

					a 21/11/2023
19/2021	0014710- 47.2021.6.25.8000	Serviços especializados de limpeza e desinfecção das caixas-d'água	Master Serv Saúde Ambiental e Serviços Ltda.	00.633.097/0001- 70	25/10/2021 a 24/10/2023
20/2021	0004038- 77.2021.6.25.8000	Serviços de suporte técnico e manu- tenção da solução de gestão integra- da da saúde - Sistema de Prontuário Eletrônico	I SSTEEL IN SOftware de Saude	32.074.776/0001- 42	23/11/2021 a 22/11/2023
21/2021	0017853- 44.2021.6.25.8000	Contratação de empresa especializada na gestão de mão de obra para prestação de serviços continuados	Masterserv Empreendimentos EIRELI	28.973.178/0001- 38	17/1/2022 a
		de auxiliar de odontologia, com o objetivo de executar atividades de apoio no consultório odontológico			16/1/2024

		na sede do Tribunal Regional Elei- toral de Sergipe			
23/2021	0017923- 61.2021.6.25.8000	Contratação de empresa especializada na gestão de mão de obra para prestação de serviços continuados de apoio administrativo (garçonete/garçom, copeiragem, recepcionista, contínua/contínuo e estoquista), a serem executados nos cartórios eleitorais da capital do estado e na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	EIRELI	28.973.178/0001- 38	17/1/2022 a 16/1/2024
24/2021	0021310- 84.2021.6.25.8000	Fornecimento de combustíveis (gasolina comum, etanol e óleo diesel s-10), de forma fracionada e contínua, durante o exercício 2022	Veneza Auto Posto Ltda.	13.923.875/0001- 07	1/1 a 31/12/2022



CONTRATOS EM VIGOR 2022

Nº	OBJETO	CONTRATADO	VIGÊNCIA	PROCESSO
1/2022	Serviços de ginástica laboral, pilates, massagem terapêutica e shiatsu para a Sede deste Regional; ginástica laboral, massagem terapêutica e shiatsu para a Sede das Zonas Eleitorais da Capital; e de ginástica laboral, de forma remota, para as Zonas Eleitorais do Interior.	AMCS Serviços de Fisioterapia Ltda. 06.248.073/0001-83	1/2/2022 a 31/1/2024	Pregão 34/2021 0021726-52.2021.6.25.8000
2/2022	Transporte terrestre ou agencia- mento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, emprega- dos e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administra- ção Pública, por demanda, no mu- nicípio de Aracaju e parte da regi- ão metropolitana.	Vip Service Club Locadora e Serviços Ltda. 02.605.452/0001-22	7/3/2022 a 6/3/2023	Pregão 14/2021 SRP Ministério da Economia 0000741-28.2022.6.25.8000
4/2022	Su bscrições de solução de antivírus com EDR para estações e ser-	DFTI - Comércio e Servi-	30/3/2022	Pregão SRP



	vidores, serviço de instalação e transferência de conhecimento, com pagamento anual, pelo perío- do de 60 meses.	ços de Informática Ltda. 09.650.283/0001-91	a 29/3/2027	TSE 84 /2021 Ata SRP 1/2022 0002993-04.2022.6.25.8000
5/2022	Aquisição de camisas para identificação dos colaboradores que atuarão nas Eleições 2022 e nas ações do Projeto TRE-SE "Eleitora e Eleitor do Futuro", conforme especificação constante dos Anexos ao Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2022	DES - EIRELI	26/4/2022 a 31/12/2022	Pregão 5/2022 0004869-91.2022.6.25.8000
7/2022	Aquisição de 2.409 de cabinas de votação para as urnas eletrônicas modelos UE2009, UE2010, UE2011, UE2013, UE2015 (item 1) e 3.539 cabinas de votação para as urnas eletrônicas modelo UE2020 (item 2).	Exata Evolution Comercial e Distribuidora Ltda. 17.173.562/0001-30	27/4/2022 a 26/4/2023	Pregão TSE 1/2022 Ata de Registro de Preços 14/2022 2021.00.000003510-6 TRE-SE 0006321- 39.2022.6.25.8000
9/2022	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços espe- cializados e continuados de limpe-	Alencar Fernandes Empreendimentos LTDA	11/6/2022	Pregão 1/2022



	za e conservação, com forneci- mento de materiais, equipamentos, máquinas e utensílios necessários a sua execução	19.803.765/0001-98	a 10/6/2024	0004316-44.2022.6.25.8000
10/2022	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de Sistema de minigeração de Energia Solar no Ed. Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	BRX Engenharia e Projetos LTDA. 15.580.944/0001-52	19/5/2022 a 15/3/2023	Pregão 6/2022 0006110-03.2022.6.25.8000
11/2022	Aquisição de 2.295 envelopes plásticos autoadesivos para a embalagem da urna eletrônica (item 1) e 1.240 envelopes plásticos autoadesivos para o terminal do eleitor (item 2) - Pregão TSE 13/2022 - Ata de Registro de Preços 17/2022.	Visão e Arte Indústria e Comércio de Embalagens Ltda EPP 00.855.265/0001-71	19/5/2022 a 18/5/2023	Pregão TSE 13/2022 Ata SRP 17/2022 TSE 2021.00.000003523-8 TRE-SE
14/2022	Aquisição de 1.085 embalagens de papelão para as urnas eletrôni- cas modelos UE2009, UE2010, UE2011 e UE2013 e 234 embala- gens de papelão para as urnas ele-	Max Filipe Hoyer da Silva Costa - ME 00.626.015/0001- 60	30/6/2022 a 29/6/2023	Pregão TSE 2/2022 Ata SRP 12/2022 TSE 2021.00.000003521-1

	trônicas modelo UE2015			TRE-SE 0005756-75.2022.6.25.8000
15/2022	Instalação e locação de infraestru- tura de fibras óticas apagadas e seus acessórios, interligando os data centers do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE) e da Justiça Federal em Sergipe (JFSE), com vistas à implementa- ção de site backup, pelo período de 60 (sessenta) meses	Fortel Fortaleza Telecomunicações S. A. 06.809.941/0001-57	14/7/2022 a 14/7/2027	Pregão 11/2022 0010553-94.2022.6.25.8000
16/2022	Execução e instalação de 2 (duas) escadas metálicas para as saídas de emergência nas edificações onde funciona a sede do TRE-SE	A.G.E Manutenção E Reformas EIRELI 27.785.836/0001-03	15/7/2022 a 14/1/2023	Pregão 16/2022 0010665-63.2022.6.25.8000



17/2022	Contratação de empresa especializada para a execução de serviços previstos em projeto de CFTV, objetivando a ampliação e modernização do sistema de videomonitoramento da sede do TRE/SE	Segview Comércio e Serviços Ltda. 09.437.133/0001-0 2	5/8/2022 a 2/3/2023	Pregão 13/2022 0010844-94.2022.6.25.8000
19/2022	Enlaces de comunicação para co- nexão da sede do TRE/SE com os cartórios eleitorais e postos de atendimento ao eleitor, engloban- do os serviços de instalação, su- porte mensal e possibilidade de mudança de endereço do enlace, quando necessário	FSF Tecnologia S. A. 05.680.391/0001-56	8/8/2022 a 17/6/2025	Pregão 17/2022 0011713-57.2022.6.25.8000
22/2022	Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação na sede do TRE-SE, em Aracaju/SE, e na 13ª Zona Eleitoral, em Laranjeiras/SE, em regime de empreitada por preço global	Verde Planejamentos e Serviços LTDA 11.460.798/0001-7 0	10/8/2022 a 9/3/2023	Pregão 23/2022 0011707-50.2022.6.25.8000
23/2022	Contratação de serviços continua- dos na área de arquivologia presta-	,	22/8/2022	Pregão 15/2022



	dos na Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	EIRELI 12.499.801/0001-22	a 21/8/2024	0012207-19.2022.6.25.8000
26/2022	Contratação de empresa para a prestação de serviço, por demanda, de interpretação simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras)	MANSEG Manutenção e Serviços Gerais EIRELI 14.782.495/0001-62	25/8/2022 a 24/8/2024	Pregão 27/2022 0013405-91.2022.6.25.8000
27/2022	Contratação de licenças de acesso à plataforma integrada de treinamento online, especializada em oferta de conteúdos de capacitação e conscientização em Segurança da Informação	Qualitek Tecnologia LTDA 10.224.281/0001-10	29/8/2022 a 28/8/2025	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 4/2022 do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo 0015224-97.2021.6.25.8000
28/2022	Prestação de serviço de auditoria externa para exame e validação da organização, condução e conclusão dos trabalhos relativos ao Teste de Integridade referentes às	Maciel Consultores S/S 10.757.529/0001-08	25/8/2022 a	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 21/2022 do Tribu- nal Superior Eleitoral

	Eleições Gerais de 2022		24/8/2023	
29/2022	Contratação, de forma fracionada e contínua, dos serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças, acessórios e componentes originais de reposição, para a frota de veículos pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	WS Serviços e Comércio EIRELI 29.260.268/0001-44	24/10/2022 a 23/10/2023	Pregão 33/2022 0014901-58.2022.6.25.8000
30/2022	Contratação de empresa autorizada pela ANATEL para a prestação de Serviços Telefônicos Fixos Comu- tados–STFC (fixo-fixo e fixo- móvel), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional	BRISANET Serviços de Telecomunicações S.A. 04.601.397/0001-28	2/1/2023 a 1/1/2025	Pregão 25/2022 0015098-13.2022.6.25.8000
32/2022	Serviços especializados de contro- le sanitário no combate a vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, des- cupinização e descorpionização nas Unidades do Tribunal Regio-	Alessandro de Siqueira Santos 12.839.383/0001-75	5/10/2022 a 4/10/2024	Pregão 32/2022 0016033-53.2022.6.25.8000



	nal Eleitoral de Sergipe			
	Fornecimento de solução de Web			Pregão TSE 46/2022
	Application Firewall (WAF) e balanceamento de carga, incluindo	NTSEC Soluções em Te-	29/9/2022	Ata SRP 91/2022
33/2022	prestação de serviços de instalação e configuração, treinamento espe-		a	TSE 0008981- 46.2021.6.14.8000
	cializado e serviço de operação assistida, com garantia técnica de 60 (sessenta) meses	1	27/1/2023	TRE-SE 0007197- 91.2022.6.25.8000
34/2022	Execução da obra de ampliação do depósito de urnas na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, em Aracaju/SE, compreendendo fornecimento do material	Adenge Construções Ltda. 30.911.398/0001-89	9/11/2022 a 5/6/2023	Tomada de Preços 1/2022 0017693-82.2022.6.25.8000
35/2022	Fornecimento de combustíveis (gasolina comum, etanol e óleo diesel S-10), de forma fracionada e contínua, durante o exercício 2023	Tyresoles de Sergipe Indústria Comércio e Serviços Ltda. 13.007.828/0010-04	1/1/2023 a 31/12/2023	Pregão 35/2022 0018392-73.2022.6.25.8000
36/2022	Serviço de autenticação por múlti-	PTLS SERVIÇOS DE	21/11/2022	Pregão Eletrônico TRE - BA

	plos fatores, com fornecimento de tokens homologados, serviço de instalação com repasse de conheci- mento e treinamento oficial do fa- bricante	TECNOLOGIA E ASSES-	a 20/11/2027	47-2022 0008874-59.2022.6.25.8000
37/2022	Solução unificada de Auditoria de Segurança no Active Directory, compreendendo aquisição de ser- viços de software e suporte técni- co, de acordo com as quantidades, especificações e condições, abaixo descritos, para atender as necessi- dades do Tribunal Regional Eleito- ral de Sergipe	Servix Informática Ltda. 01.134.191/0001-47	1/12/2022 a 30/11/2027	Pregão Eletrônico TRE - PB 26-2022 Ata de Registro de Pre- ços TRE - PB 68-2022 0018625-70.2022.6.25.8000
64/2022 - FUNCAP- SE	Direito de usar as dependências do Teatro Tobias Berreto - solenidade de diplomação dos candidatos elei- tos nas Eleições 2022	Arte Aperipe de Sergipe -	20/6/2022 a 19/12/2022	0001127-58.2022.6.25.8000



9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL

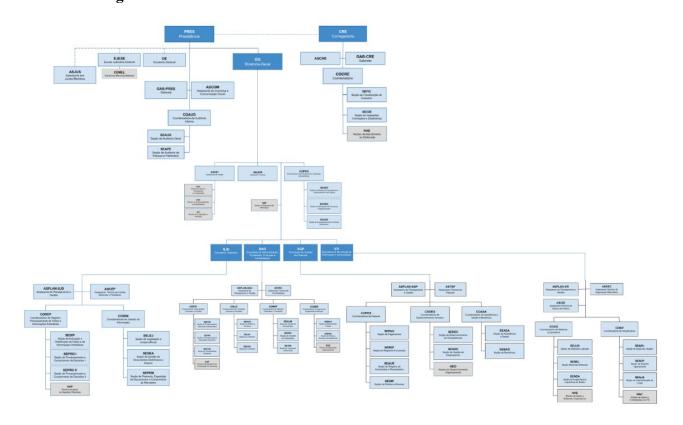
9.1 Estrutura de Pessoal

<u>Publicação da TLP</u>, com identificação nominal das servidoras e dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança de todas as unidades administrativas e judiciárias, conforme disposto na Resolução 215/2015-CNJ.

9.1.1 Pessoal em Regime da Contratação Temporária

No TRE-SE não há pessoal em regime de contratação temporária.

9.2 Estrutura organizacional do TRE-SE





10. SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Não houve, no biênio de 2021-2022, a instauração de sindicâncias nem processos administrativos disciplinares internos no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

11. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

Não houve, no biênio de 2021-2022, a instauração de processos de tomada de contas em especial no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

12. SITUAÇÃO ATUAL DAS CONTAS DO TRIBUNAL PERANTE O TCU

Para o ano de 2021, a Decisão Normativa TCU 187/2020 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes a esse ano.

Seguem abaixo, no quadro 39, as Decisões Normativas do TCU de anos anteriores.

	TOMADA DE CONTAS ANUAL				
EXERCÍCIO	Decisão Normativa do TCU				
2016	Decisão Normativa TCU 156/2016 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao Exercício de 2016				
2017	Decisão Normativa TCU 163/2017 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao Exercício de 2017				
2018	Decisão Normativa TCU 172/2018 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao Exercício de 2018				
2019	Decisão Normativa TCU 180/2019 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao Exercício de 2019				
2020	Decisão Normativa TCU 187/2020 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao Exercício de 2019				

Quadro 39 – Situação atual das contas do TRE-SE no TCU

13. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal pode ser encontrado no item 1.2.7.



14. CONCLUSÃO

As informações constantes neste Relatório de Gestão demonstram a conformidade e o desempenho da gestão do TRE-SE no biênio 2021-2022.

Portanto, aprovo o presente Relatório de Atividades relativo ao biênio 2021-2022 e autorizo sua divulgação no site deste Regional.

Encaminhe-se cópia à(ao) futura(o) Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Aracaju, 19 de dezembro de 2022.

Des. ROBERTO EUGÊNIO DA FONSECA PORTO

Presidente do TRE-SE





